

**“ESCOLA” POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG
(1971-1974): MODERNIZAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

ANDERSON ALVES RIBEIRO

CATALÃO/ GO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Anderson Alves Ribeiro

3. Título do trabalho

ESCOLA POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG. (1971-1974): MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON ALVES RIBEIRO, Discente**, em 19/11/2021, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2393902** e o código CRC **5E354614**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PPDEDUC – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“ESCOLA” POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG. (1971-1974):
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**



ANDERSON ALVES RIBEIRO

Orientadora:
PROF^a. DR^a. APARECIDA MARIA ALMEIDA BARROS

Linha de pesquisa:
POLÍTICAS EDUCACIONAIS, HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO E PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA.

CATALÃO/GO
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro, Anderson Alves
"ESCOLA" POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG (1971-1974):
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA [manuscrito] / Anderson
Alves Ribeiro. - 2021.
CXXVIII, 128 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Catalão, 2021.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Discurso de modernização. 2. Escola Polivalente de Araguari
MG. 3. Formação técnica. 4. História da Educação. 5. Instituição Escolar.
I. Barros, Aparecida Maria Almeida, orient. II. Título.

CDU 37

ANDERSON ALVES RIBEIRO

**“ESCOLA” POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG. (1971-1974): MODERNIZAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa em 27/09/2021,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em
educação, à comissão examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás
/ Regional Catalão.

Orientadora:
PROF^a. DR^a. APARECIDA MARIA ALMEIDA BARROS

CATALÃO/GO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE Nº. 178 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Educação de Anderson Alves Ribeiro.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 18:00 horas, à distância por meio de webconferência, reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros - PPGEDUC/FAE-UFG/UFCAT (Em transição) - Orientadora; Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia - UFFS - Membro Externo; Prof. Dr. Manoel Messias de Oliveira FAE-UFG/UFCAT (Em transição) - Membro Interno, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de Anderson Alves Ribeiro, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da FAE-UFG-RC/UFCAT (Em transição), área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “ESCOLA POLIVALENTE DE ARAGUARI-MG. (1971-1974): MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”. A sessão foi aberta pela presidente da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida ao discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o examinando. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestre em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Regional Catalão/UFCAT Em transição. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. O PPG encontra-se vinculado à UFG, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG). Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFG-RC/UFCAT Em transição, vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 28/09/2021, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Messias De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 29/09/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia, Usuário Externo**, em 30/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2372820** e o código CRC **A13C96DB**.

DEDICATÓRIA

*A minha Família: Sebastião e Cleunice.
Meus pais presentes sempre em tudo na minha vida!
A vocês o meu amor!*

*A minha irmã Bruna, que com sua primeira filha
Maria Julia, raio de sol que chegou nesse percurso,
para inundar a vida de alegria e sonhos!*

*A minha avó: Aparecida
Na confiabilidade e dedicação na ajuda da minha criação.
A senhora que fortalece a minha existência!*

*Aos meus amigos e irmãos que Deus me deu nas pessoas
de Bruno Gonçalves e Cleberson Pinelli, cumprimento os
demais Obrigado pelos momentos de partilhas
A vocês o meu reconhecimento!*

*À Escola Estadual Madre Maria Blandina, por
possibilitar estudar e escrever a sua história de vida.
A esta escola minha Gratidão!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor dos tempos em tudo.

À minha família, pela incondicional compreensão das diversas horas em que não me fiz presente, pelo incentivo e apoio.

À minha orientadora, professora Dr^a. Aparecida Maria Almeida Barros, pela acolhida, apoio, confiança e incentivo nos diversos encontros no decorrer desta caminhada, os quais, em todas as dimensões me ajudaram a trilhar os caminhos da pesquisa, a direcionar e, sobretudo, superar os limites e capacitar o pesquisador para o ofício. Obrigado à minha Professora e Doutora, do porvir o meu desejo, e que os próximos passos sejam perenes de parcerias e partilhas. Obrigado por todas as construções e aprendizados neste percurso de pesquisa. Que o criador continue dando-lhe forças nesta caminhada com maravilhosas bençãos.

Agradeço aos professores, de forma singular, ao Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia (UFFS), pela sua atenção, desde o curso de extensão ao aceite do convite para a banca de qualificação, propiciando relevantes contribuições para o aprimoramento deste trabalho, e ao professor Prof. Dr. Manoel Messias Oliveira /UFG/Regional Catalão/ UFG-RC/UFCat (em transição), que igualmente acrescentou uma leitura relevante e generosa, com indicações primorosas. Agradeço imensamente por terem aceitado o convite em participarem desta banca. Deus os continue abençoando.

Aos colegas de caminhada no PPGEDUC no período de 2018 a 2021, das turmas IX, X e XI, que estiveram comigo neste processo de formação. Em especial a minha amiga Desuniria Maria da Silva e Silva, companheira de todos os momentos deste percurso, em nome da qual cumprimento e referencio todos os colegas. Obrigado de coração pelo carinho e apoio, sempre! Pelas estradas e trilhas nos encontraremos! Gratidão!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC - UFG/Regional Catalão/ UFG-RC/UFCat (em transição), direção, coordenação, professores e funcionários da Unidade Educação que direta ou indiretamente proporcionaram o respaldo institucional durante o tempo de formação no Programa. A todos o meu obrigado!

Aos profissionais da Escola Estadual Madre Maria Blandina – o “Polivalente de Araguari”, pelo apoio e acolhida no decorrer deste processo. O meu sincero agradecimento pelo respeito, disponibilidade, apoio, incentivo e atenção disponibilizados a mim.

À CAPES, pelo suporte financeiro da bolsa de pesquisa.

Lista abreviaturas e de siglas

AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CTA – Conselho Técnico Administrativo
DEM – Departamento de Ensino Médio
DES – Diretoria do Ensino Secundário
EPEM – Equipe do Planejamento do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GOT – Ginásio Orientado para o Trabalho
GP – Ginásios Polivalentes
HISTEDBR – grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MG – Minas Gerais
OEA – Organização dos Estados Americanos
PREMEM – Programa de Expansão e Melhorias do Ensino Médio
PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAA – Setor de Apoio Administrativo
SE – Setor de Ensino
SG – Serviço Governamental
SOE – Setor de Orientação Educacional
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte Americana para o desenvolvimento Internacional)

Lista de quadros

QUADRO I. Mapeamento da produção científica sobre escolas Polivalentes no Brasil e em Minas Gerais	25
QUADRO II. Funcionamento institucional da Escola Estadual Polivalente em Araguari 1971 – 2017	30
QUADRO III. Currículo das disciplinas de 5º a 8º série	71
QUADRO IV. Salário do ginásio polivalente	104
QUADRO V. Organização curricular da formação especial em práticas Agrícolas	109
QUADRO VI. Organização curricular da formação especial em práticas Industriais	111
QUADRO VII. Organização curricular da formação especial em práticas Comerciais	114
QUADRO VIII. Organização curricular da formação especial em Educação para o lar	116

Lista de Imagens ou figuras

FIGURA 01	Fachada do Escola Polivalente de Araguari	03
FIGURA 02	Recorte do jornal botija parda com marcas do recrutamento de profissionais	47
FIGURA 03	Fotografia da Inauguração da Escola Estadual Polivalente de Araguari em 1971.	51
FIGURA 04	Inauguração - hasteando das bandeiras	53
FIGURA 05	Comunidade da escola: representação diagramática das relações comunitárias	76
FIGURA 06	Estrutura e funcionamento dos setores: representação das organizações das escolas polivalentes	78
FIGURA 07	Demonstrativo do croqui da instituição a ser construída na década 1970.	90
FIGURA 08	Planta arquitetônica do projeto polivalente 1970	93
FIGURA 09	Estrutura de uma sala de aula com janelas e carteiras	94
FIGURA 10	Estrutura de uma sala de aula com janelas, carteiras e o ched no encontro das estruturas	96
FIGURA 11	Estrutura de uma das fachadas laterais interna da escola	97
FIGURA 12	Modelo do demonstrativo – folha de pagamento dos funcionários: mês de agosto de 1973	103
FIGURA 13	Prensa para a impressão gráfica	112
FIGURA 14	Bancada para marcenaria – Serra	112
FIGURA 15	Furadeira e esmeril	113
FIGURA 16	Cortador de grama	113
FIGURA 17	Máquinas de datilografia e calculadoras	115
FIGURA 18	Cópia da lista de registros dos itens solicitados a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e a sua conferência com marcas a caneta do que tinha chegado.	117
FIGURA 19	Estufas	117
FIGURA 20	Materiais de laboratório de ciências	117
FIGURA 21	Quadro para o ensino de ciências	118
FIGURA 22	Microscópio	118

Resumo:

A pesquisa tem como objeto a Instituição Escolar “Escola Estadual Polivalente” de Araguari-MG. (1971-1974), situada no delineamento da política de fomento da formação técnica profissional, na convergência de interesses e protagonismo de agentes sociais e políticos dos entes federados. A questão investigativa foi, “Como se configurou a instituição “Escola Polivalente”, preconizada para a formação técnico profissional em Araguari-MG, no período de 1971-1974, no discurso da modernização?” O presente trabalho teve por objetivos, Historicizar a Escola Polivalente de Araguari – (1971-1974), configurada pela política de institucionalização das Escolas Polivalentes, sob o discurso de modernização técnico profissional; Contextualizar a instituição no âmbito nacional e regional, situada na política dos acordos MEC/USAID para a qualificação de mão de obra, nos projetos e programas das Escolas Polivalentes; Conhecer a instituição, compreendida nos aspectos de estrutura funcional e curricular afim de dimensionar a formação técnica e a modernização da época. O referencial teórico foi fundamentado no campo da História da Educação e das Instituições Escolares, a fim de conceituar a instituição escolar na materialidade e existência, em determinado tempo e espaço. A definição da política de formação técnica, subsidiada pelos acordos MEC/USAID, contou com o aporte da legislação e de documentos técnicos alusivos ao plano de aplicação que respaldou ações das Escolas polivalentes; a ênfase na modernização dos processos, com o incremento de ferramentas, artefatos e estruturas, implementado na “Escola Polivalente” em Araguari-MG, indicaram os traços que marcaram a existência institucional no período. Metodologicamente é uma pesquisa histórica, descritiva e analítica, subsidiada por fontes oficiais e registros, tais como, a legislação escolar do período, relatórios dos Acordos e Convênios Internacionais. Enquanto resultados, verificou-se que a instituição teria articulado a qualificação técnica profissional, sob a égide do discurso da modernidade. A análise das fontes compôs os argumentos articuladores acerca da experiência de modernização e da formação técnica preconizada no projeto institucional. Ao historicizar a instituição Polivalente, deparamos que a modernidade se encontra nas marcas e registros diversos que expressam as ações voltadas para a formação de adolescentes e jovens; No aparelhamento institucional, na construção de alvenaria (conhecido como cimento armado) e no maquinário destinado à formação curricular das disciplinas especiais. A estrutura de máquinas, laboratórios e treinamentos técnicos são indícios que consideramos modernos na medida em que propiciaram aos sujeitos condições distintas para realizarem os cursos implementados, configurando um diferencial na escola criada.

Palavras-chave: Discurso de modernização; Escola Polivalente de Araguari-MG; Formação Técnica; História da Educação; Instituição Escolar;

Abstract:

The object of the research is the School Institution “Polivalent State School” in Araguari-MG. (1971-1974), located in the design of the policy to promote professional technical training, in the convergence of interests and protagonism of social and political agents of federated entities. The investigative question was, how was the institution “Polivalent School”, recommended for professional technical training in Araguari-MG, configured in the period 1971-1974, in the discourse of modernization? Its objectives were Historicize the Polivalent School of Araguari (1971-1974), configured by the institutionalization policy of the Polivalent Schools, under the discourse of technical and professional modernization; Contextualize the institution at the national and regional level, located in the policy of the MEC/USAID agreements for the qualification of labor, in the projects and programs of the Polivalent Schools; Know the institution, understood in the aspects such as functional and curricular structure in order to scale the technical training and modernization at the time. The theoretical framework based on the field of History of Education and School Institutions, to conceptualize school institution in materiality and existence, in a given time and space. The definition of the technical training policy, subsidized by the MEC/USAID agreements, counted on the contribution of legislation and technical documents referring to the application plan that supported the actions of the Polivalent Schools; The emphasis on the modernization of processes, with the increase of tools, artifacts and structures, implemented at the “Polivalent School” in Araguari-MG, indicated the traits that marked the institutional existence of the period. Methodologically, it is a historical, descriptive and analytical research, supported by official sources and records, such as, the school legislation of the period, reports on International Agreements and Agreements. As a result, it was found that the institution would have articulated professional technical qualification, under the aegis of the discourse of modernity. The analysis of the sources composed the articulating arguments about the modernization experience and the technical training recommended in the institutional project. By historicizing the Polyvalent institution, we see that modernity is found in the various marks and registers that express the actions aimed at training adolescents and young people; in the institutional equipment, in the construction of masonry (known as reinforced cement) and in the machinery for the curricular training of special subjects. The structure of machines, laboratories and technical training are signs that we consider modern insofar as they provided the subjects with different conditions to take the courses implemented, configuring a differential in the created school.

Keywords: Modernization speech; Polyvalent School of Araguari-MG; Technical graduation; History of Education; School Institution;

Sumário

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Da motivação inicial ao esboço da pesquisa.	16
1.2	Definição do problema, objetivos e direcionamentos metodológicos.	17
1.3	O campo da pesquisa na história da educação e o objeto instituição escolar	23
2	A ESCOLA POLIVALENTE DE ARAGUARI NO CENÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO TÉCNICA	30
2.1	Contexto histórico e político no qual se insere a Escola Polivalente de Araguari	30
2.2	Do ensino primário ao secundário no século XX: o empenho da qualificação técnica	40
2.3	A Escola Polivalente de Araguari e a qualificação técnica no 1º Grau	44
2.4	Percepções acerca do objeto na interfase com a educação brasileira	55
3	NEXOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA ESCOLA POLIVALENTE	61
3.1	A qualificação técnica na Escola Polivalente: para que e para quem?	61
3.2	A proposta de qualificação técnica – configuração dos cursos implementados	70
3.3	As prescrições da qualificação técnica e a inserção local	74
3.4	A modernização da educação na década de 1970	80
4	O DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	87
4.1	Distinção da arquitetura na concepção da escola	88
4.2	Distinção na composição do quadro de profissionais para a Escola Polivalente	99
4.3	O aparelhamento da instituição e a dinâmica de funcionamento dos cursos	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
6	REFERÊNCIA	125
7	FONTES DE ACERVOS UTILIZADOS NA PESQUISA	128
	ANEXOS	129
I	Arquivo escolar Madre Maria Blandina	129
II	Quadro do livro de termo de visitas dos Inspetores	129
III	Arquivo histórico e museu Dr. Calil Porto – Jornal Botija Parda	130
IV	Mapeamento da produção científica sobre as Escolas Polivalentes no Brasil e em Minas Gerais	131
V	Modelo de Alvará de licença para o funcionamento	140

VI	Cópia da escritura de permuta dos terrenos	140
VII	Termo provisório de recebimento do mobiliário e equipamentos escolares	141

INTRODUÇÃO

*“A educação é um processo social, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”*

John Dewey

1.1 Da motivação inicial ao esboço da pesquisa

A presente pesquisa dedicou-se a uma imersão na história da educação, ancorada na vertente de estudo das instituições escolares, para abordar aspectos da política oficial do Estado ao historicizar a Escola Polivalente de Araguari (1971-1974), nas nuances do discurso de modernização que teria alicerçado o provimento dessas instituições estruturadas para a qualificação técnica profissional. O recorte contemplou a fase inicial da escola, sendo priorizadas as fontes e documentos que expressaram os encaminhamentos, ações e desdobramentos como a instalação e a implementação dos cursos neste período.

Ao aproximar-se do cinquentenário de criação da escola em Araguari, aliada à atuação profissional do pesquisador nesta instituição de ensino como docente e técnico administrativo em tempos mais recentes, além da expectativa de formação em nível de mestrado, foram fatores que convergiram no sentido de investigar a história deste local. Tal instituição foi considerada um marco na década de 1970, segundo expressões desta comunidade, na época o investimento nesse tipo de escola estaria associado ao discurso do progresso e crescimento da cidade, embalada por uma visão de desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino secundário, na modalidade profissional, conforme preconizado pelo programa de implantação dos chamados Colégios Polivalentes¹. O recuo histórico para conhecer a origem, dimensionar aspectos alusivos à criação, implementação e funcionamento dos primeiros cursos, recorrendo às fontes oficiais, para apreender alguns vestígios dessa história institucional, por meio da pesquisa em História da Educação.

O contexto de criação da Escola Polivalente em Araguari, com recorte iniciado no ano de 1971, permeado pela política educacional do Regime Civil-Militar, constituído por acordos e programas que configuraram essas instituições no país. O final do período em 1974, indicaria

¹ Atualmente essa instituição tem o nome de Escola Estadual “Madre Maria Blandina” – o Polivalente de Araguari-MG, outrora conhecido, perpetua este codinome até os dias de hoje com um apelido carinhoso de “Poliva” (como é conhecido por muitos moradores de Araguari, MG.)

a primeira alteração na legislação institucional, com a consequente redefinição dos cursos instruídos, distinguindo-os do programa inicial para o qual a escola foi criada. No plano regional e local, buscou-se nas fontes compreender os encaminhamentos políticos e os interesses convergentes empenhados na criação e instalação da instituição. Esses aspectos iniciais direcionaram o levantamento de informações oficiais acerca da existência institucional, a estruturação, assim como o seu aparelhamento para o desempenho dos cursos implementados.

Pelo disposto no discurso oficial, a política de implantação e equiparação das Escolas Polivalente em Minas Gerais, concebida no âmbito do programa nacional, tivera o respaldo e o aparelhamento pelo Governo Estadual, assim como o suporte acadêmico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na preparação do quadro docente e técnico, escalado para atuar nas instituições. O fomento financeiro americano por meio dos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América denominado MEC/USAID daria o respaldo às ações estruturantes e abrangentes incluindo a preparação dos profissionais, certificando-os pela universidade.

1.2 Definição do problema, objetivos e direcionamentos metodológicos

Esta pesquisa, situada na vertente de estudo das instituições escolares, tem por objeto a “Escola Polivalente” de Araguari-MG, considerada no discurso de modernização que teria permeado a implementação da formação técnica. Buscou-se a partir das fontes a polissemia característica desta instituição, historicamente determinada pela política nacional e regional de fomento a qualificação técnica, estabelecida na convergência de interesses locais, protagonizados por agentes políticos e setores da sociedade. A pesquisa tem por questão norteadora, “Como se configurou a instituição “Escola Polivalente”, concebida para a formação técnico profissional em Araguari-MG, no período de 1971-1974, sob o discurso de qualificação e modernização?”

Como objetivo geral a pesquisa propôs, historicizar a Escola Polivalente de Araguari – (1971-1974), configurada pela política de institucionalização das Escolas Polivalentes, sob o discurso de modernização técnico profissional. Nos objetivos específicos buscou-se, contextualizar a instituição no cenário nacional e regional situada na política dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e MEC/USAID² para a qualificação de mão de obra nos projetos e programas das Escolas Polivalentes; Conhecer a instituição, com ênfase na

² Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency of International Development

organização de programas, provimento financeiro, estrutura funcional e proposta de qualificação nos cursos implementados.

No tocante à metodologia, a investigação se configura como uma pesquisa histórica, na vertente das instituições escolares. Utiliza-se de aspectos da pesquisa exploratória como levantamento de fontes oficiais, legislação, programas, projetos e convênios, para a definição do projeto institucional da Escola Polivalente. Enquanto produção historiográfica, esta pesquisa partilha do entendimento de Saviani (2006) ao sinalizar a importância de se pensar coletivamente a geração, manutenção, organização, disponibilização e prestação de múltiplas fontes de pesquisa da história da Educação Brasileira. Nesse sentido, todas as etapas da investigação têm o mérito de localizar, caracterizar e interpretar as fontes, cujo conteúdo lançam luzes sobre aspectos singulares que delineiam a história da educação, em diferentes tempos, espaços e experiências.

Magalhães (2004), pontua que

A educação é um constructo humano constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes; é um processo/ produto racional e razonado - um processo epistêmico, pela busca gradativa de um saber, de uma comunicação, mas também uma hermenêutica, um inquérito e uma “construção” de sentido - pensar, dizer, fazer/ com consta Construir; processo em Devir, é interação de elementos humanos, sociais, processuais (materiais e organizacionais), culturais. (MAGALHÃES, 2004, p.32)

Essa polissemia evoca o que há de particular na experiência de cada instituição, embora conectada com um padrão alinhado a outras tantas, dentro de determinada concepção de escola e de formação.

Neste contorno, a discussão acerca da formação técnica teve como foco, o discurso da modernidade, enquanto projeto preconizado nas instituições articuladas à política nacional. Ao problematizar, a forma que o discurso de modernização, enquanto processo interno operacionalizado na instituição, teria singularidades inerentes ao formato de qualificação técnica, realizado naquele espaço formativo. Nos registros e fontes produzidas para fins da pesquisa, considerou-se a existência histórica da Escola Polivalente, no interesse em identificar a experiência da qualificação técnica permeada pelo discurso de modernização que teria corporificado no projeto institucional.

Ao delinear tais expectativas, fez-se pertinente a busca por fontes originais, assim como a revisão de pesquisas já produzidas a respeito do tema Colégios Polivalentes e também a localização de estudos sobre instituições desta natureza localizadas no Triângulo Mineiro. O resultado desta revisão e identificação de estudos propiciou-nos a compreensão dos temas e

objetos já abordados pelos pesquisadores na área, assim como os possíveis canais de diálogo com a produção científica e com o campo de pesquisa.

O cumprimento das diferentes etapas de uma pesquisa é permeado por inúmeras dificuldades, desde a localização de acervos até a identificação das fontes de interesse, que por vezes estão deslocados em quartos, galpões, armários fora da cronologia de seu tempo-espaço. No caso local, esse acesso foi facilitado por uma exigência oficial de preservação de documentos alusivos aos alunos, professores e servidores, assim como a relativa organização das fontes, embora dispersas quanto as datas cronológicas. O cuidado com acervos escolares, especialmente a documentação oficial para fins de aposentadoria de servidores têm sido instruída e mantida no âmbito das unidades federadas. Tais condições favoreceram o acesso e a consulta às fontes, tanto no espaço da escola, como também de arquivos públicos vinculados à superintendência de ensino.

Na imersão aos acervos em busca de evidências para caracterizar e conhecer a instituição, segundo Buffa e Nosella (2005) é fundamental compreender os diferentes aspectos que compõem o objeto, sendo “essencial indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir o sentido social da mesma; assim como é essencial analisar os currículos aí utilizados para se compreender seus objetivos sociais” (BUFFA; NOSELLA, 2005, p.50). No exercício metodológico, instruído nas diferentes etapas da pesquisa a imersão interna do espaço da Escola Polivalente, os levantamentos iniciais de possíveis fontes com os vestígios indicadores dos cursos, das práticas e do programa de qualificação técnica implementados no período foi desvelando diversas características que conformaram o formato institucional da época.

A análise das fontes históricas passa em primeiro lugar pela compreensão do seu processo histórico de produção como documento. Assim, a história das instituições escolares estabelece uma relação com a história da sociedade na qual se insere. Nesta perspectiva, o historiador é instigado ao mesmo tempo em que se apropria das fontes e interroga-as, indaga-as a respeito de aspectos relacionados ao seu conteúdo e as finalidades para as quais fora preservada, que a rigor, podem ser distintas dos interesses, investigativos que estão em pauta em determinado estudo. As fontes são neste sentido, artefatos culturalmente constituídos e repletos de intencionalidades pelos grupos que a originaram. Para Bloch (2001, p.33), “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca, pode e deve informar sobre ele”. Compreendidas tais disposições, quando o pesquisador toma um documento como fonte, há uma produção de novos sentidos articulados às finalidades para as quais a pesquisa se

propõe, devidamente situada nas circunstâncias e no momento em que se dá a sua elaboração pelo pesquisador.

Destarte, o processo de investigação mobiliza vários níveis de aprendizados para o pesquisador, dentre os quais destacamos as tarefas manuais de localização, seleção, classificação e agrupamento de fontes, conforme as características e conteúdos. Nesta dinâmica de manuseio dos acervos, despertamos para algumas percepções acerca dos conteúdos das fontes e a pertinência de utilizá-las ou não na pesquisa. Apesar das lacunas provenientes de perdas e descartes de vários tipos de fontes, o acervo escolar continua sendo o espaço que conserva vestígios da experiência institucional produzida nas diferentes épocas. Os aspectos mais originais de uma investigação, geralmente são obtidos nas fontes de acervos não exploradas por outros pesquisadores, são encontrados singulares que indicam características específicas de uma instituição. Com isso, realçamos a importância dos acervos escolares nos museus e demais espaços públicos e privados de guarda e preservação de documentos, fontes oficiais e não oficiais que circularam em diferentes épocas, é condição *sine qua non* para o ofício do pesquisador em História da Educação, especialmente na visibilidade de aspectos alusivos às instituições escolares.

Dentro de um acervo escolar há dois grupos de materiais tido como documentos: fontes internas e fontes externas. As fontes internas se referem aos documentos do acervo escolar, expresso na forma de documentos legais, relatos, relatórios, discursos, fontes iconográficas, equipamentos, mobiliário e demais objetos de natureza diversa, que no conjunto são capazes de fornecer indícios ou mesmo provas de uma multidimensionalidade da vida escolar. Além de outras fontes relacionadas à escola, encontradas em artigos de jornais e revistas, conservados em acervos e locais externos.

Ao localizar, classificar e reconhecer esses documentos nas suas múltiplas produções nos apropriamos da primeira visão geral que nos propiciou compreender os diferentes espaços e temporalidades da história escolar, bem como apreendê-la enquanto processos dinâmicos e em movimento, que é constituído nas relações sociais estabelecidas por diferentes agentes, na organização interna e externa da instituição. O arquivo escolar foi, portanto, o lócus onde as fontes históricas principais utilizadas nesta pesquisa foram encontradas.

Tais fontes contribuíram para que o pesquisador aprenda novas maneiras de enxergar a história, direcionando as formas de expressão que poderá ser empregado em seu texto. A leitura, o olhar e a interpretação acerca da instituição não são aleatórios, porque o argumento discursivo

entorno do objeto encontram uma ressonância comprobatória naquilo que os registros indicam como prováveis evidências.

Neste sentido, o exercício investigativo empreendido para conhecer uma instituição se reveste de um compromisso com fatos, ocorrências, experiências diversas, assim como com as prescrições enunciadas nas propostas oficiais formuladas. Isso significa que a postura acadêmica do pesquisador diante do objeto instituição, se distingue das crônicas, das reminiscências e das histórias circulantes sobre a mesma instituição no imaginário social, quando descolado da correspondência com a sua materialidade oficial. Enfatizamos que embora haja possibilidade de recorrer aos variados tipos de fontes, para além dos documentos denominados oficiais, a forma de descrição e de interpretação problematizada à realidade investigada, requer habilidade de elaboração discursiva, dissertativa condizentes com os padrões e conceitos da abordagem acadêmica e científica com apropriação e uso de linguagem e semântica que identifica a vinculação com o campo de investigação. Segundo Silva (2006),

[...] a fonte histórica passou a ser a construção do historiador e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu (SILVA, 2006, p.162)

Logo, considera-se que os documentos escritos oficialmente, constituem a prioridade desta pesquisa, que continua válida, constatada a existência e localização. A concepção de fonte foi ampliada a partir dos estudos culturais e da chamada nova história, pelos intelectuais franceses da Escola dos Anales, que a partir da segunda metade do século XX, abriu novas possibilidades para admitir uma variedade maior de fontes consideradas evidências do exercício de interpretação histórica sobre um determinado objeto. Diferentes formas de registro passaram a ser consideradas enquanto fontes portadoras de informações capaz de situar a compreensão de um objeto em diferentes escalas e contextos, ampliando as percepções a respeito dos micro espaços, das experiências e das práticas que por ventura tenham modelado uma existência institucional. Deste modo, ao adentrar ao acervo escolar, o pesquisador tem a oportunidade de localizar e selecionar um espectro mais ampliado de registros que tenham pertinência para a compreensão da dinâmica de funcionamento de uma determinada escola, assim como, encontrar vestígios que possam sinalizar novas concepções a respeito do tipo de experiência que tenha sido materializada naquela instituição em um determinado período. Neste investimento o mapeamento de fontes para a realização do estudo sobre a Escola Polivalente de Araguari, teve a acessibilidade de acolher no acervo escolar preservado variados tipos de registros, cuja importância estaria evidenciada, a começar pela iniciativa de guarda e conservação naquele

espaço. Semelhante acuidade conduziu os passos do pesquisador na busca de fontes originais em acervos externos onde haveria notícias divulgadas na imprensa, e o mesmo em relação aos relatórios de inspeção sobre a jurisdição da Superintendência Regional.

Nos quadros I e II (Anexo I e II), apresentamos o mapeamento de documentos, leis, decretos e ofícios encontrados no arquivo escolar Madre Maria Blandina, que compõem uma parte da historiografia desta instituição no período. O conteúdo do anexo III, encontra-se no arquivo histórico do museu Dr. Calil Porto, compõe-se de uma amostra de matérias de jornais da época, com notícias sobre ações, eventos e acontecimentos a respeito de parte do processo de criação da escola polivalente iniciado pela designação da área física, decisões relacionadas a construção e seus desdobramentos. A ênfase dada à participação de agentes públicos na esfera municipal e estadual é evidenciada por meio das notícias veiculadas.

Por fim, na acepção conceitual acerca da ampliação de fontes históricas tomadas para identificar as evidências que demarcam a compreensão do objeto de pesquisa, qual seja, a configuração histórica da Escola Polivalente de Araguari. A combinação do programa de qualificação técnica composto pela formação geral, adicionada às práticas e habilidades específicas, com a finalidade de antecipar a preparação para o trabalho, ou em último caso, despertar em adolescentes e jovens aptidões para de determinados exercícios laborais direcionados para os serviços urbanos, nas séries finais do 1º Grau. Da seleção final apropriada e utilizada para fins da pesquisa demonstramos ao longo do texto por meio da descrição e análise exploratória que compõem a tessitura dissertativa, realizada à luz do referencial, que propiciou o diálogo com os traços da experiência de modernidade que se inscreveu tanto nas prescrições, quanto nos dispositivos da organização interna da instituição no período investigado.

Naquele contexto, a concepção de Escola Polivalente instalada em Araguari, com programa das práticas implementadas (práticas Agrícolas, práticas Industriais, práticas comerciais e Educação para o lar), ressoava o atendimento ao preconizado pela política nacional de instalação das escolas polivalentes nas diferentes regiões brasileira. Estaria revestida de propósitos e interesses locais para a qualificação técnica alinhada ao discurso geral de progresso, desenvolvimento e crescimento produtivo urbano e comercial com os quais o país se comprometia naquele momento. É neste sentido que ativamos um conjunto de fontes cujos os conteúdos permitissem demonstrar os nexos do discurso modernizante vivenciado na instituição.

1.3 O campo da pesquisa na História da Educação e o objeto instituição escolar

A pesquisa em questão dialoga com as referências da história da educação, na vertente das instituições escolares, e, enquanto interface do objeto, articula-se com a política de fomento e provimento de instituições para a qualificação técnica. As diretrizes da investigação acionaram a legislação pertinente, os programas e projetos da política educacional, assim como os acordos e convênios internacionais que fomentaram as ações, considerando a instituição como tema e objeto. Para o aporte teórico da análise, utilizou-se, enquanto categoria, o discurso da modernização vislumbrado na conformação dos padrões da formação técnica preconizada internamente na instituição.

Nas últimas décadas, a pesquisa em História da Educação no Brasil tem alcançado projeções no cenário nacional, conforme indicado por meio das pesquisas de Catani (2002); Faria Filho (2001;2002); Gatti Júnior (2004) dentre outros, evidenciando, de modo particular, o crescimento da pesquisa no âmbito da História das Instituições Escolares.

Conforme destaca Gatti Júnior (2007)

O campo da pesquisa histórica passou, nas três últimas décadas, por um intenso processo de renovação teórico e metodológico, impulsionado pelo esforço de superação de uma historiografia que, em uma de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos e legais, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção da vida social. (GATTI JÚNIOR, 2007, p.173)

Para esse autor, uma nova perspectiva em torno da pesquisa historiográfica tem se pautado pelo esforço interpretativo contido no desenvolvimento de investigações do campo da História das Instituições Educacionais e mesmo em outros campos da pesquisa histórico-educacional, sendo capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais. Tais possibilidades, atendem as expectativas da presente pesquisa, cujo o foco busca alinhar aspectos que dimensionam particularidades e singularidades da instituição criada em Araguari, na expressão do programa de cursos operacionalizados à época. Seria uma instituição revestida de distinções qualificadas, visualizadas em diferentes aspectos desde a concepção arquitetônica passando pelas disposições internas e a distribuição dos espaços adequados para a realização dos vários cursos implementados.

Magalhães (2004) concebe a instituição educativa, como um complexo organizado e um todo interativo e comunicacional, projetando e permitindo o discernimento da orientação e da

coerência, da participação e da responsabilização dos membros (cuja ação se traduz em produtos educacionais), desafia à construção de uma teoria social e antropológica da produção educativa. Assim,

a educação é um processo epistemológico e de conhecimento, já que é pela educação que o ente humano se torna pessoa, capaz de conhecer, simbolizar, comunicar, racionalizar e responsabilizar-se; é pela educação que cresce e amadurece, como é pela educação que desenvolve as suas capacidades cognitivas e técnicas que se participa e investe de cidadania e de humanidade. (MAGALHÃES 2004, p. 29).

O autor ressalta que a história da instituição e das suas práticas educativas, está integrada ao processo com base organizacional, cultural religiosa, que instituíram e expandiram a formação do homem social que “é um constructo humano constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes”. (2004, p. 32).

Nesta acepção do processo educativo em sentido amplo, admitida a importância estratégica da instituição escolar, enquanto locus social que se responsabiliza por diferentes dimensões formativas, tanto a formação geral, quanto a aquisição de habilidades vocacionais, assim como, o despertar para aptidões laborais específicas estaria na premissa de formação do ser enquanto totalidade, isto é, concebido no sentido ontológico. Entretanto, a implementação de um curso em tempo integral sem a ressonância com a concepção formativa capaz de integrar o sentido e o conceito de fato, não assegura a adição de práticas aos conteúdos de base comum. Um modo de organizar e articular os diferentes componentes, as relações estabelecidas na configuração interna, tendo em vista o horizonte de resultados expressa os efeitos e desdobramentos do programa implementado. O desafio de perceber o que se materializou no caso local, permite problematizar as finalidades sociais e os usos políticos que o modelo escolar representou com a instalação dos cursos de qualificação técnica. A questão não se resume simplesmente a visualização da proposta, tão pouco negar a distinção da escola construída, mas indagar a respeito das reais motivações da sua instalação, percebendo os potenciais resultados.

Ao se pensar nas derivadas formas de fazer História nas Instituições Escolares (a polissemia), é pertinente averiguar “os porquês” de se fazer a história de uma determinada instituição. Sanfelice (2006) visualiza alguns pontos em destaques:

[...]. As instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos

confessionais ou de empresários. A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas. (SANFELICE, 2006, p. 23).

Na compreensão, acerca da disposição polissêmica admitida na Escola Polivalente observa-se algumas aproximações que identificam relações distintas estabelecidas no processo de implementação local. A convergência de interesses por parte dos agentes públicos no âmbito local, regional e estadual tiveram suporte de outros agentes sociais, especialmente vinculados aos negócios comércios, e serviços urbanos em geral.

No percurso da pesquisa, foram adicionadas algumas pesquisas que contribuíram para a escrita desta dissertação e, que, por sua vez, resultaram na confecção do quadro a seguir, para citar algumas referências de inspirações, como por exemplo, artigos, dissertações e teses.

QUADRO I - MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESCOLAS POLIVALENTES NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	
Modalidade da produção/ Ano:	MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO
Dissertação (Mestrado em Educação) 1979	Título: A USAID e a educação brasileira; um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. Autor: <u>ARAPIRACA, José Oliveira</u> Instituição: Fundação Getúlio Vargas – F G V
Artigo Científico: 2009	Título: A USAID, a Guerra Fria, o Regime Militar e a implantação das Escolas Polivalentes no Brasil. Autor: <u>ARAÚJO, José Alfredo de</u> Instituição: Universidade do Estado da Bahia – UNEB C&D – Revista eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, V.2, n1, p.87-101, jan /dez2009
Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) 2011	Título: Ensino profissionalizante e Estado Militar: (re)articulação por meio dos polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980) Autor: <u>RESENDE, Luciana Araújo Valle de</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Artigo científico 2013	Título: Os Colégios Polivalentes em Minas Gerais: a experiência da Escola Estadual Guimar de Freitas Costa (Uberlândia, 1971 -1980) Autor: <u>RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - UFU REVISTA EDUC. PUBLICA CUIABÁ, v. 22, n. 48, p. 127 – 145, jan./abr. 2013.
Tese (Doutorado em Educação) 2015	Título: As Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965–1976) Autor: <u>RESENDE, Luciana Araújo Valle de</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Artigo Científico: 2016	Título: Escolas Polivalentes na Ditadura Civil-Militar: marco no modelo de ensino profissionalizante ou instrumentos de propaganda do regime? O processo de implantação do polivalente de Ituiutaba- mg (1974-1985) Autor: <u>LIMA, Genis Alves Pereira de Souza, SAULOÉBER Társo de.</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - UFU Apresentado: X seminário nacional do HISTEDBR Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE
Dissertação (Mestrado em Educação) 2018	Título: Os Colégios Polivalentes na Ditadura Civil-militar como modelo de educação: estudo sobre a Escola Estadual "Antônio Souza Martins" de Ituiutaba-MG (1974-1983) Autor: <u>Lima, Genis Alves Pereira de</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Tese (Doutorado em Educação) 2018	Título: O pensamento americanista na educação brasileira: o projeto dos Ginásios Polivalentes (1960 – 1970) Autor: <u>Bittencourt Junior, Nilton Ferreira</u> Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de consulta aos repositórios.

No levantamento indicado nesse quadro destacam-se três artigos, três dissertações e duas teses, que têm em comum o objeto de pesquisa a Escola Polivalente em Minas Gerais, com ênfase nas discussões do ensino profissionalizante, sondagem vocacional, instrumento de propaganda do Regime Civil-Militar, projeto internacional e a estrutura das instituições Polivalentes no Triângulo Mineiro.

Entre essas produções, destacam-se duas, a tese de doutorado sobre o título: “Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965-1976)”, que aponta discussões advindas de questionamentos a respeito da infraestrutura das construções dos colégios denominados Polivalentes. Ademais, a segunda tese de Doutorado em Educação com o título: “O pensamento americanista na educação brasileira: o projeto dos ginásios Polivalentes”, contribuem com dados alusivos aos acordos MEC/USAID e a implantação do programa PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), que fomentou a aplicação dos recursos e a implementação das escolas destinadas para a qualificação técnica consideradas na discussão de diferentes visões, sobre tudo à empresarial com foco na preparação laboral para o serviço da produção industrial.

Outro aspecto contemplado nessas pesquisas é a proximidade geográfica, no caso, circunscrita ao Triângulo Mineiro, no qual, os autores abordaram os projetos governamentais em torno dos acordos entre os EUA e o Brasil, utilizando-se de diferentes abordagens e referenciais para escrever, analisar, e discutir os respectivos objetos. A dissertação de José

Oliveira Arapiraca (1979 p.150) aborda o papel do financiamento pela USAID na modernização do sistema de educação média do Brasil, por meio de interesses firmados entre os países.

Nota-se que:

O nosso propósito específico é demonstrar a interferência impositiva de modelos e práticas educativas estrangeiras em nossa realidade cultural, com objetivo de proporcionar efeito de demonstração a fim de viabilizar todo o processo nacional, como necessário e legítimo, à nova dimensão desenvolvimentista, introduzida pela diplomacia da boa vizinhança. (ARAPIRACA, 1979. p. 154)

Ao situar os estudos que se dedicaram à pesquisa a criação das Escolas Polivalentes no Brasil e em especial no estado de Minas Gerais, esta pesquisa contemplou tema semelhante, com foco no discurso de modernização promovida na e pela instituição instalada em Araguari, tangenciando aspectos históricos, políticos e organizacionais inscritos nos registros e fontes.

Os Ginásios Polivalentes caracterizaram-se como principais precursores do modelo tecnicista estabelecidos pelas relações firmados nos acordos econômicos entre o Brasil e Estados Unidos, por meio de convênios entre o MEC/USAID. Dentre os objetivos dos Ginásios Polivalentes estava a implementação de uma proposta de qualificação técnica, compreendida nas quatro séries finais do 1º Grau, sob um formato distinto: admitido em um turno ampliado denominado de “tempo integral”, a oferta das disciplinas regulares contemplando o currículo do núcleo comum, seriam adicionadas as áreas específicas de formação técnica: Práticas Agrícolas; Práticas Industriais, Práticas Comerciais e Educação Para o Lar.

Esta escola tem correspondência com o mesmo padrão de instituição de outras escolas do Triângulo Mineiro, no caso de Araguari, o formato estrutural contemplou o modelo um dos projetos de criação de instituição Polivalente. O compromisso da qualificação técnica esteve direcionado para as quatro séries finais do 1º Grau. Em outras localidades, o programa implementado se estendia ao 2º Grau, com incremento de áreas e habilidades, enquanto que na escola polivalente de Araguari a premissa desta qualificação se restringiu ao projeto inicial, ou seja, ao final do 1º Grau.

Juntamente com os pacotes de suporte financeiro, o governo civil-militar teria respaldado nesse modelo, a proposta dos Ginásios Polivalentes, sincronizada com a qualificação técnica da mão de obra para o mercado de trabalho, circunscrita no âmbito do 1º e 2º Graus. Sob o alinhamento do discurso de crescimento da economia da produção e da circulação comercial, adicionados aos dispositivos da urbanização crescente a formatação destes cursos teriam na mira, adolescentes e jovens de escolas públicas enquanto população atendida no horizonte dos programas dos cursos implementados. Neste sentido, as frações

sociais às quais se destinava a referida qualificação seriam potencialmente vinculadas a classe trabalhadora para a composição de reservas de mercado haja vista que a criação de novos postos de trabalho não estaria articulada a nenhum programa instalado.

Para Saviani (2008), a educação passa a ser entendida como,

[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2008, p. 430).

O investimento deste capital humano financeiro constitui objetivar as ações do processo de industrialização que busca proporcionar novas metodologias de ensino, a fim de desenvolver o processo de modernização, visando não apenas o indivíduo, mas também possibilitar a criação de um número suficiente de indivíduos treináveis, sempre além das condições de absorção do mercado de trabalho já internalizados.

A pesquisa produzida buscou compreender a aplicação da política educacional que se materializou na instituição, conferindo traços de uma qualificação profissional técnica moderna, direcionada para o ambiente urbano, isto é, na modelagem dos jovens de determinadas frações de classes no preparo de mão de obra destinada a respaldar o progresso e desenvolvimento preconizados à época. As marcas potenciais do discurso modernizador da formação técnica nas instituições Polivalentes, inscritos na proposta dos cursos, nos equipamentos e mobiliários, no desenho curricular, no formato da organização interna, na arquitetura do prédio, nas especificações sanitárias e de higiene, organização, rotinas, disciplinamentos, assim como na composição do quadro de professores e profissionais habilitados para atuarem na instituição. O fomento financeiro, o suporte de objetos, equipamentos, ambientes escolares e artefatos, que possam indicar as singularidades da instituição instalada em Araguari. Todo o aparelhamento prescrito para o funcionamento dos primeiros cursos instalados, assim como a concepção estrutural da Escola Polivalente são indicadores para dimensionar o que teria sido a experiência de modernização preconizada por meio da formação técnica profissional, dentro do projeto e programa padronizado à época.

A organização do texto dissertativo possui cinco partes com os seguintes descritores: introdução, os três capítulos e a conclusão da pesquisa. Na introdução estão indicadas as motivações e o interesse particular da pesquisa; contemplam aspectos, tais como, a definição

do problema os objetivos a escolha metodológica, o investimento de localização das fontes e acervos. Está anunciado a filiação do estudo do campo de pesquisa na história da educação e o objeto de estudo na instituição escolar, alicerçado em um levantamento prévio de pesquisas sobre as Escolas Polivalentes em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro.

No primeiro capítulo, **a Escola Polivalente de Araguari no cenário nacional da política de qualificação técnica**, são apresentados dados que caracterizam as diferentes fases em que a instituição se estruturou em cinquenta anos de funcionamento, a inserção do contexto histórico e político, a identificação de fases distintas que demarcam o período de recorte, assim como os desdobramentos que foram sendo implementados ao longo do tempo.

O segundo capítulo dedicou-se a descrever **a qualificação técnica implementada na Escola Polivalente**, descreve o programa de qualificação configurado pelos cursos implementados. Indica aspectos alusivos à comunidade escolar atendida, a organização dos componentes escolares e a concepção de modernização preconizada nas escolas polivalentes no período.

No terceiro capítulo são interpretados os dados relacionados aos **discursos de modernização na instituição**. Aspectos relacionados a arquitetura, o aparelhamento, a organização dos espaços e o modo de funcionamento das práticas dos espaços da instituição, indicam modos de concepção da qualificação técnica nas instituições denominadas Escolas Polivalentes.

Na **conclusão**, recuperamos aspectos condutores da proposta de pesquisa para situar os achados e percepções obtidos nas fontes, apontando as descobertas e contribuições que o estudo desta escola apresentou nas particularidades do discurso de qualificação técnica e de modernização aprendido e concebido na instituição.

2 - A ESCOLA POLIVALENTE DE ARAGUARI NO CENÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO TÉCNICA

“Não existem coisas tão distantes que não sejam alcançadas, nem tão escondidas que não sejam descobertas.”
René Descartes

2.1 Contexto histórico e político no qual se insere a Escola Polivalente de Araguari

A história desta instituição data aproximadamente cinco décadas, e já perpassou várias alterações na legislação, considerada nas diversas alternâncias de governos nas unidades federadas, compreendeu diferentes fases, o que resultou em mudanças de nome, adequações dos cursos ofertados, dentre outras padronizações. Conforme pode ser observado nas fases compreendidas no período de 1971 – 2017, um aspecto conservou a expectativa de origem da escola, qual seja, o investimento de cursos orientados para a qualificação técnica, instruídos de acordo com demandas específicas nos distintos tempos e espaços, acionando funcionamento nos três turnos.

Semelhante processo ocorreu com os programas de ensino e de qualificação técnica instalados ao longo desse tempo, sendo caracterizado no quadro a seguir.

QUADRO II: FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL DA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI – 1971-2017	
Identificação da instituição por fases de funcionamento	
Fase I	<i>Construção, aparelhamento da instituição e instalação dos cursos técnicos</i>
1971-1974	Nome oficial: Escola Estadual Polivalente de Araguari Documento que o identifica: Alvará nº 62, 20 de janeiro de 1972. Autoriza a Escola de 1971 a 1974. [1974 final do Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a <i>United States Agency for International Development</i> (MEC/USAID)] Cursos instalados: Práticas Agrícolas, Práticas Industriais, Práticas Comerciais e Educação para o Lar Provedor/ mantenedor: Estado de Minas Gerais e MEC/USAID. Suporte do Governo Municipal, Estadual e Federal. Turnos/horários de funcionamento: Diurno integral Modalidades: I Grau – de 5ª a 8ª séries Diretora: Heloisa Helena de Oliveira Lobo (1972 – 1977)

Fase II	<i>Permanência dos Cursos técnicos e ampliação de demandas</i>
1975- 1983	Nome oficial: Escola Estadual de 1º Grau Madre Maria Blandina Documento que o identifica: Alvará nº 911, 25 de agosto de 1975 Cursos instalados: I Grau seletivo (manutenção dos professores de práticas industriais e práticas agrícolas) Provedor/ mantenedor: Estado de Minas Gerais Turnos/horários de funcionamento: Diurno – matutino/vespertino Modalidades: I Grau – 5ª a 8ª séries. Diretores: Heloisa Helena de Oliveira Lobo (1972 – 1977); Vicente do Carmo Alves (1978 - 1988).
Fase III	<i>Ampliação de demandas e criação de 2º grau</i>
1984 – 2012	Nome oficial: Escola Estadual Madre Maria Blandina Documento que o identifica: Alvará nº 1.044, 20 de março 1984 ofício nº 20/1984 Cursos instalados: I Grau a partir da 5ª série; II Grau: 1º ao 3º ano; Educação Básica Provedor/ mantenedor: Estado de Minas Gerais Turnos/horários de funcionamento: Matutino e Vespertino Modalidades: I Grau: de 5ª a 8ª séries; II Grau até 1995: do 1º ao 3º ano. Pela nova LDBEN (9.394/96): Ensino Fundamental II: 6º ao 9º; Ensino Médio: do 1º ao 3º ano. Diretores: Vicente do Carmo Alves (1978 - 1988); Edson Luiz Aleixo (1988 - 2000); Valéria Landa Alfaiate Carrijo (a partir de 2001)
Fase IV	<i>Educação Básica a partir do Fundamental II e formação Técnica</i>
2013 – 2017	Nome oficial: Escola Estadual Madre Maria Blandina Documento que o identifica: Alvará nº 1.102, 14 de fevereiro 2013 Cursos instalados: Ensino Fundamental II; Ensino Médio (propedêutico) e Pronatec Provedor/ mantenedor: Estado de Minas Gerais e Federal Modalidades: Ensino Fundamental II: 6º ao 9º ano; Ensino Médio: 1º ao 3º ano; Cursos Profissionalizantes: Técnico em Logística; Técnico em cooperativismo; Técnico em Informática para Internet Turnos de funcionamento: Ensino Fundamental II – Vespertino; Ensino Médio (propedêutico) - Matutino - Noturno e Pronatec – Noturno. Diretora: Valéria Landa Alfaiate Carrijo

Fase V	<i>Educação Básica a partir do Fundamental II e formação Técnica</i>
A partir de 2017 – (...)	Nome oficial: Escola Estadual Madre Maria Blandina Documento que o identifica: Alvará nº 1.043, 18 de janeiro de 2017 Cursos instalados: Educação Básica e Programa Rede Profissionalizantes Minas Gerais. Provedor/ mantenedor: Estado de Minas Gerais Modalidades: Ensino Fundamental II: 6º ao 9º ano; Ensino Médio: 1º ao 3º ano; Cursos profissionalizantes: Técnico em Logística; Técnico em Informática Turnos de funcionamento: Ensino Fundamental II – Vespertino; Ensino Médio (propedêutico) – Matutino - Noturno e Rede / Pronatec – Noturno Diretora: Valéria Landa Alfaiate Carrijo.

Fonte: elaborado pelo autor (2021), em consulta a documentos do acervo escolar.

Em aproximadamente, cinquenta anos de existência, a instituição teve três alterações no nome oficial: o primeiro, na criação, denominada Escola Estadual Polivalente de Araguari, no atendimento do projeto original alinhado à oferta de cursos para os quais fora construída e equipada. O segundo, considerado na abrangência e ampliação de demandas situadas no segundo segmento do 1º Grau, sendo alterada a vinculação com a qualificação técnica, recebeu o nome de Escola Estadual de 1º Grau Madre Maria Blandina. Uma terceira mudança, em 1984, suprimiu a designação de 1º Grau, sendo denominada Escola Estadual Madre Maria Blandina, que perdura até a atualidade. Nota-se que desde a criação do 2º Grau na fase III, não houve alternância para a denominação de Colégio, permanecendo como Escola.

No geral, observa-se enquanto regularidade a vinculação institucional ao Estado de Minas Gerais, embora, na origem, tenha sido contemplada a convergência de aporte financeiro proveniente de diferentes entes federados, incluindo a participação do município e de recursos oriundos do Governo Federal, instruídos por convênio internacional.

Doravante filiada à rede estadual de educação do Governo de Minas Gerais, desde a fase I, quando a instituição foi criada e aparelhada para o funcionamento de cursos de formação técnica, por isso a designação de Escola Polivalente, o fomento de recursos externos, vinculados a programas e projetos do Governo Federal tornou-se recorrente nas diversas ofertas e demandas de cursos implementados, o mesmo ocorrendo nas fases posteriores. Embora não seja objeto desta investigação, é pertinente destacar que, a indução de cursos orientados para a formação técnica em diferentes épocas, teve o suporte orçamentário subsidiado por programas federais.

Do exposto nesse quadro, destaca-se no plano geral da configuração institucional que, embora no imaginário social da cidade, a escola tenha permanecido identificada como o “Polivalente”, ou simplesmente “Poliva”, por força de decretos e leis, promoveu mudanças significativas em relação às atribuições, formatos e adequações na funcionalidade institucional ao longo do tempo. Todavia, nenhuma nomenclatura suplantou a concepção original, a expectativa difundida em torno da escola no início, atravessou as décadas e se manteve enquanto identidade perante a sociedade local. Enquanto identificação social, as alterações promovidas no nome oficial da instituição, mudando de Escola Estadual Polivalente para Escola Estadual Madre Maria Blandina, não tiveram ressonâncias nas gerações posteriores, visto que, nestes cinquenta anos de existência, a identificação como Escola Polivalente ainda permanece atual.

No percurso histórico institucional, apesar das alterações legais que incluíram a nomeação de um patrono, a escola continua sendo reconhecida como Polivalente de Araguari. Outro traço diz respeito à designação de ‘Escola’, o termo aplicado no ato de criação em 1971 com atribuição de cursos técnicos nas séries finais do 1º Grau, quando foi implementado o 2º Grau, o termo Colégio não foi incorporado à razão social da instituição, conservando a denominação Escola em todas as fases posteriores. Em pesquisas referenciadas no Triângulo Mineiro que insere o Polivalente de Araguari na discussão dos Colégios Polivalentes, considerado no conjunto da política nacional de formação de mão de obra técnica profissionalizante, não atentaram para essa diferenciação no nome oficial; No caso específico desta instituição em Araguari, a nomenclatura oficial desde o início a denomina de Escola. Na prática, apesar de ter assumido o perfil de colégio conservou o nome original de “Escola” em todas as fases de sua existência nas últimas cinco décadas.

Outro aspecto, se refere à gestão da instituição Polivalente. Nas cinco fases visualizadas nesta pesquisa, cada qual com duração distinta, os tipos de cursos implementados, a funcionalidade de turnos contemplando ampliação de modalidades, observa-se a longevidade de gestores a frente da diretoria geral, com média superior a dez anos de atuação nos cargos.

Com base na análise do conteúdo obtido nas fontes e documentos, foi possível identificar, primeiro, que as narrativas e crônicas memorialistas a respeito da instituição comportam diversas versões que contrastam com o disposto no registro das fontes oficiais. A edificação física e o aparelhamento interno, assim como a instalação dos primeiros cursos ocorreu na primeira fase, compreendida entre 1971 e 1974. Nas demais fases, por disposições diversas incluindo ajustes na legislação, com a ampliação dos cursos, houve uma gradativa

alternância no perfil institucional, direcionado para a implementação do ensino de 1º e 2º Graus, alterando as características dos cursos ofertados.

Compreendida nessas diretivas, as primeiras incursões investigativas buscaram o significado da palavra Polivalente, na etimologia poli + valente, que segundo o dicionário Houaiss designa à adjetivos de dois gêneros que apresentam múltiplos valores ou aquele que oferece várias possibilidades de emprego, de função, multifuncional. Portanto, a origem semântica de Polivalente seria caracterizada pela proposição e admissão de vários conhecimentos para se lançar na investigação como um espaço multivalente. Os aspectos funcionais apontariam indícios de uma instituição Polivalente comprometida, enquanto missão de origem, a um formato prático operacional, revestido de aprendizados mecânicos, condizentes aos equipamentos e artefatos do ramo da indústria, comércio, mecanização rural e habilidades relacionadas à educação para o lar em tal época.

A partir da lei 5.760 de 14 de setembro 1971, ocorreu a criação de oito Ginásios Estaduais Polivalentes e deu outras providências. Como fonte documental esta pesquisa recorreu à publicação Minas Gerais: Diário do Executivo, datado em 15 de setembro de 1971, especialmente a página nº. 03, conforme microfilme 190. Neste mesmo documento, registra-se também a indexação como criação dos ginásios Polivalentes nos municípios de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis, Patos de Minas, e alterações para o Ginásio orientado para o trabalho nos estabelecimentos de ensino industrial e a transformação em Ginásios Polivalentes nos municípios de Caeté e Pirapora.

Posteriormente, no decreto de 166.653 de 15 de outubro de 1974, criaram-se as escolas estaduais de 1º Grau. Deste modo, constituiu-se fonte de pesquisa a publicação Minas Gerais: Diário do Executivo do dia 16 de outubro de 1974, de acordo com a página de nº. 8, conforme microfilme 211. Na indexação a criação do estabelecimento de ensino de primeiro grau nos municípios de: Alfenas, Araguari, Barbacena, Belo Horizonte, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá, Varginha com a referência por meio do convênio MEC, PREMEM e Estado de Minas Gerais.

Por essa configuração, observa-se o alinhamento dos entes federados (no âmbito estadual e municipal de diferentes regiões) em Minas Gerais, no sentido de acolher a macropolítica proposta pelo Governo Federal na implantação desse formato de escolas, subsidiando e abrindo as condições de base para a expansão e abrangência no estado. A

concepção de instituição pública, com fomentos oriundos do tesouro estadual e municipal, no respaldo de um programa federal orientado por organismos internacionais, por meio do repasse de recursos e subsídios de natureza técnica e estrutural. Esse aporte se expressou sob diferentes aspectos, sobretudo, ancorado em programas sustentados no interior do próprio estado, conforme será esboçado ao longo do texto, substanciados pelas fontes e documentos oficiais.

Preconizados no seio da política educacional do Estado Brasileiro, os ginásios ou escolas denominadas Polivalentes se referiram a uma série de instituições escolares construídas em diferentes unidades da federação, com o aporte de recursos captados pelo acordo MEC/USAID, resultado de negociações financeiras estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos, para subsidiar ações no âmbito da educação pública. No acordo MEC/USAID, especificamente na página 505 do documento, refere-se a um convênio cultural entre os dois países, firmado em Washington, a 17 de outubro de 1950 e aprovado pelo decreto legislativo nº 33, de 14 de julho de 1955.

Organismos multilaterais tais como a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* que significa: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a OEA (Organização dos Estados Americanos), desde a sua criação na primeira metade do século XX reúne um conjunto de interesses políticos e econômicos com perfis sociais e comerciais dos países membros, criando condições para a celebração de diversos acordos, supostamente orientados sobre o argumento de cooperação em diversas instâncias. Isso possui correspondência com a configuração da ordem econômica e comercial de determinados blocos capitalistas com a emergência de outros em desenvolvimento.

O fomento financeiro dedicado aos países membros sobre a forma de acordos seguem premissas de investimentos em determinados programas cujas propostas estariam sincronizadas com a liberação dos recursos e não simplesmente um empréstimo livre, menos ainda uma doação, na medida em que são estabelecidos no referido acordo as condições do investimento disponibilizado. Sob o discurso de “desenvolver e incrementar os meios de comunicação entre seus povos e de empregar levantes meios a uma múltipla comunicação e compreensão do conhecimento mais preciso, verdadeiro dos seus costumes” (MEC/SG/PREMEM/ 1950, p. 505). A expectativa de construir um padrão de qualificação técnica seria preconizada por meio dos chamados pacotes firmados em acordos desta natureza. Nesta acepção haveria uma sincronia de propósitos que acompanharia o fomento financeiro destinado a países em desenvolvimento. Por esta lógica, ter-se ia a prerrogativa de alinhar o investimento de recursos ao propósito de formação ao qual se destinaria. Em outras palavras,

isto equivale a vincular um projeto de formação e, por conseguinte a projeção de programas consubstanciados ao discurso de modernidade, do desenvolvimento, do progresso correspondente aos interesses do capitalismo em expansão. Nesta concepção contextual mais ampliada, estariam embutidos e justificados os intensivos para a preparação de jovens e adolescentes na dinâmica de dimensão de uma determinada ordem civilizada e urbana para a qual estaria destinada o horizonte da qualificação técnica, da preparação para o labor e assim como para o despertar das aptidões individuais e do discurso vocacional.

Segundo Arapiraca (1979), em estudo realizado sobre o PREM³ (Programa de Expansão e Melhorias do Ensino Médio), considera que o aparelhamento ideológico da educação voltada para o fomento do ensino secundário, estaria projetada pelas diretrizes e técnicas estabelecidas pela EPEM (Equipe do Planejamento do Ensino Médio), definia as condições para as instalações e o seu funcionamento. Neste sentido, o acordo propunha a

Prestar assistência na implantação de sistemas estaduais de ensino secundário destinado a introduzir e estimular o desenvolvimento de Ginásios Polivalentes, e adaptar os currículos tradicionais de ensino secundário brasileiro às atuais necessidades sócio - econômicas do País. (MINAS GERAIS 1969. p. 45)

No alinhamento das prescrições e exigências de instalações do projeto institucional, além do destaque para uma instituição diferenciada de ensino secundário, já indicava que o formato curricular também seria diferenciado segundo as prerrogativas de formação, tendo em vista as novas demandas sinalizadas para a preparação da mão de obra. Diante de tais expectativas, observa-se que a instalação de uma Escola Polivalente em um município marcado pela tradição produtiva agrícola, teria duas possibilidades: aprimorar a qualificação deste setor com o incremento de máquinas e equipamentos de alta tecnologia ou direcionar a formação de mão de obra para serviços urbanos. A depender do formato dos cursos instalados na instituição estaria indicado o perfil de demanda socioeconômica, na qual se daria o atendimento educacional no âmbito dos cursos oferecidos pela escola. Posto isso, a configuração modernizante preconizada teria, em tese, esses dois direcionamentos, considerando um contexto regional e as características locais onde a Escola Polivalente fora projetada.

Deste modo, situada no cenário Nacional de uma política orientada para a formação técnica profissional, é necessário que se faça envolver os lugares em que se encontra na sociedade. Nesta perspectiva, ao examinar esta sociedade como comunidade educacional,

³ As fontes referentes ao PREM estão em acordo com o subsidio ao programa em todas as escolas que foram financiadas, porém nesta instituição ela foi direcionada ao 1º grau do ensino fundamental.

pode-se caracterizar a identidade do indivíduo social a partir das diferentes patologias de análise sociológica, segundo Norbert Elias (1995). Neste sentido, a relação do indivíduo e da sociedade, já se encontram em Marx os caminhos para serem analisadas em suas comunidades individuais e nas suas contradições e ou em seus conflitos. Por conseguinte, em Durkheim, a análise fundamental é a integração dos indivíduos dentro da sociedade, na qual, classificamos aqui como comunidade escolar com todas as suas dimensões de ensino e aprendizado e seus métodos; Para Weber, os indivíduos tomam para si o sentido de suas ações como hábitos que são elementos constitutivos da sociedade. Assim, a ação educativa contribui como uma parcela expressiva da comunidade no desenvolver do ensino e aprendizado, visando as ações do homem nas suas interações e interesses com o presente.

Apesar das perspectivas diferentes, todos buscam explicar o processo de construção de identidades comunitárias. Tais identidades surgem sob maneira histórica como fato de identificar ações institucionais em que os indivíduos se relacionam como sujeitos desta história ao justificar a sua vocação.

Deste modo, dois autores contemporâneos analisam a relação entre indivíduo e sociedade. Ao proporem integrar os indivíduos na sociedade, são eles, o sociólogo alemão Norbert Elias e francês Pierre Bourdieu. Para o sociólogo alemão, ao se relatar uma sociedade que está em conflitos, Elias julga em sua análise que é comum distanciar o indivíduo e a sociedade no campo do saber, tempo-espço, com as quais o sujeito se faz presente nesta comunidade local, e que é impossível haver uma interação entre a relação de bem-estar e felicidade individual, por motivos dos conflitos.

Segundo Elias (2010), de um lado está o pensamento de uma sociedade que busca analisar as instituições: “Família, Escola e Estado”, devem estar a serviço da felicidade e do bem-estar de todos; de outro lado, a ideia da unidade que é direcionada a vida individual⁴.

As distinções entre indivíduo e sociedade demonstram que o pensar se trata de duas coisas separadas como: mesas e cadeiras, tachos e painéis. Ora, para Elias (2010), é somente nas relações e por meio dela que os indivíduos adquirem características humanas como falar, pensar, raciocinar e amar. Acrescenta-se que só é possível trabalhar, estudar e divertir-se em uma sociedade que tem história, cultura e educação, e não isoladamente. Assim em um grupo social não há separação entre indivíduo e sociedade. Tudo deve ser entendido de acordo com o contexto; caso contrário, perde-se a direção e a dinâmica da realidade e o poder de entendimento.

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.18.

Por consequência disto, nota-se que o conceito de ação social, pode ser aplicado a pequenos grupos ou a sociedades inteiras, em nosso caso, ele será aplicado na Escola Polivalente de Araguari que é por sinal um dos tempos-espacos de ações de pessoas que estão no processo de construções de relações históricas sociais à comunidade local. E ao instaurar estes meios de relacionamentos comportamentais e criar laços, os conceitos históricos tornam-se construções de identidades comunitárias dando vida e existência ao longo do tempo como uma dependência entre uma, ou outras pessoas que procuram expressar as suas afinidades e afetos, e, que ao buscar seus contextos anteriores, expressam a relação humana para justificar a atual conjuntura de fazer-se presença à instituição. É nesse conceito, que chama atenção para dependência entre as pessoas. Elias (2010) utiliza a expressão “sociedade dos indivíduos”,⁵ realçando a unidade que se faz aproximar os indivíduos do objeto tornando-os pertencentes de um sentimento comunitário e não a divisão social.

Ao compreender a dinâmica das ciências em uma sociedade grande e complexa tem-se a demarcação de pelo menos duas qualidades que se demonstra muito firme e muito elástica em seu interior que constantemente abre-se no espaço para decisões individuais. Dentre as quais identificamos as oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas, quando o sujeito se depara com as encruzilhadas sobre as quais têm de fazer suas escolhas. A partir de seus desígnios, vocação, conforme sua posição social, pode depender o seu destino, seja pessoal imediato, ou familiar, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro das frações societárias.

Ao distinguir o indivíduo como um ser social, que se doa pelas suas escolhas e no seu desenvolvimento cultural há de se pensar que tensões podem existir dependendo de suas ações para o sistema social, a qual, ele tende a lutar e se localizar nos centros das novas formas de integração rumo às quais se deslocam as mais antigas, em virtude, sempre, de suas tensões. Mas há de existir oportunidades entre as quais o indivíduo se vê forçado a optar, em si mesmas, criadas por esse indivíduo e que são prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro delas.

Nota-se que, as formas de como o conceito de *habitus*⁶ é utilizado por Norbert Elias, além de ser esclarecedor, esse conceito estabelece uma ligação entre o pensamento de Elias e do francês Pierre Bourdieu. Para o autor é algo como uma segunda natureza, ou melhor, um

⁵ QUINTANEIRO, T. *processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010. p.36

⁶ Segundo o dicionário Houaiss: modo de ser de um indivíduo ligado a um grupo social, que se relaciona experiência com a aparência física (roupa, atitude e etc.).

saber social incorporado pelo indivíduo em sociedade em que se afirmar que o destino de uma nação, ao longo dos séculos, fica sedimentado no *habitus*, dos seus membros.

Desta forma, se tratando de um programa de qualificação técnica subsidiado por organismos técnicos na aplicação do aparelhamento das instituições públicas, as intenções e as finalidades das ações estariam revestidas de interesses mais abrangentes que extrapolam a dinâmica das próprias finalidades locais, demarcando a transferência de modelos para além do espaço e tempo imediato, na medida em que os possíveis resultados preconizados estariam transversalizados em fronteiras transnacionais. Isso indicaria supostas expectativas de preparação de mão de obra de reserva que estaria caracterizando o discurso de modernização, do progresso e do desenvolvimento compreendido em um plano de expansão capitalista para além das particularidades e disposições locais ou regionais.

A preocupação de Bourdieu (2001), ao retomar o conceito de *habitus*, se aproxima com da concepção de Elias ao compreender a ligação entre o indivíduo e a sociedade. Logo, para Bourdieu não há diferença entre o pensar e os termos gerais, apenas na maneira de propor a questão. Portanto, o *habitus* se apresenta como social e individual ao mesmo tempo, ao referir-se tanto a um grupo quanto a uma parcela da classe social, seja composta por uma pequena comunidade ou numa composição mais complexa, o indivíduo se fundamenta de articulações sobre a existência e sobrevivência com as suas formas de ações e percepções comunitárias dentro e fora dos grupos.

Desta maneira, pela compreensão dos hábitos é possível conceber dinâmicas distintas tanto em caráter macro, tanto micro na medida em que articula com as suas práticas cotidianas, ou seja, com a vida concreta dos indivíduos e com as suas condições de classes sobretudo com as determinadas sociedades (grupos sociais). Na conduta dos indivíduos e as suas estruturas fundem-se nas condições objetivas com as subjetivas da sociedade moderna para Bourdieu, o *habitus* é (re)estruturado por meio das instituições de socialização dos agentes, sendo eles, a família, a escola e o Estado, são essas as primeiras categorias e valores que orientam a prática futura dos indivíduos, define a escala de escolhas de despertar de definições e despertar de aptidões vocacionais, toda via as disposições externas preconizadas pelas agentes sociais são indutoras do direcionamento da qualificação técnica para qual o indivíduo é direcionado para o desempenho de determinado labor.

Na medida em que se relaciona com as pessoas de outros universos de contextos sociais, o indivíduo desenvolve um *habitus* secundário, não contrário ao anterior, mas dissociável dele. Assim, com frequência se constroem um conhecimento a posteriori conforme agrega a

experiência continuada. Isso não significa que será uma pessoa diferente da que era antes, pois, se modifica sem perder as suas marcas de origem, de seu grupo familiar ou da classe na qual nasceu, com os conceitos e valores dos indivíduos, dentro da sua subjetividade. Segundo Bourdieu (2001), há uma relação muito intensa com o lugar que se ocupa na sociedade, mas não dada a igualdade de posições, pois se vive numa sociedade desigual.

2.2 Do ensino primário ao secundário no século XX: o empenho da qualificação técnica

Para entender o processo de criação das Escolas Polivalentes permeada pelo discurso de qualificação e modernização é conveniente fazer um retrospecto histórico, na origem das iniciativas de implementação da instrução popular e das finalidades educacionais instituídas no contexto nacional após a mudança do regime imperial. As primeiras instituições denominadas escolas de Aprendizes de Artífices, foram amparadas pela reforma educacional nas primeiras décadas republicanas do início do século XX, cujas finalidades e ações se desdobraram em diversos formatos, em vilarejos, localidades urbanas e rurais destinadas a acolhida de menores, de órfãos e de recolhimento de vadios, desvinculados de famílias. De acordo com o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909,

[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...] (BRASIL, 1909).

Nestes termos, a suposta missão das instituições de acolhida, estaria claramente estabelecida enquanto dispositivo de ordenamento e de saneamento social urbano, pois exerceria uma ação corretiva e punitiva equivalente aos órgãos de segurança e vigilância pública. Os destinatários destas ditas escolas também estariam pré-determinados por serem alvos de uma condição social marginalizada, adjetivados de vadios, desvalidos, órfãos, ou seja, sem nenhum tipo de vínculo com algum espaço institucionalizado. Logo, as instituições criadas sob o argumento de qualificação e do preparo para algum ofício, na verdade teria uma função social abrangente, por se colocar enquanto espaço de confinamento e reclusão de menores em diferentes idades.

O discurso do ensino e do cuidado estaria revestido de outras atribuições articuladas ao recolhimento com correção de comportamento e de postura social. Historicamente, os efeitos e resultados de tais intuições expressaram as contradições de uma política republicana marcada pela descontinuidade de ações na medida em que ao atingirem a maior idade, estes sujeitos não

teriam o aporte de encaminhamento para a formação, nem a qualificação em outros ofícios, sendo devolvidos à própria sorte sob o argumento de ter chegado à idade adulta. O desalinho das ações de estado, assim como, o distanciamento de outros agentes públicos ao longo do tempo fora marcado por omissões e exclusões recorrentes.

Embora, a predominância de população rural caracterizava a sociedade da época aos problemas advindos do aumento do contingente social expropriado das condições de vida, oriundos do processo de abolição da escravidão e adicionado as diversas formas de exclusão de outras populações desprovidas da propriedade e dos meios de produção, somado ao elevado índice de analfabetismo. Diversos fatores tensionavam um reordenamento da vida civilizada, assim como o enquadramento desta fração social a um formato que permitisse o controle das instituições do Estado. Sob o argumento do cuidado, do zelo e do recolhimento destes indivíduos do espaço social, o abrigo institucional doravante caracterizado por um tipo de instituição educativa, por variados formatos de instituições educativas aglutinaria os propósitos de controle e de confinamento, não necessariamente comprometidos com a melhoria das condições sociais destes indivíduos. Todavia, o que prevaleceria sobre o discurso hegemônico seria a nobreza das intenções do Estado Republicano em aparelhar as instituições destinadas exclusivamente para essa fração social; por meio de tais dispositivos, a ação do Estado projetava perante a sociedade a resolução dos problemas, promovendo uma assepsia social, especialmente enquadrada no padrão de urbanização que se tornava cada vez mais expressiva nos diferentes entes federados.

Concomitantemente, naquele tempo e espaço, já havia a necessidade de direcionar a nova classe social para a disponibilidade de sua força de trabalho, dedicando-se a atividades até então desvalorizadas, tornando-se importante em "fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo". (CARVALHO 2017, p. 30)

Uma medida indicada no regulamento de 1926, foi a industrialização das escolas de aprendizes artífices com o objetivo de aumentar a produção e a renda destas instituições, além de oferecer ao aluno uma alternativa de qualificação para o labor. Tais dispositivos apontam uma contradição na preparação destes adolescentes e jovens para o exercício de uma atividade produtiva, sobre o argumento da qualificação de mão de obra, operava a retro alimentação do sistema, com a autossustentação das escolas geradas pelo produto da mão de obra dos internos. Ou seja, ao se vincularem à escola os aprendizes pagavam com a sua força de trabalho o seu sustento e a permanência interna. Este regime instruído pelo formato de geração de renda

colocaria o aluno interno na responsabilidade de gerir o seu próprio sustento, na hodiernidade, nem o sistema prisional aplica a mesma regra para os detentos em ressocialização.

A comparação díspar serve para induzir uma reflexão a respeito das motivações que impulsionavam a criação e a manutenção deste tipo de escola, marcada por ambiguidades evidentes. Em um primeiro plano, estaria a boa intenção do estado em prover estes espaços de acolhida, sob o discurso de ordenamento e de formação; No outro plano o desdobramento das ações, a submissão dos internos na produção de uma renda para a escola, enquanto o aparelhamento dos recursos do Estado alimentaria uma burocracia tecnocrata com a geração de cargos e funções mantidos com os recursos públicos, haja vista a hierarquia institucional que estas escolas reunia, distribuída em vários postos e serviços ocupados por servidores públicos de carreira e burocratas. Noutras dobras, ficariam submissos ao rigor do disciplinamento e da ordem aos menores aprendizes expostos a toda sorte de castigos, punições e demais modos de enquadramento social. Efetivamente a qualificação do indivíduo e a oportunidade enquanto sujeitos se restringiria a adequação dos interesses do próprio Estado exercido na ação institucional.

A primeira Constituição a tratar sobre ensino técnico, profissional e industrial, foi a de 1937, nesta mesma época as escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, por meio da Lei 377. Em 1942 pelo Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas. A finalidade dessas escolas criadas ao longo da primeira metade do século XX, se deu na formação de operários e contramestres, através do ensino prático com conhecimentos técnicos para instruir e aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes necessário ao Estado em que funcionar a escolas, consultadas, quando possível, as especialidades das Indústrias locais” Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

Outrossim, ao conciliar a possibilidade de uma formação geral com aquisição de habilidades técnicas e aptidões vocacionais, esta legislação aproximaria a formação propedêutica da formação técnica no mesmo nível de ensino. Embora assegurado pela legislação o ensino secundário não receberia as mesmas frações de classe, pois para os filhos da boa sociedade o acesso e a instrução popular aos estudos complementares seria algo aparentemente natural. Enquanto que para as frações sociais formadas pelos desvalidos, a condição de analfabetos e o não acesso à instrução elementar seriam as primeiras dificuldades que impediriam essas aproximações na prática. Prevaleceria a dualidade nos fins e objetivos da educação, na medida em que o acesso não seria igual para os diferentes sujeitos históricos,

considerando que para a grande maioria da população sem o acesso à instrução popular, somada a necessidade de imersão na força de trabalho para a subsistência, chegar ao ensino secundário seria ilusório. A legislação promoveria a possibilidade de aproximação, mas a realidade social seria o impeditivo que aprofundaria os distanciamentos. Por esta dimensão, visualizamos os dispositivos de composição da elite do ensino secundário, enquanto as demais frações de classe seriam “naturalmente excluídas deste processo”.

Enquanto prescrição prevista para a formação geral e específica, tinha-se uma perspectiva avançada. Neste sentido para Romanelli (1986),

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo o sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e seguras. (ROMANELLI, 1986, p. 135).

Outra possibilidade de formação seria assegurada àquelas frações de classe, cujas condições sociais e econômicas permitiam o acesso à escola dentro da idade regular em instituições com bom nível de formação geral ou propedêutica. Consideradas tais distinções, a dualidade no formato e no conteúdo escolar se estabeleceu pela diferenciação do tipo de escola para os pobres e para os ricos. É neste sentido, que se reafirma as expectativas delineadas em um projeto escolar ou em um determinado programa educacional.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. Com o Decreto-lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, propôs um ensino de 1º Grau obrigatório, fixando em oito anos o Ensino Fundamental.

Nos termos da lei,

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento. 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; [...]2º A parte de formação especial de currículo: [...]b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.(BRASIL, 1971, p.08)

Por esta legislação, foi assegurada a possibilidade de implementar diferentes modalidades de qualificação técnica, com orientação vocacional e o desartar de aptidões, desde a fase final do 1º Grau até o Ensino Médio. Com essa antecipação a lei previa à prerrogativa de

alternar os tipos de qualificação requerida conforme a realidade local e regional. De modo sistemático, foi nessa legislação qualificação técnica foi inserida como nível de formação integrada ao 1º e 2º Graus. Considerado o contexto nacional da política empenhada pelo regime civil-militar, tais disposições indicam o perfil de orientação da educação à época, antecipando a preparação para uma suposta imersão nas atividades laborais e produtivas.

Com a mudança da legislação, a nomenclatura dos níveis e modalidades de ensino foram alterados tendo em vista a fixação da obrigatoriedade escolar em unificação dos ciclos, assim como o antigo primário foi incorporado ao ginásio, compondo o 1º Grau com oito anos de estudos. Já o 2º Grau foi caracterizado por uma formação geral e especial, com diferentes modalidades de cursos com certificação técnica ofertados em três anos.

A prerrogativa de antecipar tipos de qualificação técnica para as quatro séries finais do 1º Grau, seria articulada com a reconfiguração dos programas de ensino, atendendo os diferentes formatos.

No impulso de implementação da nova lei, tendo a influência de acordos celebrados para qualificação de profissionais na década anterior, ações políticas alinhadas pelos Governos Brasileiro e Americano por meio de agências reguladoras, tendo o MEC como representante do Brasil e a USAID como representante dos EUA, ademais, foram empenhados recursos com a ampliação de convênios em andamento direcionados para a qualificação técnica profissional em diferentes itens e modalidades.

2.3 A Escola Polivalente de Araguari e a qualificação técnica no 1º Grau

Oficialmente as ações para a instalação da Escola Polivalente em Araguari teve início em janeiro de 1971⁷, com a formalização do termo de doação da área destinada à construção da instituição. O terreno localizado na vila de Fátima, medindo 20.034 m² (vinte mil e trinta e quatro metros quadrados), contou com a participação de agentes políticos no comando dos entes federados para a viabilização do projeto preconizado para a edificação da escola naquele espaço.

⁷ Conforme documento do cartório de 2º ofício tabelionato Bittencourt, livro nº 114, folha 06, reza que no dia 05 de janeiro de 1971, em que o cartório outorga doadora a Prefeitura Municipal de Araguari, representado pelo prefeito o Fausto Fernandes de Melo, e de outro lado como outorgado donatário o Estado de Minas Gerais, representado pelos Agenor Fantini Borges e Adolfo Antônio Bueno de Paiva, respectivamente coletor estadual e delegado fiscal da 47ª delegacia fiscal, em exercício deste município, representando Juscelino Kubitscheck de Oliveira, então governador do Estado das Minas Gerais.

Nos termos do acordo, a Prefeitura Municipal doava ao Estado de Minas Gerais, o terreno para a instalação da escola. Tal ato, expressa o alinhamento das ações políticas, no interesse de fomentar e prover as condições de base para que o programa dos chamados Ginásios Polivalentes, subsidiados pela política do Governo Federal, com recursos captados juntos a organismos internacionais. As parceiras firmadas com estados e municípios, promoveria o alinhamento do programa de qualificação técnica, na convergência de interesses regionais e locais. Nesse processo, dentre outros empenhos operacionalizados pelos entes federados, consta doações ou permutas diárias, oficialização por meio de leis e decretos, a fim de regularizar a documentação necessária, assim como viabilizar as autorizações e despachos requeridos em cada etapa, desde a liberação de terreno, lançamento da construção, até os atos oficiais de inauguração, aparelhamento, liberação para o início das atividades institucionais preconizadas.

Nos termos da escritura, Lei nº 1.497 que autoriza a permuta de terreno, doação e abre crédito especial. A câmara municipal de Araguari decretou e sancionou a seguinte lei,

art.1º fica o poder executivo autorizado a permuta de um imóvel do patrimônio municipal, situado nesta cidade, à praça da constituição, com área de 3.013,80 m². art. 2º procedida a competência avaliação, fica aberto o crédito especial de Cr\$4.965,00 para a cobertura da documentação e registros, por parte do executivo, correspondendo a diferença de valores dos imóveis; art. 3º fica, ainda, o poder executivo autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, para a construção de um Ginásio Polivalente (GP), o imóvel a ser adquirido nos termos dos artigos 1º e 2º desta lei. Art. 4º revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, em 22 de dezembro de 1970. (Cartório, 1970, s.p.)

O termo de recebimento definitivo do edital nº 01/009 de 1971 relativo à construção das estruturas da Escola Polivalente de Araguari, executada pela empresa Construtil (Construtora de Ituiutaba Ltda). O contrato de execução da obra com o início na data de 26 de junho de 1971, no mesmo edital estabelece o final do contrato para 13 de abril de 1972. A construção foi fiscalizada pelo engenheiro José Bandeira de Melo, este engenheiro oriundo da capital de Minas Geras e Humberto Reis engenheiro da construtora.

Concedida a autorização para a construção de um Ginásio de modelo GP2, com construção de 2.457,23 m² (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete metros quadrados), iniciada em 1971. O modelo de prédio projetado para a instituição em Araguari, segundo o documento orientador das Escolas Polivalentes, padronizava o alinhamento com demais escolas implementadas por meio do programa de qualificação técnica, subsidiado pelo acordo MEC/USAID.

Os engenheiros destinados a fiscalizar a obra da Escola Polivalente em Araguari, redigiram um relatório encaminhado à comissão do Estado sobre o imóvel, por meio de ofício ao governador e ao secretário da educação, versando sobre o pagamento dos serviços prestados pela construtora. Após o proceder a vistoria nas estruturas, os engenheiros e técnicos, realizaram alguns ensaios e análises de laboratórios julgados satisfatórios para a liberação e a entrega do prédio construído, confirmando o funcionamento dos laboratórios específicos, assim como as demais dependências.

A conservação de locais, tais como, o calçamento, construção de muros, a jardinagens interna e externa, seriam solicitadas por meio de ofício à Secretaria de Educação e à prefeitura local, para o envio de funcionários responsáveis pela execução dos serviços de limpeza e manutenção dos espaços de área comum da Escola Polivalente. Estes expedientes indicam a prevalência da participação gestora do município em assuntos relacionados a instituição durante a primeira fase de funcionamento dos cursos implementados.

Ao executar uma parceria tripartite, envolvendo o governo federal com anúncio do programa de qualificação e a consequente destinação de recursos, a participação do governo estadual na acolhida de uma nova escola para integrar a rede estadual, dotada de um padrão diferenciado, assim como a promessa de aparelhamento, a recepção do governo municipal com os empenhos locais para que a construção fosse viabilizada, demonstra a articulação dos entes federados com ações operacionais que indicam a ressonância e o empenho dos diferentes agentes nos sentidos de materializar a referida instituição perante a sociedade local. Por tais disposições evidenciamos o que chamados de convergência dos interesses em torno da aposta nesse formato de escola que teria entrado em funcionamento em um tempo relativamente curto se observados a agilidade das ações do início da construção até a inauguração e a abertura das atividades em 14 de setembro de 1971.

O teor das notícias, das notas e informações divulgadas por diferentes veículos de comunicação, incluindo a imprensa escrita seriam difundidas no período com a finalidade de transmitir a sociedade local e regional o padrão da escola polivalente, assim como a estrutura diferenciada com o vislumbre dos espaços e o aparelhamento interno. Por meio destas estratégias, além de fazer o anúncio de uma escola pública diferenciada, também realizava o chamamento de profissionais interessados em compor o corpo técnico e profissional da instituição.

Ao anunciar a obra e a inscrição para exames e vestibulares aos interessados nos cursos de licenciatura curta, como exigência àqueles que quisessem concorrer a uma oportunidade de

atuação na nova escola, também indicavam a projeção institucional distinta de outras escolas existentes no município. Semelhante estratégia seria utilizada quando a divulgação nominal das áreas para as quais haveria contrato disponível, nominando componentes do programa de qualificação técnica, de acordo com os cursos que seriam implementados. Além dos componentes relacionados, a formação geral compreendida pelo núcleo comum, a ampliação das áreas específicas para a qualificação técnica vinculadas as artes, habilidades diversas, já se faziam propagar o perfil distinto dos profissionais, dos cursos e da própria concepção da Escola Polivalente. As ações operacionalizadas do sentido de promover esse alinhamento de formação do quadro interno conforme estabelecido no padrão do programa oficial seria igualmente um dispositivo de divulgação do perfil da escola.



Figura 02 – Recorte do jornal Botija Parda com marcas do recrutamento de profissionais. Fonte: Jornal Botija Parda, 21 de fevereiro de 1971, p. 04.

Dentre as informações divulgadas pelos meios de comunicação, destaca-se a idade mínima e a idade máxima dos candidatos para pleitearem a vaga e a realizarem o curso. Estabelecido o mínimo em vinte e um anos e o máximo em trinta e cinco anos, estima-se que já indicaria um perfil requerido aos profissionais almejados para compor o quadro institucional, constituído por pessoas na plenitude da idade produtiva. Logo, informações relacionadas aos deslocamentos dos candidatos para outras cidades de Minas Gerais, como, Uberlândia e Belo Horizonte, também eram objeto de divulgação na imprensa. Outro destaque que chama a atenção da pesquisa e a regularidade e a frequência das notícias veiculadas, nos meses imediatamente posteriores ao lançamento das obras de construção da escola, uma evidencia de que a propagação das informações, assim como a mobilização da sociedade no atrativo de

potenciais candidatos indicaria a serenidade dos processos e dos empenhos para que o corpus profissional fosse composto, preparado para entrar em atividade na escola em tempo recorde.

O projeto com os recursos humanos do PREMEN empreendeu diversas realizações até o final de 1971, no sentido de preparar quadros profissionais destinados às Escolas Polivalentes no Estado. Tal feito, também foi objeto de notícias divulgadas na imprensa local, numa referência no alinhamento de interesses em relação aos assuntos referentes aos Colégios, Ginásios e Escolas Polivalentes.

Na ocasião, ocorreu a conclusão do treinamento de 972 professores em cursos de curta duração para a primeira etapa, sendo que 525 em disciplinas acadêmicas e 447 em artes práticas; Além da realização de treinamento com 528 professores em cursos de reciclagem para a primeira etapa, sendo 437 em disciplinas acadêmicas e 39 em Educação artística; A realização do treinamento de 364 elementos para o corpo técnico e administrativo dos ginásios na primeira etapa; O início do treinamento de 1.920 em curso de curta duração para a segunda etapa do subprograma nacional, sendo 1.204 em disciplinas acadêmicas, 620 em artes práticas e 96 em educação física; O início de 948 elementos para o corpo técnico e administrativo dos ginásio na segunda etapa. (Jornal Botija Parda, 27 de maio de 1972 p. 6)

Conforme observado na notícia do jornal, o número de profissionais treinados em diferentes áreas e habilitações é expressivo considerando a abrangência em nível da rede estadual de instituições polivalentes. Deste contingente, constava a fração de profissionais contratados para a Escola Polivalente de Araguari.

Várias foram as chamadas da comissão de recrutamento e seleção de professores para trabalharem no PREMEN, alguns para cargos de coordenação pedagógica para as cidades de Manhuaçu, Nanuque e Pirapora. Os incentivos profissionais com cursos de qualificação técnica, especializações e treinamentos específicos, compunham o programa formativo implementado pelo órgão gestor, afim do aparelhamento das diferentes instituições Polivalentes instaladas no Estado, incluído as em funcionamento no Triângulo Mineiro e em Araguari.

O investimento formativo para a composição dos quadros de profissionais das Escolas Polivalentes, seria distinto a começar pela exigência de formação geral e de habilidades técnicas específicas. A inexistência de qualificações que garantissem este perfil já era mencionada em relatório de inspeções da época. Portanto, fez-se necessário a preparação dos quadros que comandaria o programa de qualificação técnica conforme os cursos implementados na instituição. O professor assumia a função com a denominação de mestre da disciplina com a

qual iria trabalhar, com o desafio de associar os conhecimentos da formação geral com as habilidades técnicas específicas.

Para Resende (2015), a admissão de pessoal para os Ginásios Polivalentes foi normatizada pelo decreto 12.863, de 30 de julho de 1970, de Minas Gerais, respaldado pelo convênio firmado entre o PREMEM, a UFMG e a Secretaria de Educação. Segundo o art. 1º deste decreto, a admissão seguiria a seguinte norma,

Art. 1º - A admissão do Pessoal administrativo, técnico, docente e auxiliar dos Ginásios Polivalentes, a que se refere este Decreto, far-se-á por contrato, obedecidas as normas nele estabelecidas. Parágrafo único – A contratação a que se refere o artigo será regida pela consolidação das leis do trabalho e terá vigência por prazo indeterminado. (MINAS GERAIS, 1970).

No art.5º deste mesmo decreto, estabelece as “[...] normas e condições obrigatórias [...] para a efetivação dos contratos e para o regime de trabalho do pessoal dos Ginásios Polivalentes”. Nesta epígrafe destaca-se o seguinte:

VIII – a carga horária do trabalho do professor será fixada em não menos de 20 (vinte) e não mais de 24 (vinte e quatro) horas por semana e por turno, das quais 4(quatro) a 6 (seis) horas serão destinadas à preparação de aulas no próprio estabelecimento, as reuniões, ao aconselhamento de alunos e outras tarefas extraclasse; IX – em situações de necessidade crítica, poderão ser admitidos professores em tempo parcial em número que não exceda de 20% (vinte por cento) do corpo docente de cada unidade escolar; X – os professores de práticas educativas ou de artes aplicadas poderão ter suas horas de trabalho distribuídas em 2 (dois) turnos, da manhã e da tarde; [...] XIII – haverá incentivos salariais especiais e suficientes para atrair a metade ou mais dos professores de cada unidade escolar para o regime de tempo integral, em dois turnos sucessivos, na mesma unidade escolar, caso em que é vedada a regência por professores que lecionem em dois turnos. (MINAS GERAIS, 1970)

A mesma autora, Resende (2015), em relação a este decreto, enfatiza que as condições de trabalho imprimiram sua suma importância para que se efetivasse o projeto PREMEM, na proposta de aplicação do acordo MEC/ USAID nos Ginásio Polivalentes, com incentivos aos profissionais que assumissem a operacionalização dos cursos sobre esse formato. Adicionado ao incentivo salarial, a formação destes profissionais também fora um aspecto de distinção em relação a outros cursos implementados à época, na medida em que antes de ocuparem seus cargos e funções uma das exigências seria se submeterem à formação específica, sendo certificados conforme cada caso.

Portanto, a condição de acesso e o direcionamento das funções inerentes ao ofício também seria algo distintivo e valorizado para esse seleto grupo de servidores estaduais.

Conforme pauta de uma das reuniões pedagógicas registradas em atas da Escola Polivalente consta que,

Os professores de meio horário trabalhavam quatro horas diariamente durante cinco dias e mais um dia de duas horas. Poderiam também completar as horas semanais trabalhando essas duas horas em dois dias, ou seja, três dias de quatro horas e dois dias de cinco horas podendo assim folgar um dia por semana. Os períodos integrais deveriam trabalhar oito horas, diariamente, durante cinco dias e mais um dia de quatro horas. Não fazer nove horas por dia para folgar no sábado. O número de professores na Escola deverá ser o mesmo de segunda a sábado. [...]. Em época de aulas a Escola funcionará dez horas por dia. (ESCOLA POLIVALENTE DE ARAGUARI, 1972, p.1)

Nos termos da legislação, a organização interna da Escola Polivalente se apresenta diferenciada das demais escolas da rede estadual, na composição do quadro profissional, do modo de distribuição das funções, assim como os critérios para o desempenho das atividades, consoantes ao formato de tempo integral, compreendido nas diversas especificações.

A captação de recursos para as instituições Polivalentes, dentro do programa formalizado entre o Estado, (PREMEM) e o Município, estabelecia corresponsabilidades nos três níveis administrativos, com participação na forma de ações integradas, tendo em vista, o provimento geral e específico de que a escola necessitaria, envolvendo desde a formação de professores, equipamentos, manutenção predial, contratação de especialistas e técnicos, dentre outros.

Sobre tais aspectos, um alerta do órgão gerenciador do programa (Brasil/MEC, 1970), esclarecia que uma ação isolada entre estes órgãos ou interrompida, resultaria na instabilidade do sistema e não se concluiria os objetivos básicos da manutenção das Escolas Polivalentes necessárias para a estabilidade e articulação do projeto. Neste mesmo espírito a respeito da manutenção, o mesmo documento enfatizava que,

- a. Assegurar que os convênios sejam cumpridos integralmente;
- b. Fornecer a assistência necessária às escolas após a sua entrega aos estados;
- c. Controlar o processo de evolução de Escolas Polivalente e seus problemas, assim como o desempenho do pessoal treinado pelo programa, após a entrega das escolas aos Estados;
- d. Fazer com que as equipes locais e estaduais compreendam que o modelo apresentado deve ser adaptado as suas condições;
- e. Fazer com que os Estados apresentem um sistema de integração escolar no qual a Escola Polivalente tenha uma participação efetiva;
- f. Manutenção permanente de um sistema de supervisão que permita uma avaliação periódica e a evolução do ensino e dos métodos adotados.
- g. As áreas de estudos devem ter atividades integradas, principalmente entre o núcleo comum e o das artes práticas
- h. Os planos curriculares não devem divergir do plano curricular do Estado e sim alcançar o que se propõe na filosofia da Escola Polivalente, definindo aos objetivos fins e os objetivos meios. (BRASIL, 1970, p. 34)

Nos termos que fundamentam o programa de instalação de operacionalização das Escolas Polivalentes no país, a instrução técnica para o acompanhamento e o desdobramento do que seria efetivado em cada Estado, compreenderia a participação solidária e efetiva dos entes federados. A existência de um órgão setorial, no caso de Minas Gerais o (PREMEM), responsável pelo gerenciamento das escolas deste programa, que também funcionava como agência para atendimento de demandas específicas, encaminhadas pelas escolas de diferentes regiões do Estado. O decreto nº 63.914 de 26 de dezembro de 1968, prevê sobre o programa de expansão e melhorias do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências no seu artigo 4º,

Art. 4º. A comissão de administração terá atribuição de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes dos convênios firmados com os Estados, e administrará os recursos Federais, inclusive os provenientes de empréstimos, observando o disposto no artigo 14.

Por este dispositivo legal, o Programa Estadual para a melhoria do ensino médio atuava enquanto uma agência reguladora, de controle e administração de recursos diversos, vindos do governo federal para aplicação na educação sob a responsabilidade da rede estadual. O efeito desta gestão financeira se estenderia à rede escolar estadual e aos assuntos de educação nos municípios, incluindo o atendimento de demandas das Escolas Polivalentes.

Para a manutenção e conservação inicial, vários procedimentos poderiam ser adotados com vista à obtenção de recursos, além de fundos fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação, incluía aportes provenientes da prefeitura municipal e de outras fontes, tais como, a caixa escolar, contribuições voluntárias, campanhas e eventos.



Figura 03 –Fotografia da inauguração da Escola Polivalente de Araguari em 1971. Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir da consulta ao acervo da Instituição Escolar Madre Maria Blandina.

O processo de instalação da Escola Polivalente em Araguari, obedeceu a um protocolo anterior à recepção dos alunos propriamente dita, com a preparação dos quadros profissionais conforme o estabelecido nas instruções para as instalações dos cursos. Uma das primeiras atividades desencadeadas, teria sido a inscrição de candidatos para a seleção professores aos cursos de licenciatura de curta duração no mês de janeiro de 1971, em atendimento ao disposto no decreto 63.914 de 26 de dezembro de 1968, art.: 6º parágrafo II que pronuncia ao administrar o projeto de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, à construção de um Ginásio Polivalente modelo capital de cada estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamentos de professores de ciências, a seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e a organização de serviços de assistência. (BRASIL, Diário Oficial da União, 1968).

Nestes moldes, a Escola Polivalente de Araguari iniciara a sua construção na data de 21 de fevereiro de 1971, com ênfase na infraestrutura, limpeza e preparação do terreno. Percorridos um mês de início das obras e com as demandas burocráticas no dia 28 de março de 1971, o prefeito decreta que no prazo de trinta dias o terreno ficaria pronto com toda a documentação e a infraestrutura de água, luz e esgoto conforme citado pelo jornal Botija Parda.

Nos aportes financeiros, fora decretado pela Prefeitura Municipal de Araguari, sendo a responsável legal pela construção do prédio, a lei nº 1.504 que dispõe sobre a retenção da aplicação da verba destinada a Construção da Escola Polivalente de Araguari, pelo Banco do Brasil, S/A de parcelas do fundo de participação do município, nos tributos federais, vinculados por convênio a execução do PREMEM. Na mesma data dia 02 de abril de 1971, a resolução 01/1971 aprova o convênio celebrado entre o PREMEM e a Prefeitura de Araguari.

A inauguração das estruturas físicas da Escola Polivalente em Araguari, por meio de evento social, com atrativo da sociedade local, autoridades e políticos deu-se em 12 de julho de 1972. De acordo com este acontecimento social, o Jornal Botija Parda em 25 de junho de 1972, comparou a instituição com ênfase na estrutura física relacionada a um prédio de pesquisa. Mencionou que a instituição iniciaria as atividades com aproximadamente 300 alunos matriculados aprovados em uma avaliação de seleção.

Para as matrículas, os alunos se submetiam a uma pré-seleção, um exame no qual verificavam-se conhecimentos prévios para garantir a sua entrada ao Escola e efetivar a sua matrícula. Conforme Resende (2013) a resolução 925 determina que o regime da escola é semestral de aulas em substituição ao anual. A adoção desse regime visava flexibilizar a oferta

das disciplinas, facilitar o processo de organização do conteúdo, distribuição de tempo e a recuperação do fluxo dos alunos nas séries.

Em reportagem ao Jornal Botija Parda com a direção da escola a narrativa é marcada pela euforia com o início das atividades da instituição. “Grande foi número de jovens que frequentam as aulas, buscando sanar as suas dúvidas com professores, e, entusiasmados e cheios de alegria; [...] alunos com as curiosidades para o aprender na nova escola que por sua vez estamos em um espaço cultural de aprendizado”.



Figura 04 – Inauguração - hasteamento das bandeiras Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir da consulta ao acervo da Instituição Escolar Madre Maria Blandina.

Com este ato solene, percebemos uma das marcas históricas desta instituição com a qual está preparada para iniciar a suas atividades no próximo mês. Não obstante, com todos os cargos distribuídos; cabe ressaltar a burocracia dos Contratos das Leis Trabalhistas - CLT, para todos os funcionários no período em que estamos pesquisando; A instituição iniciou com as suas atividades escolares no dia 12 de agosto de 1972, como registra o termo de visita dos inspetores da instituição segundo o qual a inspetora fez a orientação geral da secretaria, bem como das fichas individuais de matrículas e sobre a caixa escolar.

Já na estrutura escolar aparelhada com laboratórios de ciências, sala de datilografia, galpões com os maquinários pesados para as Práticas Agrícolas e Práticas Industriais, entre outros espaços internos para abrigar os diferentes artefatos e equipamentos utilizados, com salas amplas, assegurando ao aluno a integração e a participação nos diferentes módulos que a escola dispunha para realizar as atividades formativas. Outras estruturas tais como: vestiários, cozinha,

pátio, quadra de esportes, salas administrativas e a biblioteca compunham a dinâmica organizada para a realização do programa de formação técnica, contemplando tanto a base comum prevista nas diferentes séries, quanto as especificidades das práticas.

No programa estabelecido para a formação técnica dos cursos implementados havia uma base comum e outra específica, contemplando os seguintes componentes: Práticas Agrícolas, Práticas Industriais, Práticas Comerciais e Educação para o Lar. E a configuração destas práticas distribuídas nas quatro séries, sendo 5ª e 6ª séries para todos os alunos matriculados, com a graduação de escolhas específicas nas 7ª e 8ª séries conforme nas afinidades e aptidões, estiveram em funcionamento na Escola Polivalente de Araguari, no período compreendido entre a fase I e a fase II como consta no quadro das fases da instituição, ou seja, até o final de 1977.

No caso local foram previstas entorno de 800 vagas para matrículas, com aulas distribuídas em dois turnos, (matutino/vespertino), o fornecimento do equipamento escolar direcionado para as diferentes práticas, o treinamento de professores, assim como do corpo técnico da instituição, em compatibilidade com a proposta da qualificação técnica preconizadas. Essa distinção é ressaltada a seguir,

[...] um ginásio pode ter ricas oficinas e salas ambiente para o aprendizado técnico e não ser um ginásio orientado para o trabalho, se deixar de atender a certas normas, das quais a mais importante é o acompanhamento do aluno para poder orientá-lo no sentido de suas reais aptidões. O que caracteriza essencialmente o novo tipo de ginásio polivalente, oferecendo algumas direções diferentes à opção dos alunos, é exatamente essa possibilidade de opção. (BRASIL, 1969, p. 87).

Pelo exposto na disposição estrutural e arquitetônica da escola, alinhado as prescrições preconizadas no programa de qualificação técnica, a expectativa de inserir o adolescente na aquisição de habilidades vocacionais estaria subjacente nesta proposta, embora, segundo o discurso oficial, não teria necessariamente um alinhamento direto com o direcionamento para o mercado de trabalho. Todavia, a ênfase no despertar para determinadas aptidões já seria um indicativo deste direcionamento, na medida em que em duas séries, todos os alunos seriam submetidos à diferentes práticas previstas no programa, para em seguida escolher nas duas últimas séries a opção pelas práticas com as quais melhor se identificassem. O fracionamento da carga horária disponibilizada para as práticas implementadas nas diferentes séries, expressa o peso e a influência de tal direcionamento. Fica subentendido que se esses cursos estavam organizados para uma integralização totalmente interna da estrutura da escola, sem a previsão de estágios externos, significa que a promessa de qualificação técnica se cumpriria dentre da

prerrogativa de despertar aptidões, com possível direcionamento vocacional dos alunos para uma futura imersão no mundo do trabalho.

Dentro da proposta assegurada pelo fomento de recursos internacionais, com os cursos iniciados em agosto de 1972, seguiu-se a sua implementação gradativa até o ano de 1974. Com o encerramento do convênio e o esgotamento dos recursos após este ano. A instituição manteve por meio do PREMEN apenas duas práticas, as Agrícolas e as Industriais, sendo encerradas as Práticas Comerciais e a Educação para o Lar. A partir de 1975, a escola adota o regime estatutário e tem alterado o nome oficial para Escola Estadual Madre Maria Blandina, ampliando a oferta de cursos e de turnos de funcionamento, tendo em vista, o atendimento de novas demandas. A partir destes ajustes, a continuação da instituição, com o incremento de novos cursos foi sendo possibilitado com a busca e a captação de recursos vinculados a novos programas e novos projetos, mantendo a característica da vinculação com a qualificação técnico profissional.

2.4 Percepções acerca do objeto na interface com a educação brasileira

O objeto de pesquisa inserido no campo da Educação Brasileira, tem ressonância com a expectativa de qualificação técnica preconizada no âmbito nacional daquele período, cuja premissa se assentava na orientação de direcionamentos do indivíduo, para responder às demandas de um suposto mercado de trabalho emergente, caracterizado pela expansão urbana, com serviços comerciais e industriais, setores de base e de apoio para o incremento técnico e industrial. A promessa do crescimento do mercado embalada pelo discurso de consolidação econômica e financeira, seria um atrativo para a preparação de mão de obra com distintas qualificações. O treinamento técnico profissional, possibilitou a criação das Escolas Polivalentes no período, assegurando a implantação de todas as fases, desde a construção de projetos arquitetônicos até o aparelhamento interno para o seu funcionamento.

Nos tempos republicanos, a estrutura da rede escolar brasileira ancorada nos dispositivos legais e nas iniciativas dos entes federados, a fim de atender às demandas diversas, em diferentes tempos e espaços, foram sustentadas por discursos de precarização e falta de recursos. Adiciona-se a isso questões de ordem econômica e social que impactaram os estados e municípios em diferentes épocas, motivos pelos quais se justificava a dificuldade de criação de um sistema escolar compatível com as necessidades locais e regionais.

Ao longo da primeira metade do século XX, sob o esclarecimento de Anísio Teixeira, gestor e intelectual da educação, os problemas nacionais eram apontados em estreita relação

com as questões educacionais e escolares, diante do incipiente investimento em escolas e poucas vagas. Os contrastes visualizados por problemas, tais como, o elevado nível de analfabetismo e a predominância de professores leigos em atuação nas escolas primárias. As expectativas de criação de um sistema escolar seriam dificultadas a começar pela composição de quadros com devidas qualificações para o ofício, indicando a premência por formação dos professores leigos em serviço, assim como, a impossibilidade de ampliar o contingente de profissionais habilitados para ocupar cargos e funções na educação escolar.

Tôdas as reformas e desenvolvimentos em marcha estão a depender fundamentalmente, da adequada formação de professôres. Será neste setor que residirá um dos esforços maiores do Ministério da Educação, em sua nova fase, como órgão de propulsão dos vinte e um sistemas educacionais, dos Estados, que a Lei de Diretrizes e Bases veio a ampliar aos três níveis de ensino (antes, sòmente o ensino primário estava sob o contrôle dos Estados) e como administrador do sistema federal de ordem apenas supletiva.

Ao lado do auxílio financeiro, pelo qual a União buscará restabelecer o equilíbrio entre os contrastes econômicos das diversas regiões do país, cogita ela de ampliar os seus serviços de assistência técnica, dando especial ênfase à preparação do magistério. (TEIXEIRA,1962, p.01)

Análogo a este pensamento, ao mesmo tempo em que ocorreu o gradativo aparelhamento de órgãos burocráticos do Estado, como ministérios, secretarias estaduais, órgãos regionais e outros dispositivos estatais destinados a estruturação do sistema escolar, verificava-se os desafios colocados diante da defasagem de informação em diferentes níveis e modalidades,

Já nos referimos anteriormente ao problema do magistério e à extraordinária proporção de mestres desprovidos de preparo pedagógico, tanto na escola primária quanto na escola média. Nas condições atuais do ensino, entretanto, já não se trata apenas de aumentar o número de professôres diplomados pelas atuais escolas normais, mas de modificar profundamente estas próprias escolas normais, lançando as bases de um tipo nôvo de formação do magistério. (TEIXEIRA,1962, p.01)

Deriva deste contexto da primeira metade do século XX, o alinhamento de discursos que apontavam para medidas emergenciais de formação e de qualificação em diversos setores e áreas, sob o risco de o país permanecer estagnado, sem condição de crescimento e de desenvolvimento. Na confluência de algumas expectativas, diferentes governos buscaram de recursos financeiros intermediados por organismos internacionais, firmados para operacionalizar programas específicos, geralmente destinados a determinadas áreas estratégicas.

A título de exemplos, apenas para situar a origem de alguns acordos com recursos internacionais, enfatizamos que na década de 1940, no contexto pós guerra mundial, o Governo

Brasileiro implementou ações de qualificação técnica para práticas produtivas no meio rural. Referimo-nos à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que além do suporte financeiro recebia a cooperação técnica. Por meios de missões organizadas no formato de visitas técnicas, treinamentos, e módulos de formação de professores, em atuação em meio rural, a campanha priorizou a qualificação técnica, manejo dentre outras metodologias aplicadas em setores da produção rural. As equipes técnicas juntamente com o investimento das ações vieram dos EUA.

Na década de 1950, diante da estatística dos professores leigos em atuação no ensino primário, Anísio Teixeira empenhou no discurso em eventos na América Latina, a necessidade de recursos subsidiados pela UNESCO, para medidas emergências de qualificação destes professores. Como resultado da ação diplomática do gestor, os recursos propiciaram a instalação dos centros de formação de professores primários em diferentes regiões do país, onde as demandas seriam mais expressivas.

Consideradas as devidas distinções dos contextos, das circunstâncias e das disposições políticas nas quais os acordos e convênios foram pactuados, é conveniente situar dois aspectos, o primeiro, diz respeito à regularidade de liberação de recursos, articulada à cooperação técnica, incluindo a presença de grupos profissionais responsáveis para o treinamento inicial e o alinhamento das ações dentro de um determinado programa de formação e qualificação técnica. Ou seja, no pacote financeiro, incluiria um suporte intelectual e um modelo de tratamento metodológico requerido. Isso envolveria nova concepção de tecnologia, formação, modelos, métodos e equipamentos. Outro aspecto que convém ser destacado, se referia as áreas prioritárias para as quais a qualificação seria destinada. O aprimoramento produtivo de setores agrícolas, incluindo o domínio de habilidade específicas, de ferramentas, insumos e manejo; aplicação de metodologias modernas no caso de escolas e do ensino; A indução vocacional e o despertar de aptidões para atividades laborais no espaço urbano, incluindo setores do comércio, da indústria e dos negócios.

Diante do exposto, compreendemos que o programa de qualificação técnica que deu origem às Escolas Polivalentes durante a década de 1970, tivera ressonância em acordos reeditados na década anterior, que coincidiram com a mudança de regime político. A versão das Escolas Polivalentes, seria um desdobramento de ações previstas nos planos de aplicação contemplados, na abrangência de propostas iniciadas em acordos anteriores.

Em meados da década de 1960, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), formalizou o convênio entre a AID (Agência para o desenvolvimento internacional), o MEC e

a CONTAP (Conselho de Operação Técnica da Aliança para o Progresso), em acordo firmado segundo princípios estabelecidos no documento denominado Carta de *Punta del Este*⁸, cujo convênio instruiu termos aditivos para a formação de professores e especialistas.

O fundamento deste Convênio é de estabelecer um projeto de cooperação entre o Ministério e a USAID, projeto esse que terá quatro objetivos. O primeiro é o de contribuir em base nacional e estadual para a qualidade e eficácia da educação primária, elaborar e executar um plano específico para aumentar e aperfeiçoar o fluxo dos alunos pelo sistema escolar primário. O segundo é o de elaborar planos e ações específicas para o melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior. O terceiro é melhorar os serviços regionais e nacionais, desde os Conselhos Estaduais e Secretarias Estaduais de Educação, no desenvolvimento e execução de programas eficazes da educação primária. O quarto é o de treinar como equipe de pelo menos seis técnicos brasileiros em planejamento para educação primária em nível nacional, capaz de dar assistência as regiões e Estados, em bases contínuas, e que se encarregaram do projeto de pessoal, chave em técnicas de planejamento, execução, avaliação e administração de educação primária, em nível estadual. (BRASIL, 1985, p. 455).

Pelo indicado nas fontes e preconizado nos documentos oficiais, a captação de recursos internacionais em diferentes épocas, fora acompanhada de programas de instrução de aplicação, cujos processos e resultados eram objetos de relatórios fundamentados nas ações conclusivas, produzidos por gestores e técnicos que estivessem à frente de órgãos e setores estatais. Em geral, os relatórios contemplavam a aplicação de determinados recursos dentro dos programas executados, indicavam o esgotamento da demanda ou a necessidade de sua manutenção por meio da ampliação e a inclusão de termos aditivos.

É neste contexto que se insere a pesquisa acerca das instituições Polivalentes. Conforme Resende e Gonçalves Neto (2013) no cenário internacional da Guerra Fria e do empenho dos Estados Unidos para a consolidação política e econômica, no controle dos países da América Latina, atuou na formalização acordos MEC/USAID na ligação entre os países logo após o golpe de 1964, o Brasil e os EUA.

Após assinado e o convênio entre o MEC representando o Brasil e a USAID órgão norte americano, houve a composição de um quadro com quatro especialistas, que trabalhariam em conjunto com quatro professores brasileiros, indicados pelo órgão local formando uma equipe responsável por planejar as ações previstas no acordo. Uma das ações previstas neste acordo foi o PREMEX, regulamentado pelo Decreto n. 63.914 de 26 de dezembro de 1968, com o

⁸ Projeto nº 1.337/1963 de 21 de nov. de 1963 que considera objeto do tratado à matéria da Carta de *Punta del Este*, firmada em agosto de 1961 por representantes de nações americanas. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=16066D96A01A55978B7AB9C96B518357.proposicoesWebExterno1?codteor=1197041&filename=Dossie+-PL+1337/196. Acesso em: 09/04/2020.

objetivo de “[...] incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do Ensino Médio” (BRASIL. Decreto n. 63.914 de 1968), subsidiada por “recursos orçamentários federais e estaduais, e extra orçamentários de fontes internas e externas” previstos no mesmo decreto.

De acordo com Resende e Gonçalves Neto (2013)

No ensino médio, o alcance dos acordos MEC-USAID ultrapassou os objetivos de assessorar o planejamento, a criação e a implementação dos ginásios polivalentes. Eles visaram, também, a assessoria para a expansão e o aperfeiçoamento do quadro de professores do ensino médio brasileiro. (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2013, p. 131).

Arapiraca (1982) e Resende (2013) demonstram que a origem da Escola Polivalente no Brasil, tem antecedentes no Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) que proporcionava o alinhamento das demandas educacionais do processo educativo, produtivo e industrial, concomitantes ao ensino regular e, no *Comprehensive High School* forma mais popular de educação pública secundária nos Estados Unidos.

Conforme o indicado nas pesquisas consultadas, é recorrente a referência em relação ao envio de técnicos do Governo Brasileiro aos Estados Unidos da América em busca de novas técnicas e metodologias com a finalidade de modernizar o ensino no Brasil, sobretudo com ênfase na qualificação técnica orientada para a imersão no mundo do trabalho e nos setores produtivos. Arapiraca, ao caracterizar este processo de ida de especialistas para serem treinados em terras americanas, “[...] não foram buscar nos EUA orientação técnica simplesmente; Eles foram submeter-se a processos de “internalização” de valores culturais para ‘serem melhor qualificados, para adaptarem suas experiências adquiridas nos EUA ao seu ambiente de trabalho no Brasil.’” (ARAPIRACA, 1982, p. 121, grifos do autor).

Em síntese, neste capítulo foi abordado sobre o empenho dos entes federados na criação de uma Escola Polivalente em um município definido pela tradição produtiva agrícola. Essa configuração teria duas possibilidades, a priori, aperfeiçoar a qualificação do setor agrícola com acréscimo de máquinas, equipamentos de tecnologia de ponta, e o manejo especializado ou despertar para a qualificação de mão de obra orientada para atividades laborais e serviços urbanos. O discurso modernizante indicado na qualificação técnica prescrita teria, em tese, esses dois direcionamentos, considerando um contexto regional e as características locais onde a Escola Polivalente fora projetada. Deste modo, situada no cenário Nacional de uma política de qualificação técnica, as práticas implementadas nos cursos teriam uma ressonância com o

despertar vocacional dos adolescentes para atuarem em serviços urbanos, sem perder de vista o incremento técnico e operacional com o setor agrícola.

O significado que a instituição teria, na vida dos adolescentes e jovens, seja pela livre escolha vocacional por meio dos estudos ou pelos vínculos propiciados com a inserção dos alunos na escola e na aderência das expectativas da sociedade da época, das oportunidades geradas, na interface das frações de classe as quais se daria o pertencimento destes agentes. Do mesmo modo, que as suas escolhas seriam imersas em um sistema cuja as estruturas sociais pré-determinada por interfaces e influências, notoriamente conduzidas por princípios vocacionais adquiridos e pelas escolhas propiciadas a partir da qualificação técnica.

O capital formativo para a estruturação dos quadros de profissionais que atuariam nas Escolas Polivalentes, seria peculiar, a começar pela premissa de formação geral e a capacitação de habilidades técnicas específicas. Neste sentido, com os recursos destinados a implementação do programa, contemplou a preparação destes quadros profissionais contratados para as Escolas Polivalentes.

3 - NEXOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA ESCOLA POLIVALENTE

“O nosso propósito específico é demonstrar a interferência impositiva de modelos e práticas educativas estrangeiras em nossa realidade cultural, com o objetivo de proporcionar efeito demonstração a fim de viabilizar todo um processo de modernização, do processo produtivo nacional, como necessário e legítimo, à nova dimensão desenvolvimentista, introduzida pela diplomacia da boa vizinhança”
Arapiraca 1979, p. 154.

3.1 A qualificação técnica na Escola Polivalente: para que e para quem?

No rol das questões nacionais, problemas inerentes ao formato da legislação republicana quanto às responsabilidades alusivas ao atendimento da instrução pública pelos estados, sem a contrapartida financeira da União; A dualidade de educação destinada às diferentes classes sociais, repercutiu nos variados formatos de escolas ao longo do século XX, cujos padrões corresponderam às respectivas finalidades para as quais foram criadas. Desde instituições de acolhidas de órfãos e desvalidos, Escolas Aprendizes de Artífices, passando por Internatos, Lyceus, Ginásios, Escolas Normais, Ginásios Vocacionais, Centros de Educação Integral e as Escolas Polivalentes, esse percurso da educação nacional foram marcados pelos surgimentos de diversas instituições, com predominância urbana.

Coexistiam problemas de ordem estrutural, como o analfabetismo, professores leigos, pobreza, saúde, higiene, inexistência de mão de obra qualificada para diferentes funções no âmbito da indústria e do comércio, a prevalência de práticas arcaicas nas atividades produtivas agrícolas. Questões que em tese, confrontavam os avanços preconizados nos princípios republicanos, progresso, desenvolvimento, liberdade, modernidade, assim como dificultavam o acesso às ciências modernas e às metodologias científicas, típicas do discurso positivista presente em diferentes épocas.

Os desdobramentos quanto aos fins e objetivos da educação escolar no Brasil, permeiam questões complexas e distintas em diferentes tempos e espaços, que extrapolam nosso objeto de pesquisa. Ademais, outra compreensão pode também ser visualizada em relação às concepções do discurso da modernidade, que circularam em torno da qualificação técnica antecipada para o segundo seguimento do 1º Grau, a partir de 1971. Várias teriam sido as

disposições que caracterizaram o modo de conceber tais apropriações, no alinhamento do programa de qualificação realizado nas Escolas Polivalentes.

É conveniente destacar que, de modo particular, a partir da instauração do período republicano, os modelos e formatos escolares, assim como a ideia de modernidade, tanto estrutural quanto técnica, delinearam diversas expectativas com relação ao conteúdo e a forma escolar. Sobremaneira reverbera no modelo do Estado, na projeção de nação e na cobertura de atendimento às distintas frações de classes às quais a escolaridade se destinava. Neste sentido, realçamos a pertinência da questão colocada a respeito da qualificação técnica preconizada no programa das instituições Polivalentes, considerando um contexto e as finalidades da política educacional durante o regime civil-militar.

Neste contexto, a premissa de uma formação propedêutica, prescrita na legislação e defendida no discurso das lutas pela escola pública, na prática, não encontraria ressonância na realidade social regional e local, na medida em que esta se resumiria a seletos grupos sociais com acesso à escolarização, enquanto o maior contingente populacional se mantinha à margem das oportunidades de escolarização popular. O drama do analfabetismo e da qualificação da mão de obra especializada em diversos domínios, foi um problema recorrente em diferentes fases da história brasileira, pós regime imperial, atravessou os primeiros tempos republicanos e alcançou a segunda metade do século XX, sem equalizar questões de acesso, condições, permanência e resultados da educação escolar para toda sociedade, prevalecendo a pluralidade de conteúdo e de forma.

Em relação à institucionalidade da educação nacional, no que diz respeito ao modo como a legislação excepcionalizou a atuação do Estado e das unidades federadas, Santana e Almeida Barros (2020), pontuam algumas características do contexto fundante da ordem republicana:

Uma república cujos marcos regulatórios ambicionaram o alinhamento com as ideias positivistas e liberais de inspiração europeia, porém, no plano interno, fundada sob uma conjuntura social frágil quanto aos mecanismos de inserção e participação social pela via dos direitos. Governo desprovido de ações políticas que se convertessem em programas capaz de assegurar a inserção dos excluídos herdados do sistema anterior. A necessidade de equalizar a instrução primária no sentido de reduzir o analfabetismo, ressoava em intensidade com outros problemas de ordem pública e social, tais como propriedade, moradia, saúde, saneamento, trabalho, renda, enfim, os subsídios suficientes para assegurar a condições mínimas de existência a uma fração significativa da sociedade que, oriunda da estrutura escrava, se manteve desgarrada das propriedades rurais, sem abrigo definido nos espaços urbanos. Sob tais contradições e complexidades, assentaram as legislações estruturantes da nascente república. (SANTANA e ALMEIDA BARROS, 2020, p. 3).

Isso evidência que a legislação republicana aprofundou os abismos, às diferenças e as disparidades, legitimada por um processo desigual e combinado, tendo em vista, as condições financeiras e o aporte de cada estado no provimento da educação popular e demais modalidades de instituições escolares, conforme estabelecido no projeto de nação do novo regime.

Estes autores referenciados esclarecem que,

(...) na configuração geográfica dos entes federados, a partir da demarcação dos estados, estes tiveram a prerrogativa de organização interna em comarcas e municípios, os quais teriam sido instruídos, seguindo as características de lideranças locais, variando em quantidade e dimensão territorial, sem necessariamente seguir um padrão.

(...)

Nesse espírito, situa-se a percepção de que conservados os elos que identificam os entes federados em torno de um governo central, sob a prerrogativa da descentralização pela qual cada estado (ou província), por meio de governo próprio, observado o padrão das legislaturas, dispõem dos mecanismos legais e regimentais para gerirem projetos, programas e ações que configuram a estrutura e coesão republicana. Usufruindo de tais prerrogativas, a demarcação de frações da federação em comarcas e municípios, seriam estabelecidas conforme interesses e acordos internos em cada estado. Tais disposições são reveladoras dos diferentes modos pelos quais as unidades federadas investiram nos dispositivos de equipamentos na composição do estado republicano, servindo-se de maneiras distintas, alguns com maior abrangência e projeção nos assuntos relacionados à instrução, outros de forma modesta, articulados com os municípios. A estrutura da instrução primária, assim como a aplicação da legislação central, se configura de modo diferenciado nos estados, observadas as condições e os interesses próprios dos municípios que os estruturam sustentados pela legislação republicana. (SANTANA e ALMEIDA BARROS, 2020, p. 4).

Dito isto, para indicar que consideradas tais realidades, a concepção de modernidade, assim como a apropriação do discurso que teria permeado os fins e objetivos da escolarização, seguiria semelhante processo, cujas experiências seriam distintas, conforme as condições objetivas de cada instituição e sujeitos beneficiários de diversos tipos de escola. Nesta assertiva, sustentamos o argumento de que, cada instituição vinculada ou não aos projetos e programas, teria oportunizado experiências de modernização na esfera interna e externa, refletida nas prescrições do aparelhamento e de seus resultados.

Postulamos com as devidas ressalvas, considerando que o programa das Escolas Polivalentes vinculado ao aporte de recursos do acordo internacional americano, a experiência daquele país desde o pragmatismo fundamentado em John Dewey em que a concepção de escola propunha modelos contemplando a formação geral aliada às habilidades laborais e aptidões vocacionais. Modelos como, *Comprehensive High School* norte-americana, já fazia parte da associação entre a formação propedêutica e a preparação do indivíduo para uma sociedade democrática, tornando a escola como o primeiro espaço de sociabilidade onde o aluno teria as

primeiras experiências de relações democráticas, propiciadas pela participação, tomada de decisões, imersão e intervenção na realidade local e regional, considerados fundamentais para a formação do indivíduo transformado em cidadão.

Obviamente que as concepções de escola, assim como programas e projetos quando instruídos em um novo contexto estariam suscetíveis a adaptações, cuja as adaptações que dependeriam das circunstâncias e das condições apresentadas na realidade pela qual se instala a proposta. Neste sentido, compreende-se que o processo de transferência de modelos ou mesmo de importação de concepções, não seria feito como uma mera aplicação de proposta deslocada da origem, mas, ao ser instalada em um novo espaço, mesmo que em épocas concomitantes, não significaria uma transmissão pura e simples. Logo, ao visualizar a fração social beneficiada da qualificação técnica realizada pela Escola Polivalente, esses fatores seriam submetidos à diferentes modos de adaptação, sendo influenciado por aspectos culturais distintos característicos da realidade onde fora instalada.

No Brasil, ao longo do século XX, a influência do ideário escola-novista, na versão do pragmatismo americano, particularmente entre os finais da década de 1920 até o início da década de 1960, configurou os empreendimentos de estruturação do sistema público de ensino. Pelo esclarecimento de Teixeira, as concepções de sociedade democrática, de escola democrática, fundamentadas no pragmatismo e na escola nova americana, teria vislumbre para a instalação de um sistema nacional de educação no Brasil.

Tal gestor, com profundo conhecer da realidade e das condições nacionais, enquanto ocupou cargos e funções de gestão, tornou-se um principal interlocutor da defesa de um sistema educacional público, gratuito e laico. A educação como direito, além de associar a formação propedêutica com a formação técnica, tecnológica e profissional; A apropriação teórica e metodológica das ciências modernas e da moderna pedagogia, com a finalidade de assegurar a qualidade na educação, rigor este que se pronunciava em inúmeros discursos, em relação aos métodos, o acesso a todos à escola e a garantia de uma formação de referência.

Na visão deste gestor, a escola nova alicerçada nas concepções do pragmatismo americano, forneceria as bases conceituais e metodológicas para a implementação da educação pública republicana. Se considerarmos o longo período de atuação de Anísio Teixeira em órgãos públicos, ocupando em diferentes cargos no âmbito da federação dos Governos Municipais, Estaduais e Federais, é possível entender a influência de suas ideias e a visão que possuía sobre a educação para a sociedade e a nação.

Os discursos que nos tempos recentes adquiriu relevância de temas relacionados a inclusão, equidade, valorização das ciências, direitos de todos à educação, a formação para cidadania, a participação dos sujeitos nas sociedades nas instituições, o acesso de todos à escola, incluindo ambos os sexos a não dualidade da educação, a revisão de métodos, a interação da escola com a sociedade local e regional, já estavam presentes na produção intelectual de Anísio Teixeira e no manifesto dos pioneiros da educação de 1932.

O incremento de ações estruturais direcionadas para a aproximação de uma formação propedêutica com o desenvolvimento de habilidade e aptidões de natureza técnica, incluía a aplicação e a experimentação de métodos científicos modernos com vistas não apenas a qualificação de mão de obra, mas, sobretudo, a indução de artefatos, produtos, patentes e equipamentos, ou seja, seriam um prenúncio de um desenvolvimento tecnológico de importância estratégica para o país. Exemplo de um expoente, é o Centro Educacional Carneiro Ribeiro em 1950, em Salvador na Bahia, projetado por Anísio Teixeira, enquanto secretário de educação e cultura.

O ginásio de ensino secundário, proporcionava,

uma das características do ensino técnico nos ginásios orientados para o trabalho é a de que o ensino não é monotécnico. Não o deve ser, para não favorecer a especialização prematura. É um ensino politécnico e assim deve ser também o professor. O professor de artes industriais prepara-se em cinco técnicas, o de técnicas comerciais em todas as que exige o trabalho no escritório e na loja, e o de técnicas agrícolas em técnicas de oficinas e variadas técnicas de campo. Nenhum deles é especializado em uma técnica. Em classe, um professor atende a todos os alunos; nas artes industriais, por exemplo, realizando, ao mesmo tempo, uns trabalhos de metal, outros de madeira, eletricidade, cerâmica, artes gráficas. (BRASIL, 1969, p. 86-87).

De acordo com esta referência, existia-se escolas que proporcionava o ensino em tempo integral, característica está associada as instituições localizadas nas periferias dos municípios. Assim, Anísio Teixeira concebeu a indissociabilidade de conteúdo, conhecimento, domínio de habilidades teóricas e metodológicas; A experimentação prática e o aprendizado de habilidades manuais aplicando as premissas da formação integral do cidadão.

Não apenas o conceito de escola, mas toda a dimensão da estrutura, inter-relacionada com as diferentes áreas do conhecimento, e com a organização do projeto educativo, incluindo conhecimento de base geral, como: a cultura, a ciências e artes, oportunizaram as derivadas vivências nas relações de sociabilidade entre os alunos, professores e mestres de ofícios. Essas vivências, constituíram a instituição educacional no Brasil, a qual se aproximou da inspiração da instituição norte americana de uma escola democrática, plural e referenciada.

Assim, com a escola implementada no contexto brasileiro da época, Teixeira mostrou que uma instituição de qualidade sem fracionamento diário que seria possível e exequível, porém encontraria resistência na ampla difusão do modelo, devido ao investimento de recursos demandados para viabilizar todas as ações dentro do arrojado projeto formativo que à conceberia.

Por meio deste exemplo, é possível entender que a apropriação de um projeto aplicado em um novo país, não resulta simplesmente na reprodução da proposta original, mas aglutina características locais conforme a realidade da época, tendo em vista as concepções, o formato das instituições, assim como o foco das propostas que constituem o conceito de escola, seu aparelhamento, os fins e objetivos, o tipo de aluno que visava atender e acolher na proposta formativa.

Por esta experiência histórica realizada em contexto anterior, podemos problematizar a proposta pela qual se importou recursos e modelo de qualificação técnica que resultou nas Escolas Polivalentes na década de 1970. Não é a mesma concepção de formação integral, tão pouco tem semelhança na proposta de tempo integral para a aplicação dos componentes do programa de qualificação.

A qualificação técnica admitida na Escola Polivalente, abrangeria uma dimensão técnica-profissional simplificada, em que os turnos escalados em horários diurnos, não teriam uma dimensão de integralidade formativa, na medida em que as práticas específicas ficariam aglutinadas em blocos, sem maiores correspondências com a totalidade do processo formativo. Ademais, o fomento financeiro seria limitado, visto que mesmo diante de uma participação do município e do Governo Federal, nem todas as demandas seriam contempladas dependendo de ajudas de outras fontes, como campanhas e doações.

Dentro deste aspecto, compreende-se que a Escola Polivalente, se tornaria um atrativo para as famílias que não dispusessem de recursos para manter os filhos adolescentes e jovens nas escolas privadas e confessionais da época. Ao mesmo tempo, sinalizaria a possibilidade de aliar o acesso à segunda fase do antigo 1º Grau, com a antecipação de qualificação técnica, para almejar oportunidades de inserção a novos postos de trabalhos urbanos, situados nas indústrias e no comércio, assim como a qualificação para atuar em atividades laborais rurais. Esse seria o horizonte preconizado nos cursos implementados na instituição. Neste contexto, o encaminhamento dos adolescentes e jovens ao mercado por meio da qualificação técnica, adicionada na formação de base comum, teria o argumento do despertar para habilidades próprias do labor e aptidão vocacional.

Assim, a indagação em epígrafe, qual formação técnica e para quem teria ressonância nas especificações dos cursos ofertados na fase final do 1º Grau, sendo destinada a uma fração de classe igualmente específica, qual seja, estudantes oriundos de famílias pobres, ainda não inseridos em ocupações formais. Embora fossem cursos orientados para atividades urbanas e rurais, essa formação não teria um vínculo com a abertura de novos postos de trabalho, formalizados pelo comércio e indústria local.

A qualificação técnica promovida na Escola Polivalente cumpriria uma finalidade social no sentido de por um lado, despertar aptidões e habilidades dos adolescentes nesta fase do 1º Grau; Por outro, promover a formação de base comum inerente ao previsto na legislação com o adicional de acolher estes alunos em período integral diurno, destinaria por meio do estudo, uma ocupação do tempo livre a estes adolescentes e jovens. Todavia, uma questão que merece ser levantada, diante da realidade social característica da maioria das famílias seria, em que condições tais alunos frequentariam um curso de tempo integral? Consideramos pertinente o desdobramento de futuras pesquisas, no intuito de contemplar estas particularidades, haja vista, a imersão de adolescentes e jovens no mercado informal como meio de subsistência e de sobrevivência familiar, dificultando a permanência em cursos de tempo integral, sendo transferidos gradativamente para os cursos noturnos. Assim, percebemos um paradoxo gerado pelo distanciamento da qualificação técnica e da geração de novos postos formais de trabalho. Se por uma via, esta qualificação sinalizaria o passaporte de oportunidade para os jovens almejarem o acesso ao mercado formal, o fato do programa de formação não prever a realização de estágios com vistas a introdução dos jovens qualificados aos postos formais, significa que apesar de qualificados as chances de acesso a um emprego com registros ficaria distante dos horizontes deste jovens.

Nesta percepção, considerada as contradições inerentes ao discurso da qualificação técnica preconizada no seio de um mercado e de uma economia capitalista, aplicada em um contexto de terceiro mundo, cujas características reforçam os modelos de postos de trabalhos urbanos e rurais com prevalência de relações informais, ou seja, distanciados dos compromissos com a geração de emprego formalizado, essa qualificação técnica teria pouco ou nenhum impacto nas oportunidades geradas aos jovens formados na Escola Polivalente.

Envolto na teia destas contradições, inerente à formação técnica de uma possível mão de obra de reserva, o fomento financeiro disponibilizado ao Governo Brasileiro por meio do convênio com a USAID, buscava racionalizá-lo no alinhamento com o projeto político-

econômico implantado no Brasil a partir de 1964, explicitamente comprometido com o capitalismo internacional em sua forma periférica. (ARAPIRACA, 1982, p. 11).

Este autor, retoma a ideia do “capital humano” creditado na capacidade de contribuir no processo produtivo, em sua forma técnica moderna e organizacional, exigindo dos sujeitos a atualização profissional mais especializada, porém sem garantia de abertura de novos postos de trabalho. Como consequência, o trabalhador seria impelido a buscar conhecimentos para a atualização e domínio da tecnologia, adentrando enquanto reserva de mercado e disputa da mão de obra barata. Todo esse processo se estrutura sem as devidas garantias para o trabalhador acessar novas oportunidades de atuação; O suposto desenvolvimento produtivo, assegura ao empregador um acúmulo do capital financeiro rápido, por meio do incremento de artefatos tecnológicos das máquinas na modernização da produção.

O Estado enquanto regulador e propulsor das políticas, investiria no alinhamento dos resultados almejados em termos de progresso e de controle de índices financeiros e econômicos. Consideradas as características regionais do Triângulo Mineiro, cujas atividades produtivas possuem uma marca de expansão agrícola, com interfaces em maquinários e suplementos, compreende-se a oferta dos cursos na Escola Polivalente, que, ao mesmo tempo, potencializaria o aperfeiçoamento técnico do setor, com ressonância na expectativa de expansão e modernização urbana com o incremento do setor comercial e industrial.

Interessante perceber nas dobras de tais discursos e prescrições, as contradições inerentes à dinâmica do processo, visto que, sendo cursos de orientação prática, instruídos nas séries finais do 1º Grau, contemplaria um público que, reconhecidas as características da época, estariam direcionados às atividades de ocupações laborais ordinárias, típicas dos anos setenta. Em circunstâncias marcadas pelas dificuldades financeiras para o provimento familiar, desde muito cedo, crianças e adolescentes teriam disposições de vínculos a pequenos trabalhos, muitas vezes distanciando-se da escola ou mesmo abandonando os estudos, a fim de priorizar as ocupações remuneradas, com ou sem registros formais.

O que representaria para os adolescentes em situações de vulnerabilidade social, o acesso à uma escola, cujos cursos indicaria a oportunidade de uma preparação concomitante, qualificando-o para disputar vagas de trabalho com registro no comércio ou na indústria? Os cursos revestidos de tais características seriam um atrativo e, ao mesmo tempo uma promessa de qualificação prática, um indutor de vinculação dos adolescentes e jovens na continuidade dos estudos pós-primário, com prerrogativas de extensão ao 2º Grau. Seria o despertar para um tipo de formação, cujos interesses estariam direcionados para o incremento das estruturas

urbanas em fase de crescimento em diversas regiões do país. Curiosamente, dentre os cursos selecionados para a implantação, incluía as práticas agrícolas, uma prerrogativa de atender também, a expectativa de qualificação de futuros trabalhadores, aptos a atuarem em atividades que originalmente consistia na vocação agrícola, compreendida por diferentes postos da produção para os quais demandariam qualificações distintas.

Desta forma, as Escolas Polivalentes foram fortemente atravessadas pela questão político-ideológica, ancorada no discurso da qualificação técnica precoce, na medida em que teria como público alvo predominantes adolescentes cursando as quatro séries finais do 1º Grau.

Na aplicabilidade da concessão financeira pela USAID no discurso da modernização do ensino no Brasil por meio do PREMEM, legitimou-se um formato de ação liberal política e produtiva que resultou em renovação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista.

O seu objetivo maior é a alienação política do cidadão, na medida em que ela explora a pretensa possibilidade de estoque de capital que a educação possa proporcionar ao indivíduo isolado. Enquanto isso; a perspectiva da ascensão social é dissimulada sempre como esperança futura, e que é alimentada pela exploração da refinação do consumo supérfluo. No fundo, é uma ascensão social voltada para esse consumo supérfluo, como tentativa de dissimular a verdadeira dimensão ideológica da teoria do capital humano (ARAPIRACA, 1982, p. 47).

Segundo Arapiraca (1982), explicitamente surge a demanda por uma nova eficiência de ensino correspondente àquela que era observada no processo de produção industrial no início do século XIX. Assim, “a mística do capital humano passa a se vincular ao passaporte da ascensão social possível, já que está ao alcance de todas as oportunidades de educar-se e a partir disso aumentar seu poder de barganha por maiores salários. Logo, todos são iguais perante a lei, ganha o mais apto”. Assim, o indivíduo em detrimento da classe social embaralha a contradição social básica entre o capital e o trabalho.

Concretamente, consideradas as particularidades locais e regionais ao aplicar a qualificação técnica precoce para adolescentes oriundos de frações sociais desfavorecidas, desvinculadas das garantias de novos postos de trabalho formal, esse suposto refino da qualificação servia apenas para replicar as relações precárias de ocupações informais sem a real imersão do trabalhador em postos formais de trabalhos.

A partir deste entendimento, admite-se que houve a intenção de legitimar toda uma renovação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua

racionalidade pelo modo de produção capitalista. São marcas do processo de transição capitalista específico de manutenção do capital humano, cujas estruturas caminham por modelos e práticas educacionais estrangeiras aplicadas na realidade nacional, com o objetivo de viabilizar a modernização produtiva comercial e econômica no âmbito das três esferas.

Adiciona-se a isso, a prerrogativa de que nem todos os filhos de pobres dispõem da formação inicial de base para fazer jus à seleção e almejar uma vaga para os cursos. Nesse sentido, presume-se que a seleção e a diferenciação dos alunos candidatos à Escola Polivalente, já de início reuniria um perfil distinto dos demais estudantes e das demais escolas. Com isso, estaria estabelecido o ponto de partida para a referência de formação e de qualificação que acompanharia a identificação institucional.

3.2 A proposta de qualificação técnica – configurada nos cursos implementados.

São observados dois aspectos distintos no projeto do programa de qualificação técnica da Escola Polivalente, a organização técnica dos cursos com funcionamento⁹ em tempo integral no período diurno com as disciplinas regulares e específicas organizadas no matutino e no vespertino. A distribuição das disciplinas com carga horária distintas instruídas na 5ª e 6ª série e 7ª e 8ª série.

Ao fundamentar a concepção de qualificação técnica, assim como o formato preconizado no acordo MEC/USAID, referenciamos em dissertações e teses já publicadas, para compreender o que fora implementado na Escola Polivalente de Araguari, com os cursos instalados na fase final do 1º Grau.

Um dos estudos produzido por Luciana Araújo Valle de Resende¹⁰ em 2015, abordou as Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Outro estudo em 2013, Resende e Gonçalves Neto, direciona a relação curricular para a orientação metodológica, “nos ginásios orientados para o trabalho, que se associam uma iniciação técnica à educação geral” (BRASIL, 1969, p.83). Esta se refere ao núcleo de disciplinas com introdução as Práticas Industriais, Artes, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar, confirmada pela autora em consulta a documentos da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia. A primeira

⁹ O primeiro alvará para o funcionamento da escola polivalente de Araguari, foi emitido na data 20 de abril de 1972, meses antes de sua inauguração, estabelecia, o alvará de licença para a localização e estabelecimentos de produção, comércio, indústria e prestação de serviços inscrito nº 62/72 doravante identificada como Escola Polivalente Estadual.

¹⁰ Doutora em Educação pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia, professora do IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

proposta curricular que foi adotado pelas Escolas Polivalentes da regional de Uberlândia, registrada na base documental da Superintendência, indica o espelho das disciplinas na década de 1970, que dispõe:

III - Quadro curricular das disciplinas de 5º a 8º série			
5º serie/ disciplina	6º serie/disciplina	7º serie/ disciplina	8º serie/ disciplina
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Ciências	Ciências	Ciências	Ciências
Geografia	Geografia	Geografia	Geografia
História	História	História	História
História do Brasil	*****	*****	*****
Inglês /Francês	Inglês /Francês	Inglês	Inglês
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica
Organização Educacional	*****	*****	O. S. P. B
Biblioteca	Biblioteca	*****	*****
Religião	Religião	Religião	Religião
Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística	Educação Artística
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Educação para o Lar	Educação para o Lar	Educação para o Lar	Educação para o Lar
Práticas Agrícolas	Práticas Agrícolas	Práticas Agrícolas	Práticas Agrícolas
Práticas Comerciais	Práticas Comerciais	Práticas Comerciais	Práticas Comerciais
Práticas Industriais	Práticas Industriais	Práticas Industriais	Práticas Industriais

Fonte: elaborado por Ribeiro (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

Pelo disposto neste quadro verifica-se que, a base comum nas turmas de 5ª e 6ª séries, caracteriza um currículo composto por disciplinas de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História Geral e História do Brasil, duas disciplinas de Línguas estrangeiras, o Inglês e o Francês, Ensino Religioso, Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica; A disciplina, Organização Educacional, tinha por finalidade orientar e introduzir os alunos nos estudos, com a função de suprir dificuldades no ensino, assim como, instruir o uso da Biblioteca, assegurado no contraturno da escola, proporcionava ao estudante o acesso à leitura, pesquisa e organização de suas aprendizagens.

Na efetivação nas práticas, a qualificação técnica, dispunha de componentes específicos, organizados a cada semestre, com carga horária distribuída em diferentes módulos ao longo dos quatro anos. Enquanto nas turmas de 5ª e 6ª séries, todas as práticas se organizavam com uma

carga horária de 72 horas por semestre, nas turmas de 7º e 8º séries, a carga horária semestral passava para 180 horas, também no formato de módulos, nesta fase final, os alunos tinham a opção de escolher as práticas com as quais teriam se identificado, por afinidade e aptidões.

Esse currículo proporcionava o conhecimento de forma geral a fim de que cada estudante tivesse acesso às diversas práticas nas séries iniciais o qual direcionava as suas aptidões nas duas séries finais da segunda etapa do primeiro Grau, equivalente ao antigo ginásio. Assim, a qualificação técnica se articulava às aptidões vocacionais ao promover escolhas por afinidades, contemplando a formação correspondente para a consolidação deste curso.

Nas turmas de 5ª e 6ª séries, a escola contemplaria a proposta de tempo integral, com funcionamento nos turnos, matutino e vespertino. Os alunos permaneceriam todo o período na instituição, porém, fracionados por um intervalo no horário do almoço, haja vista que essa refeição seria realizada nos respectivos domicílios. No retorno para as disciplinas das práticas realizadas no período vespertino, em laboratórios, galpões, no campo de plantio e no espaço de cuidados de pequenos animais, os alunos teriam aplicação das diferentes práticas conforme a instrução dos módulos a cada semestre. No decorrer do curso, o empenho de recursos por meio de verbas públicas teria solucionado esse problema, no sentido de evitar faltas e evasão dos estudantes que passariam a receber todas as refeições na escola, cumprindo definitivamente o tempo integral de estudo na Escola Polivalente.

Conforme Resende (2015), a educação era composta por cinco áreas de estudo, que, por sua vez, eram compostas por conteúdos específicos. A área de comunicação e expressão incluía língua portuguesa, educação artística, língua estrangeira (inglês e francês) e educação física; A área de estudos sociais eram inclusos os currículos das disciplinas de história, moral e cívica, OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e geografia; Já a área de ciências e matemática constituía-se de ciências físicas e biológicas e programas de saúde e matemática; Por fim o ensino religioso é a quinta área, oferecida em conjunto com o uso da biblioteca, somente para a 5ª série.

Com referência às disciplinas de estudos gerais ou acadêmicas, salienta-se que,

Os requisitos para a obtenção de certificados de conclusão abrangerão as artes plásticas, as quais, ordinariamente, serão incluídas no currículo pela redução do número apropriado de horas reservadas as disciplinas acadêmicas; tais alterações, serão efetuadas naquelas partes do currículo obrigatório, em que, por lei, a escolha compete a escola e ao estado (BRASIL/MEC, 1970, p. 63).

O disposto nesse fluxo da matriz curricular a instituição trabalhava com 180 dias letivos, distribuídos em 90 dias semestrais e cinco semanais. A durabilidade de cada módulo era de 50 minutos, totalizando uma carga horária de 750 horas, sendo que o recreio com duração de 20 minutos não era computado na carga mínima obrigatória.

Julia (2001) indica que,

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas inovações que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições. (JULIA, 2001, p. 34)

Observadas tais características, destaca-se que a concepção de preparo para as práticas e a formação geral teriam uma articulação para além da sala de aula compondo disciplinas teóricas, as oficinas e as práticas escaladas em cada série; Sendo um curso anual, porém organizado por semestres, caso o aluno não conseguisse êxito no desempenho, não perderia o ano e sim o semestre, podendo dar continuidade junto com a turma seguinte.

Essa característica da organização do curso, com práticas prescritas e realizadas por semestre, seria um dos diferenciais da Escola Polivalente, na medida em que abriria oportunidade para o aluno cumprir os componentes curriculares sem que fosse reprovado diretamente.

Pessoas extremamente satisfeitas com as oportunidades de estudo ou de trabalho, que pouparam elogios à qualidade do ensino ministrado, à metodologia desenvolvida nas salas de aula, ao ambiente escolar harmonioso e propício à aprendizagem e à consistência da formação educacional vivenciada. (RESENDE, 2011, p.129)

Rezende (2013), destaca que ao entrevistar alguns ex-alunos para a produção de fontes de interesse da tese, observou “que o aluno não era o possuidor do espaço físico da sala de aula e sim o professor”; desta forma, demonstra que o professor permaneceria no espaço físico, enquanto os alunos, nas trocas de horários saíam ao encontro da sala de aula, destino de cada disciplina. Uma ênfase da pesquisadora sobre a disponibilidade de recursos pedagógicos em todas as salas de aula para o trabalho do professor. Assim, ao invés do professor caminhar até a sala de cada turma, a turma é que caminhava ao encontro do professor e da disciplina que seria estudada. Esta forma de organização, conforme relata Resende (2013), introduz ao trabalho escolar um importante aspecto de ensino e aprendizagem que é a metodologia e as matérias didáticas.

Utilizar-se-á a expressão materiais de ensino-aprendizagem, em vez de matérias didáticos, por ser mais abrangente, adequando-se, assim ao objetivo de estabelecer uma política em relação aos recursos materiais intervenientes no processo educativo. (BRASIL/MEC, 1973c, p.4)

Sob o argumento de modernização da educação, nota-se que os sujeitos teriam que enfrentar no seu tempo-espaço características de se projetar no mundo o seu lugar de vida, pois a sociedade faria com que por meio do capital humano acessasse melhorias no seu conhecimento, capacitando-o a partir das instituições no ensino técnico profissionalizante.

Segundo Arapiraca (1979), a reformulação modernizante do aparelho escolar médio, se buscava, na época, solucionar o problema das vagas através de otimização de todo o sistema, evitando-se inclusive a evasão pela profissionalização e a exploração vocacional.

Dentro da proposta pedagógica, segundo Arapiraca (1979), o sujeito estava ligado ao lugar de transformação e modernização da Educação Brasileira, cuja finalidade seria o direcionamento a uma racionalidade do modo de produção capitalista que reforçaria o contexto da sociedade brasileira caracterizado pela divisão de classe e a exclusão. Sob o discurso da qualificação técnica, as mudanças seriam operacionalizadas pelo processo formativo a partir da visão vocacional em que o currículo e as propostas são colocados como obrigatórias.

No modo como a instituição fora concebida, desde a construção até o aparelhamento das instalações, equipamentos, mobiliários, ferramentas e artefatos necessários para a realização das práticas. O formato das disciplinas regulares do currículo comum, concentradas na mesma sala de aula, com as turmas se deslocando, conforme os horários e o fluxo das atividades. Todas as práticas concentradas nas duas séries iniciais, isto é, nas turmas de 5ª e 6ª séries, enquanto a progressão dos estudos direcionavam as opções conforme as aptidões. A composição do quadro de pessoal que, antes de entrar em efetivo exercício profissional, teriam sido habilitados aos ofícios por meio de qualificação e treinamentos específicos, além de outros aspectos como o incentivo salarial diferenciado, teriam preconizado um modelo de Escola Polivalente, embora pública, distinta das demais existentes naquela municipalidade.

3.3 As prescrições da qualificação técnica e a inserção local

Orientado por um programa nacional, com fomento externo e a participação dos entes federados no âmbito Estadual e Regional, o funcionamento da Escola Polivalente com repercussão local no tocante da qualificação técnica na fase final do 1º Grau, teve o respaldo de

prescrições oficiais com a implementação das práticas ofertadas, contemplando as Práticas Agrícolas, Práticas Comerciais, Práticas Industriais e a Educação para o Lar.

Para que esta proposta fosse aceita pela comunidade, conforme indicado por Resende (2013), e que os objetivos sejam exitosos e caracterizados como, a) ao analfabetismo; b) ao desenvolvimento de recursos humanos para uma sociedade democrática; c) à integração da unidade educacional com a comunidade; d) à ciência, tecnologia e cultura; e) a instrumentos de apoio essenciais aos sistemas educacionais.

Com a expansão do programa de incentivo de formação de mão de obra para o desenvolvimento local, das vocações em escasso na sociedade, e com isso, cada um dos ingressantes poderia conseguir com êxito em sua formação, para isso sendo necessário alcançar o conhecimento atribuído ao trabalho de mão de obra para a indústria. Conforme o relatório das metas e bases para a ação do governo, documento do MEC 1971:

O êxito alcançado na formação de mão-de-obra para a indústria e a reforma administrativa do MEC, reunindo no departamento de Ensino Médio as atribuições das antigas diretorias do Ensino Agrícola, Industrial, Comercial, motivariam este projeto, cujos objetivos são: - especializar e aperfeiçoar pessoal dos três setores da economia.; - habilitar novos profissionais , treinando-os nas empresas, cooperativas, hospitais, etc., através de cursos intensivos nas escolas agrícolas, industriais e comerciais. (BRASIL, 1971, p.36.)

O PREMEM versou em tal projeto dado pela EPEM para o operacional das ideias contidas no acordo afirmado pelo Governo Brasileiro com a USAID em 13 de novembro de 1970. Com estas características operacionais o acordo USAID propunha-se a,

Prestar assistência na implantação de sistemas Estaduais de ensino secundário destinado a introduzir e estimular o desenvolvimento de ginásios polivalentes, e adaptar os currículos tradicionais de ensino secundário brasileiro às atuais necessidades socioeconômicos do país (BRASIL, 1970, p.76).

O MEC, através da EPEM, operacionalizou no estado a política do governo ao “proporcionar assistência técnica para instalação e funcionamento dos Ginásios Polivalentes cujos currículos incluíam Artes industriais, técnicas comerciais e agrícolas, e economia doméstica” (RESENDE, 2015, p.87).

Desta forma, enquanto a ideia da mudança estrutural do sistema educacional tivesse sido estabelecida antes pelos acordos com a USAID.

Diferente é a conotação emprestada a essas escolas polivalentes, na justificativa teórica no que se refere ao programa MEC / USAID nele implantado pelo projeto PREMEM, a partir da Visão pragmática do saber-fazer, “Visa proporcionar experiências que desenvolvam atitudes de capacidade de trabalho adequados a preparação dos jovens para a sociedade industrial em que vivemos” (BRASIL,1972. Parecer Nº 912 p. 69).

Conforme as prescrições do programa formativo preconizado para as Escolas Polivalentes, a expectativa de imersão na comunidade local, com a influência em setores estratégicos, compunha a proposta didática e pedagógica da qualificação técnica promovida por meio dos cursos implementados. O fluxograma a seguir apresenta a dinâmica de inserção no meio onde a escola seria instalada, compreendendo diversas dimensões e articulações dentro da projeção de formação.

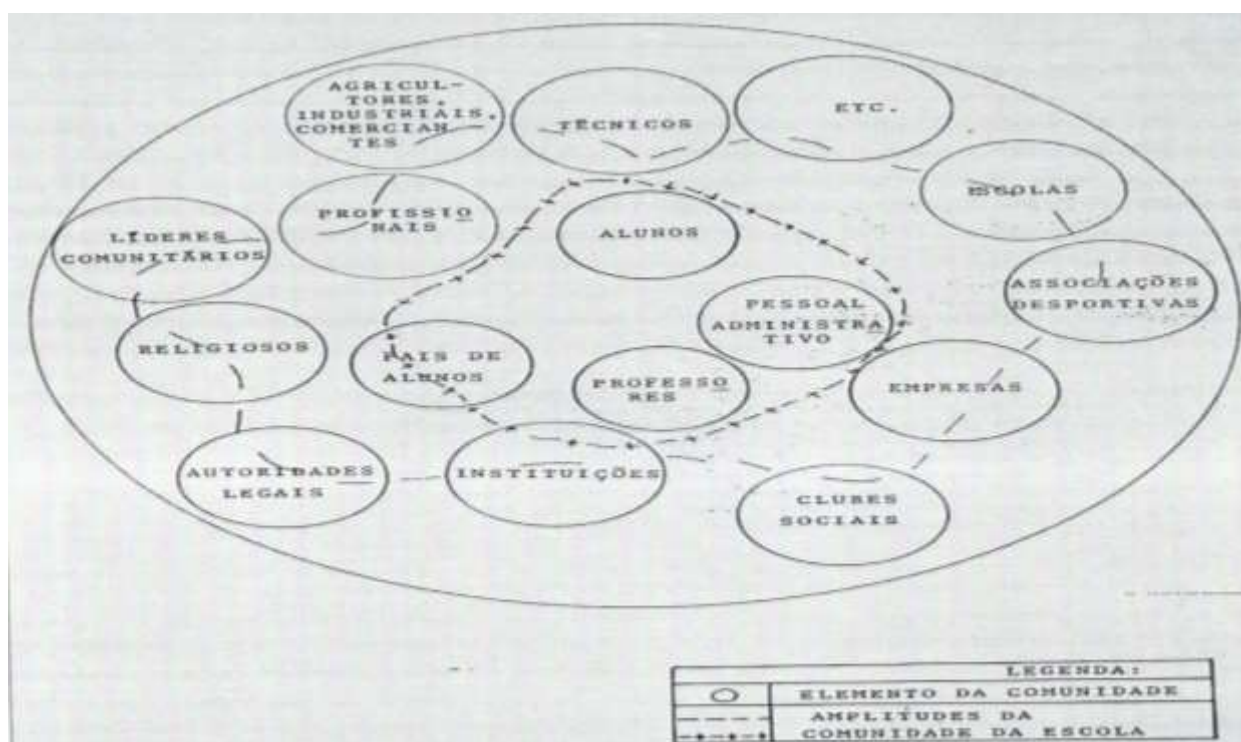


Figura 05– “Comunidade da escola”: representação diagramática das relações comunitárias associáveis com as Escolas Polivalentes. Fonte: RESENDE 2013 p.59, a partir da consulta ao repositório.

O preconizado no projeto formativo das Escolas Polivalentes evidencia uma contradição que se expressa vinculada a origem e ao fomento que estas instituições receberam para serem instaladas, dentro do programa que as diferenciam das demais instituições da rede pública. Enquanto as escolas regulares estavam subsidiadas pelos recursos próprios das respectivas redes estaduais e municipais, o referido programa iniciado no limiar da vigência de uma nova legislação (LDB 1971), contou com vultosos recursos oriundos de financiamentos internacionais, acompanhados de critérios e padrões implementados. Assim demarcaria uma diferenciação nas condições objetivas de instalação, na medida em que, contando com os subsídios para construção e equipamentos, ainda se beneficiariam das parcerias com os Governos Estaduais e Municipais, ou seja, também participavam das frações de recursos que

as demais instituições da rede regular dispunham para o seu funcionamento. Neste sentido, há de se presumir que todas as variáveis e indicadores previstos para construção, instalação e equipamentos tivessem amplo respaldo dadas as condições objetivas em que foram instruídas.

Pelo que se observa nos registros, especialmente, os produzidos nos relatórios de inspeção da época, o PREMEM teria uma atuação estratégica na gestão externa das Escolas Polivalentes, na medida em que para lá seriam encaminhadas todas as demandas que a instituição indicasse. Esta característica é um indicativo de que a gestão do recurso disponibilizado pelo acordo MEC/USAID seria controlada por esse organismo vinculado a estrutura estadual, sem que o gestor interno da escola tivesse autonomia de aplicação conforme as suas necessidades.

Segundo Resende (2013) a proposta chama a atenção, uma vez que se refere a um programa único, proposto para diversas escolas, com uma organização detalhada de todos os aspectos de estrutura, funcionamento e avaliação. Como se pode notar nos arquivos da instituição em suas notas fiscais, estruturas arquitetônicas, estruturas físicas e recursos materiais adquiridos pela instituição.

Neste entendimento, a proposta era de um currículo comum para todas as instituições denominadas Polivalentes, tendo como base a estrutura física, biblioteca, cantina, laboratórios, e as metodologias de ensino, tais como, a formação dos profissionais, atividades extraclasse e o relacionamento com os familiares e a comunidade.

Na convergência do projeto de qualificação técnica, observa-se no plano estrutural dos setores implementados internamente da Escola Polivalente, o ambicioso programa formativo indicado na proposta. Conforme Resende (2013), ao explicar sobre a organização da Escola polivalente apresentado no organograma acima em seis setores na estruturação destes organismos como se configuram as diversas funções de apoio ao funcionamento da estrutura escolar, sendo a equipe diretiva composta pelo diretor, vice-diretor e pelo Conselho Técnico e Administrativo (CTA).

O Setor de Apoio Administrativo (SAA) composto pelos setores apresentados no organograma, indicado com o seguinte objetivo de, “planejar coordenar e supervisionar as atividades da escola; aprimorar o processo administrativo, pelo constante aperfeiçoamento dos serviços englobados no setor” (BRASIL/MEC. S.d., p.27) No Setor de Ensino (SE) encontra-se a supervisão, secretaria, coordenação de matéria, recursos didáticos e biblioteca, que tem como função primordial planejar, organizar, coordenar e avaliar o ensino-aprendizado da escola.

III - ESTRUCTURA E FUNCIONAMENTO DOS SETORES

1 - ORGANOGRAMA - QUADRO Nº 3

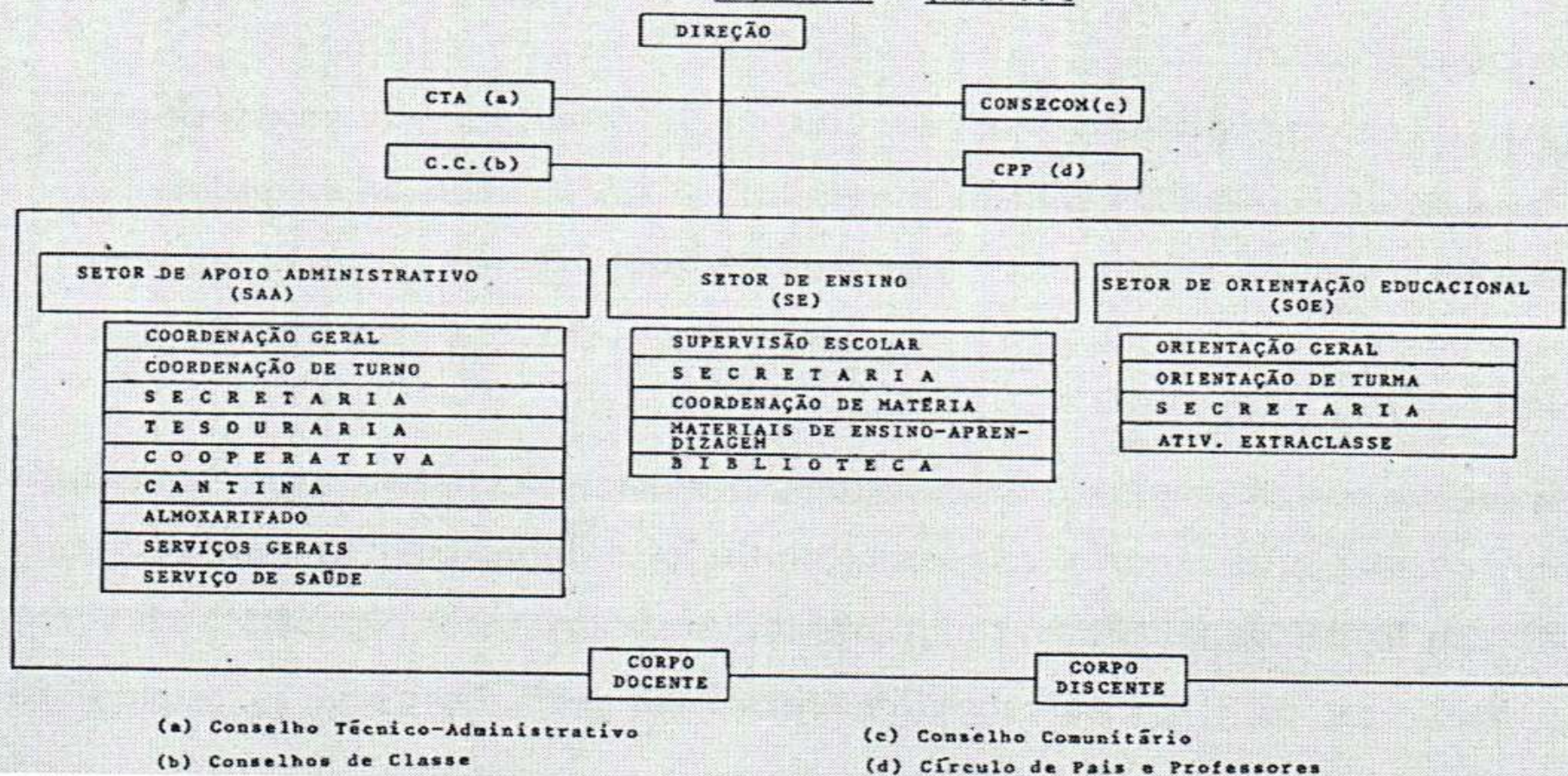


Figura 06 – Estrutura e funcionamento dos setores, representação diagramática das organizações das Escolas Polivalentes. Fonte: RESENDE 2013 p.75, a partir da consulta ao repositório.

No Setor de Orientação Educacional (SOE), tinha como base a orientação dos grêmios estudantis, clubes de ciências, projetos educacionais, músicas, conselhos de alunos, acompanhar grupos que desempenham atividades extraclasse e com isso, um encaminhamento vocacional. Com isso, se esperava uma formação com classes homogêneas, corrigindo possíveis distorções de idade-série regularizando as características das turmas. Segundo Resende (2013) esta forma de organização seria bastante característica da concepção tecnicista de educação, que prevaleceu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e que foi uma das marcas das Escolas Polivalentes.

Enquanto ressonância da política nacional da época, coube ao Governo Federal o aparelhamento e a manutenção do programa para as Escolas Polivalentes, que entendia ser o projeto a síntese da melhor experiência brasileira na educação geral e profissional. A profissionalização, que foi um dos instrumentos tanto da reforma de 1º e 2º Graus (LDBEN-5.692/1971), quanto das Escolas Polivalentes, para diminuir a demanda pelo ensino superior e, ao mesmo tempo, atender à necessidade de mão de obra requerida pelo mercado de trabalho, fracassou na obtenção desses dois objetivos. Entre esses, podemos citar o alto custo do sistema, que exigia a criação de escolas providas de recursos e espaços específicos para cada tipo de profissionalização – laboratórios agrícolas, industriais e comerciais, além de recursos humanos, professores qualificados para o exercício da função.

O rompimento dos acordos internacionais de financiamento que sustentavam a implantação desse sistema tão oneroso, representou o declínio do projeto original das Escolas Polivalentes, pois com a perda do capital estrangeiro, o Brasil não teve mais como mantê-las. A falta de recursos decretou o fim do programa que pretendia criar em todo o país esse modelo de escolas de formação profissional. Parte de suas características originárias ainda se encontram presentes na estrutura física da escola e na memória dos que vivenciaram os seus áureos tempos, sejam ex-alunos, sejam ex-professores, profissionais que lá atuaram. A comunidade escolar, embora avalie que houve perdas pela proposta de formação profissional da escola, ainda considera a instituição como um grande patrimônio na formação de adolescentes e jovens.

Pode-se concluir, que mesmo sendo preconizada e criada como uma instituição de referência, o Colégio Polivalente passou pelas mesmas dificuldades que as demais escolas da época, tais como insuficiência de recursos financeiros, enfrentamento de questões administrativas e pedagógicas envolvendo os diversos atores da realidade escolar, o pessoal técnico administrativo, professores, alunos e pais. Outro aspecto semelhante às escolas da rede estadual, seria a necessidade de implementar adaptações e acolher outros tipos de programas e

proposta de formação técnica, associadas à instalação de cursos regulares por turnos, incluindo a abertura em diferentes turnos, como prerrogativa para continuar em funcionamento.

Para além dessas convergências, o arrojado investimento no projeto de construção, aparelhamento e mobiliário para o funcionamento dos cursos previstos, teria se resumido ao um tempo reduzido, visto que, em menos de uma década, com o esgotamento do Programa de qualificação técnica, sobretudo, com o encerramento dos recursos, ocorreria um esvaziamento do modelo, tornando a estrutura subutilizada para os fins preconizados. Com a reorientação da profissionalização do ensino, o Polivalente, também teve os seus propósitos malogrados, culminando com a completa transformação de seu projeto original, em parte diluído no formato das demais escolas estaduais.

3.4 A modernização da educação na década de 1970.

A criação da Escola Polivalente respaldada pelo programa nacional teria o intuito de oferecer uma formação secundária e com uma ampla e moderna estrutura. Demarca ao longo das décadas, após a sua criação, traços de um desejo modernizante e de vigilância, são marcas dos efeitos contidos do início de seu projeto educacional.

Para Roberta Traspadini (2019) ao se falar da educação nos anos de 1970 no Brasil, em construção sob o prisma desenvolvimentista, a formação profissional, técnica, sem estudos de formação crítica tonou-se regra. Relata-se que a história e geografia, por exemplo, eram substituídas por “estudos sociais” com destaque para nenhum tipo de alusão ao escravismo, ao colonialismo, e as contínuas invisibilidades das lutas sociais e populares ao longo dos mais de quatrocentos anos de invasão sob diversas expressões políticas que tendem a expressar, sem discussão, uma ideia de soberania e autonomia nacional.

A alusão a construção do projeto desenvolvimentista, advém do formato pela qual o Governo Brasileiro buscou meios internacionais de estruturar a educação em nosso país, sendo que as condições históricas são de subordinação das regras internacionais para caracterizar as etapas de formação em nosso território. Com isso, o investimento do capital humano e financeiro, poderia gerar um círculo virtuoso no desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno em que as instituições apostariam na formação da classe média em uma produção da reprodução ao caracterizar as pressões de trabalho do mercado local.

Para Giddens,

O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual. (GIDDENS, 1991, p. 13).

Com estas oportunidades já direcionadas, Giddens forma as marcas do tempo e da história de uma existência humana e estrutural que juntas formam um conjunto de saberes. Nesta perspectiva, no livro de registro de visitas dos inspetores encontramos um relato que é conexa com a proposta direcionada por Giddens, que mostra o desenvolvimento das instituições escolares, principalmente de Araguari, com as oportunidades que surgem ao longo do tempo e espaço em aceitar alunos advindos de escolas particulares. Sendo assim, a inspetora relata que encontrara na Delegacia de Ensino de Uberlândia, um documento enviado por uma mãe, onde alegava que a filha era bolsista em um colégio particular e que foi indicada pela inspetora local, para ser matricular na Escola Polivalente. Logo, a inspetora se reuniu com a direção e a família para que juntos chegassem a uma conclusão, que a Escola Polivalente não tinha bolsistas, mas receberia estes alunos somente como alunos isentos do exame de seleção, mas com as mesmas atribuições dos demais estudantes. Nota-se, que com este documento encontra-se ações dos agentes sociais que mesmo sem um cargo dentro da instituição escolar Polivalente tem a sua maestria de movimentar ações e garantir meios de acolhidas nesta instituição. Mesmo a escola tendo um processo seletivo de entrada, os movimentos burocráticos sociais mentem acessos nos aspectos de ligação do particular para o público, ou seja do privado para o social público ao relatar as dificuldades que estavam passando mesmo com uma bolsa de estudo. Contudo, é de ciência que o aluno bolsista de uma escola privada, ganha somente as mensalidades, porém, o material e uniformes cada qual com as suas funções e finalidades, a família e o aluno tendem de tomar as providências e garanti-lo.

Por tais indagações e perspectivas de formação no ensino para o trabalho, potencializa-se a economia do país, a não apresentar nenhuma linha de formação crítica. Aos alunos caberiam realizar atividades voltadas à formação para a sua atuação no mercado, e não de desenvolvimento das habilidades individuais mais amplas e diversificadas, formando assim uma grande massa manipulada pelas ordens políticas e econômicas. Neste contexto, a educação estaria orientada para o atendimento de um ideário político civil-militar, no bojo de um projeto econômico e educativo atrelado às demandas do mercado. A formação educacional era

entendida como um espaço de formação profissional via treinamento, capacitando os jovens para suprir a demanda das fábricas em ascensão.

Uma das marcas deste período, governada pelo general Médici, que supostamente acenava como um presidente disposto ao diálogo, mas na realidade se configurou num cenário de falsa democracia, de limitações, perseguições, intolerância, tortura e exílio. Portanto, reiterava-se o cenário dos “anos de chumbo”. Com a economia em crescente desenvolvimento, alcançou-se o chamado “milagre econômico”. A mídia oficial manipulava as informações retratando a imagem de um país promissor, grande, forte e vencedor. Usava *slogans* patriotas, principalmente com a seleção brasileira de futebol, tricampeã mundial, com o lema “Pra frente Brasil”.

Na educação em 1971 foi promulgada a Lei 5.692, que instruía a formação profissionalizante, assegurando no Art. 1º “O ensino de 1º e 2º Graus têm por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de qualificação para o trabalho e preparo dos seus sujeitos para o exercício consciente da cidadania”. Apesar da legislação ter avançado em algumas vantagens aparentes, como, por exemplo a extensão da obrigatoriedade em oito (08) anos e a continuidade do sistema educacional do primário ao superior, no entanto impôs a profissionalização a nível médio para todos, cooperação das empresas na educação, direcionando a formação preconizada alinhando a um modelo econômico dependente, imposto pela política econômica norte-americana, por meio dos acordos MEC-USAID.

Ao demarcar este contexto social da formação ao chão da escola no sentido de compreender a experiência de modernização na instituição investigada, é necessário navegar pelo território nas contradições e nas pluralidades da formação humana com as derivadas necessidades de diálogo no exercício de contribuir para que cada sujeito exerça o seu papel na comunidade em que vive. Tal posição encontramos em Giddens, e pode-se espelhar neste marco histórico ao tratar-se dos deslocamentos sociais que o povo brasileiro estava passando, e tratando da estrutura educacional em Araguari não foi obstante as marcas registradas deste período. De acordo com Giddens,

ao longo da história brasileira nota-se deslocamentos discursivos para tingir a modernidade. São deslocamentos, hora flagrantes, hora sutis, ora conflituosos, ora pacíficos, nos quais nunca se deixou de fazer referência ao velho mundo como fonte de uma cultura na qual os brasileiros deveriam incessantemente se banhar caso queira conquistar o status de civilizados, mas os Estados Unidos vão se afigurando nos ensaios utópicos das elites intelectuais e no Imaginário social como terra prometida. (GIDDENS 1991 p. 34)

Entre estes deslocamentos, pode-se dizer que são advindos da macha pelas famílias acontecidos em meados anos de 1964, que entre tantas reivindicações consistia que o governo procedesse com um melhoramento da educação para as pessoas advindas das classes médias. Assim se determinou entre estas a primeira medida de melhoramento do ensino superior que valeria também para o ensino secundário. O acordo que tanto falamos nesta pesquisa que é a junção dos professores brasileiros com os professores norte-americanos, a fim de buscar uma melhoria no ensino e aprendizado da Educação Brasileira.

É um projeto que procura melhorar a organização interna das universidades, bem como do ensino fundamental secundário de modo a reduzir os custos médios das matrizes curriculares e com isso propiciar a expansão do ensino público no país. Sendo assim, as marcas deixadas deste ensino e aprendizado foram reformuladas e pensadas de acordo com as estruturas em que o país vivenciava, bem como na ação de menor fomento financeiro, e econômico com as meras implantações de projetos e planos para controlar as ações do desenvolvimento humanístico e profissional.

Para tanto, Giddens (1991), ao entender que o trabalho industrial moderno é um marco para submeter o homem a um trabalho árduo e repetitivo, aparentemente representava a marca do sujeito como potencialidades de destruição, caso o indivíduo não desfruta de seu ensino e aprendizado. Ou seja, quando as condições de formação não são eficazes na produção dos serviços arquitetados pelos currículos escolares. Para ele, a formação na educação,

...é a concepção de que a sociologia proporciona informação sobre a vida social que pode nos dar uma espécie de controle sobre as instituições sociais semelhante àquelas proporcionadas pelas ciências físicas no domínio da natureza. O conhecimento sociológico mantém uma relação instrumental com o mundo social com o qual se relaciona; tal qual pode ser aplicado de uma maneira tecnológica para intervir na vida social (GIDDENS, 1991 p.19).

Deste modo, ao se pensar na identidade social, e trabalhar com os valores apresentados que impulsionam e direcionam as relações entre o indivíduo e a instituição na qual, o indivíduo tende a se fazer corpo, parte desta estrutura em que se cria o sentimento de pertencimento, cuja a importância é criar laços de identidades e se construir coletivamente ações em que “um indivíduo que não considera alternativas e tenta calcular os seus ricos sejam eles reconhecidos, e, engajados em confiança” do eu para nós (GIDDENS, 1991, p.39).

Como tais formas de desenvolver o ensino numa perspectiva mercadológica, iniciou-se um enorme processo de privatização do ensino, a partir dos moldes do sistema empresarial,

onde a eficiência e a produtividade se sobrepuseram aos valores pedagógicos, ou seja, o ensino deveria estar adaptado a mentalidade empresarial tecnocrática.

No entanto, a perspectiva mercadológica do desencaixe como deslocamento do tempo-espaço proporcionado pelo homem ao se desenvolver a sua materialidade das relações sociais em mecanismos presentes nas instituições modernas. Assim, Giddens,

Todos os mecanismos de desencaixe, tanto as fichas simbólicas como os sistemas peritos, dependem da confiança. A confiança está, portanto, envolvida em uma maneira fundamental com as instituições da modernidade. A confiança está aqui revestida de capacidades não individuais, mas abstratas qualquer um que se use fichas monetárias o faz na presunção de que se confia, não apenas, ou mesmo primariamente, nas pessoas com as quais as transações específicas são efetuadas. (GIDDENS 1991, p. 29)

Subsidiada na contribuição de Giddens, compreendemos que o modelo de governo que perpassava pelo regime impulsionou a economia industrial, pautado num programa de desenvolvimento conservador e autoritário. Nesta direção, até mesmo os livros escolares eram usados como instrumentos ideológicos, massificando toda uma geração. Os desfiles militares, por sua vez enalteciam o regime. O Hino Nacional era cantado por inúmeras crianças em idade escolar, com pretensão de respeito e orgulho de seu país em nome de um ente difuso, o Brasil dos militares. Com políticas voltadas ao desenvolvimento da indústria e da infraestrutura para dar suporte, a oportunidade de empregos cresceu. A economia era próspera, mas os salários não acompanhavam o mesmo ritmo crescente.

Nesta perspectiva, a prevalência do discurso de uma formação educacional com cunho profissionalizante, com orientação para a mão de obra que o mercado preconizava, teria as evidências de um tipo de experiência modernizante que transversalizava os programas e propostas. Para tanto, esperava-se por uma evolução econômica do país, onde o governo colocou em prática um projeto econômico conservador, que, inicialmente, resultou num período de industrialização e crescimento econômico acelerado, mas sem benefícios para a classe trabalhadora. Em primeiro lugar, crescer para depois distribuir, sob esse discurso, a visão de participação produtiva por meio da mão de obra qualificada impulsionaria as disposições formativas, assim como o atrativo de alunos para os cursos ofertados nas Escolas Polivalentes. Por essa via, ocorreu incremento produtivo e estrutura de indústria e comércio no período. Todavia, o trabalhador permaneceu trabalhador, enquanto empresários e industriais, assim como produtores rurais consolidaram os mecanismos de produção.

Na concepção de preparo de adolescentes e jovens para as habilidades técnicas terem uma ênfase no despertar vocacional, adicionado aos modos de socialização, civilizações, treinamento, com formação de hábitos aos quais exigiria de todos os envolvidos na estrutura institucional a observância de um padrão de disciplinas revestidas de métodos. Obediência de horários, aprendizados de diversas habilidades que incluiria o manejo instrumental, domínio de linguagens específicas, funcionamento de equipamentos e de insumos e matérias inerentes a cada prática em curso.

Na observância deste padrão, não incluía somente os alunos, como também toda a equipe escolar, isso valia para todas servidoras/es em geral. Essa concepção de padronização teria por horizonte a preparação dos indivíduos no desempenho das habilidades e a adoção de posturas características da inserção dos ofícios urbanos e industriais, e ao mesmo tempo que promoveria um relativo aperfeiçoamento de habilidades e manejos de interesses da vida doméstica e das atividades rurais agrícolas.

Paralelamente,

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria a formação de uma ordem social mais feliz e segura (GIDDENS 1991, p. 15).

Neste contexto, a educação ficou refém desta política macro. Que por vezes o vigiar e punir estava em suas marcas também no chão da instituição, exemplo este, que está nas estruturas da Escola Polivalente com suas imensas janelas voltadas para o pátio da escola, com as quais a vigilância do professor na sala de aula e do ensino e aprendizado era característica da década de 1970.

Atualmente, aquelas crianças e jovens da década de 1970, que outrora faziam parte deste início escolar, são mães e pais com a idade entre 39 a 49 anos, que com aquele ensino puderam construir e reconstruir os seus contratos sociais e fizeram história por onde passaram. Ao caracterizar que todo movimento é um ir e vir de movimentos históricos, na qual tinham o sentido de pertença destes acontecimentos com capacidade de fazer escolhas, aprender, reaprender e refazer caminhos.

Cabe agora perguntar, se no cotidiano escolar a atuação de seus professores reproduziu o que se preconizou pelo poder ditatorial. A resposta seria não se o vigiar e punir tivesse os seus deslocamentos sociais, mas como a resposta já pré-moldada, sim, pois, os conteúdos e o sentido de olhar a construção do espaço e das características do currículo demonstram padrões como o hino nacional, da fila, dos uniformes, dos cadernos, foram transformados em método para todas

as áreas. Aos poucos, a diversidade do bairro, nos tons e estilos dos costumes em comum dos diversos tipos de operários/camponeses do território, sofreu a mutação em sua organização e pela jornada de mercadorias, placas, acenos à lógica do consumo. Assim, a escola e a família tinham como função fortalecer o poder da lógica dominante, romper com o orgânico e instaurar a ausência do sentir, do afetar-se, como ponto de referência.

Em suma a proposta deste capítulo foi de reconhecer a instituição escolar, com ênfase na sua organização e dos programas, bem como o provimento financeiro e a estrutura funcional e curricular. Como enfoque, percorreu-se o caminho de demarcar a qualificação técnica pela via da modernização na Escola Polivalente, por meio da análise da proposta pedagógica, bem como conhecer o entorno da instituição na ascensão do ensino secundário na cidade de Araguari.

Ao problematizar os espaços, pode-se descrever que a educação e a cidade buscaram sentidos de aproximação com o ensino e os meios sociais na qual cada indivíduo se fazia pertença. E entre estas considerações nota-se que a modernização passa por caminhos de vigiar e punir na qual o ser humano está interligado as práticas dos movimentos de sua época, pois vivenciava-se uma época de chumbo com o poder militar a frente de nosso país.

Diante destas características de meios sociais e anseios por modernização social, o indivíduo busca conduzir-se em caminhos de aproximações do tempo e espaço histórico e regional. Assim, como sujeitos entrelaçados com os anseios do mercado trabalhista proporcionam a busca não só para o desenvolvimento de produção capitalista, mas também para uma formação histórica do capitalismo humano em suas dimensões.

Deste modo, as produções e as reproduções dão sentido aos aspectos que demarcam a história das carências de modernização ao se pensar que as lutas de classes estão na perspectiva do desenvolvimento capitalista no Brasil, em que se faz a busca de parcerias internacionais para o contínuo desenvolvimento educacional. Portanto, a qualificação técnica estaria marcada pelos eixos com as quais se conduz a instituição a fornecer cursos de qualificação a classe “c” trabalhadora do país, tendo como forma de subsidiar as infraestruturas com mão de obra e melhorias. Assim, ao proporcionar a comunidade local formações de qualificação que exigem o mercado trabalhistas de seus sujeitos a investir no desenvolvimento de ações educacionais por meios destas exigências em que se constitui uma expressão do contexto político militar da época.

4 – O DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO NA INSTITUIÇÃO

*O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito
em face do mundo. Requer uma ação transformadora
sobre a realidade. Demanda uma busca constante.
Implica em invenção e em reinvenção.
Paulo Freire*

Na tessitura das determinações que possibilitaram a criação da Escola Polivalente de Araguari, tangenciadas pelas condições objetivas nas quais ocorreram o aparelhamento interno e a implementação dos cursos orientados para Práticas específicas, Agrícolas, Comerciais, Industriais e Educação para o Lar, reunimos aspectos acerca da legislação, do Programa Nacional que fomentou a implantação dessas instituições no Brasil. Em Minas Gerais, contou com o respaldo de uma espécie de agência reguladora que conduziu o gerenciamento e aplicação das ações em diferentes etapas; Produzimos dados obtidos nas fontes de acervos, com descrição de informações e eventos históricos relacionados; Fundamentamos a produção científica da área em torno do objeto, por meio de pesquisas sobre Escolas Polivalentes em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro, assim como acionamos outras produções correlatas, cujas questões, nos auxiliam a compreender algumas distinções localizadas no âmbito geral e local.

No exercício de análise, traçamos a interlocução com possíveis dispositivos de modernidade nesta experiência institucional, identificando, para efeito interpretativo, três dimensões que ao serem mediadas pelos dados extraídos das fontes, o diálogo com o referencial teórico e cruzamento com marcas do discurso da modernidade, elucidamos algumas particularidades e relações intrínsecas ao objeto na demarcação dos possíveis indícios de experiência de modernidade circunscrita no período. Além das contribuições das pesquisas referenciadas, acionamos também os conceitos de experiência educativa em Dewey e de escola moderna em Boto, para subsidiar a visão de experiência e de modernidade.

Ao compor a interpretação, situada nessas três dimensões, nos respaldamos em tais autores, Gonçalves, Gaio e Pina, juntamente com Dewey e Boto, naquilo que julgamos pertinente.

4.1 Distinções da arquitetura na concepção da escola

No termo de vistoria de entrega da construção do Polivalente, encontramos um fato que os projetistas seguiam um manual que sustentava o modelo de arquitetura utilizado na primeira escola construída. Este manual revela que os métodos e equipamentos apontam o modo que deve ser acondicionados os espaços de acordo com a necessidade de um grupo escolar e se possível flexibilizar pelo modelo de construção uma interação não só com a capacidade de convivência comunitária, mas de construir uma interatividade entre os alunos em grupos ou individuais. Portanto, esse espaço de convivência, podemos chamar de sala de aula e ou chão da escola com todas as estruturas seguiu um modelo pré-estabelecido pelo governo federal, com a qual direcionou recursos para a organização espacial e pedagógica como espaços educacionais de convivências.

O prédio escolar composto por estruturas físicas que constituiu um conjunto de amplas salas de aulas, construídas cada qual para a finalidade exposta no relatório de vistoria dos engenheiros, com a qual foi apresentado no ato da inauguração a todos os presentes, ao se apresentar as instalações completas, cuja as finalidades seriam destinadas para assegurar aos mestres e alunos condições de ensino e de aprendizagem de maneira eficiente e agradável, assim relata o jornal. Contudo, para o quadro administrativo são oito espaços entre elas, direção, supervisão, sala dos professores, cantina, entre outros. Para os alunos com o currículo da base comum são destinados 16 espaços contando com, salas de aulas, área de recreação, campo de atividades físicas, banheiros e vestiários. Já para as disciplinas de formação específica são destinados 10 espaços sendo eles, salas de formação específicas (oficinas), laboratórios, enfermaria, entre outros. Contudo, no termo de vistoria da empresa contratada no ato de sua entrega do prédio para a sociedade Araguari, compôs em que o prédio contou com a capacidade física de:

- 7 salas de aulas não especializadas para a base comum de 58m²;
- 1 sala de aula para Educação Artística de 105m²;
- 3 salas para o laboratório, sendo 2 de 55m², com uma sala preparatória de 17,5m²;
- 1 sala-ambiente para as Práticas Agrícolas 51m²;
- 1 sala ambiente para oficina, de 46m² e 1 depósito de 21m²;
- 1 sala ambiente para as Práticas Industriais de 144m², com um depósito de 21m²;
- 1 sala ambiente para as Práticas comerciais de 77m²;

- 1 sala ambiente para Educação para o Lar de 77m²;
- 1 área de recreação interna de 440m²;
- 1 área de recreação externa de 450m²;
- 2 quadras para futebol de salão e vôlei de 480m² cada uma;
- 1 campo de futebol de grama de 2.140m²;
- 1 pista de atletismo, com caixa de areia de 320 metros corridos;
- 2 almoxarifados: um de 5m² e outro de 7,30m²;
- 1 depósito de material de limpeza de 2,5m²;
- 1 cantina de 16m²;
- 4 gabinetes: do diretor, do vice-diretor, do supervisor pedagógico e do orientador educacional de 12m² cada uma;
- 1 jardim de ciências de 160m², com um depósito de 5m²;
- 1 sala de professores de 40m², com um depósito de material didático de 5m²;
- 1 sala de Educação Física de 15m², com um depósito de 7m²;
- 1 enfermaria de 15m²;
- 1 sala para a secretaria de 1º grau de 25m², com um depósito de 5,5m²;
- 2 sanitários para alunos, masculino e feminino de 17m²;
- 2 sanitários para professores (masculino e feminino) de 6m²;
- 2 vestiários (masculino e feminino) de 25m² cada um.

A estrutura física da Escola Polivalente possuía essa composição, observando que todas as instalações concorriam para a convivência social de educadores e educandos e, sobretudo, para o desempenho das atividades formativas como um todo. Assim, entendemos por ambiente escolar o conjunto formado por atividades pedagógicas, técnicas e desportivas, tais como, aula, estudo, prática esportiva, limpeza, e entre outros; Além de espaços físicos construtivos e meios físicos operacionais como salas, laboratórios, quadras, banheiros, cantina e entre outros. Todas as ações sob o efetivo exercício do professor, instrutor, estudante, funcionário, entre outros, nos ambientes escolares, como salas, pátios, jardins e quadras. No formato do curso organizado por práticas distintas, as aulas seriam realizadas em diversos espaços e locais da escola, tanto em salas regulares, quanto no auditório ou, ainda, num pátio aberto, nas oficinas e demais espaços disponibilizados no prédio e nas imediações da Escola Polivalente.

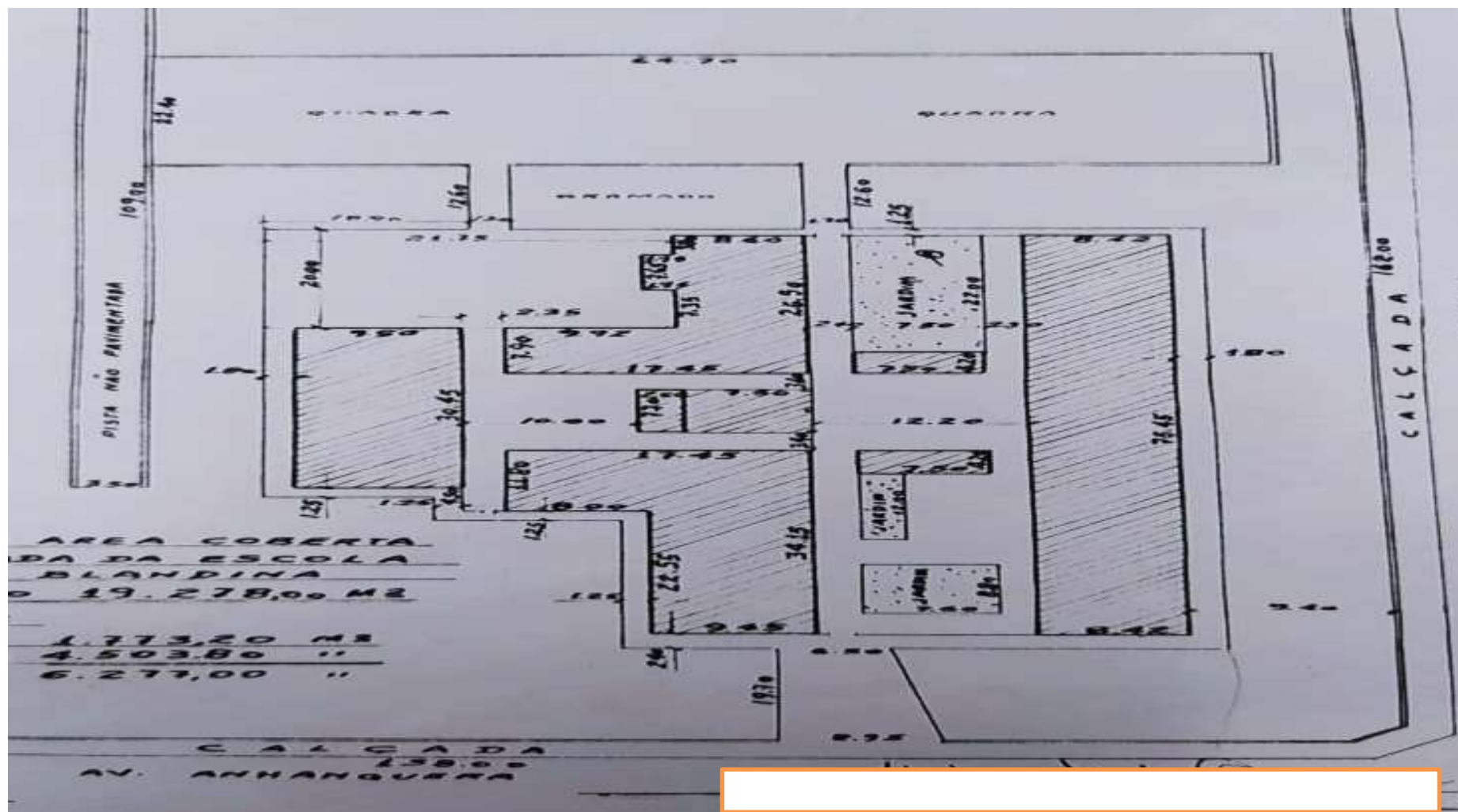


Figura 07 – Demonstrativo do croqui da instituição a ser construído na década de 1970. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir da consulta ao acervo da Instituição Escolar Madre Maria Blandina.¹¹

¹¹ Assinatura tarjada por motivos de ética.

Enquanto modelo aplicado à linha de montagens das estruturas arquitetônicas das Escolas Polivalentes, pode-se determinar que estas fases se aproximam de uma estrutura eficiente que está racionalizada a organização de uma instituição inspirada no modelo americanista escolar e industrial, com a qual se confere na agilidade e metas que se espelha nas ações dos acordos. Estes campos de estudos arquitetônicos, ressoam uma visão pragmática dos modelos e respostas dado às escolas ensaiadas como experiência de educação que ao longo da década de 1970 foram projetados pelos arquitetos e pensados em uma estrutura que abrigasse o menor valor aquisitivo para o Estado, cujo funcionalismo abrangesse as dimensões de iluminação e ventilação natural. Essas características demonstram que foi uma instituição projetada e pensada nos seus custos como elementos que norteiam o desenvolvimento do país e a inspiração dos aspectos físicos e econômicos inspirados nas ações da modernidade.

Assim, de acordo com a Gonçalves 1996 p.14, os projetistas teriam uma preocupação pela funcionalidade que enfatiza as estruturas do prédio às novas funções da escola, com qual garantem em seus planejamentos adequar os espaços articulares com as necessidades culturais, biológicas, econômicas e sociais. Portanto, uma das características descritas no manual técnico do (PREMEN) faz solicitações pedagógicas aos projetistas da instituição que,

deverá responder com fidelidade aos objetivos do programa. Modernamente, o prédio escolar é concebido para satisfazer funções bem distintas daquelas da escola tradicional. As tendências pedagógicas atuais, voltadas para um ensino mais ativo com o uso intensivo de recursos de objetivação, de laboratórios, de salas ambiente e, especialmente, da biblioteca, solicitam uma participação cada vez maior do educando, além de implicarem numa relação mais estreita entre professor e aluno, o que exige que o projeto arquitetônico atenda a uma composição dos espaços diferentes da convencional, na qual a sala de aula era o elemento predominante. (...) levando-se em conta o 'déficit' atual de escolas e a demanda sempre crescente de oportunidades educacionais, o arquiteto deverá considerar como critério básico, ao elaborar o projeto de uma escola, que o investimento de capital seja mínimo e o rendimento máximo, pois só assim, poder-se-á desenvolver uma política de expansão da rede escolar compatível com as nossas necessidades e recursos (PREMEN, 1972 p.3)

Sobretudo, esta intervenção arquitetônica pensada para adaptações com as flexibilidades dos espaços tornando-os capazes de acompanhar o desenvolvimento do currículo e possibilitar a expansão e a participação da comunidade escolar em seus espaços democráticos que ultrapassam a sala de aula. O investimento do capital financeiro demonstra uma capacidade de expandir.

Esses formatos de concepções americanas e europeias que visam a indústria, a democracia e a ciência como ferramentas ímpares na construção de uma sociedade na formação das reflexões, sobretudo, interpelam a instituição escolar, projetam ideias que motivam o

formato escolar contrapondo a uma educação tradicional para uma educação nova ou progressista. Este formato produz ideias de que a educação prevalece em um caminho sutil e eficiente para as propostas adquiridas nos acordos MEC/USAID, em que os alunos como sujeitos deste ensino e aprendizado são capazes de conduzir as metodologias de ensino e as suas ações de forma em que se sintam agradáveis ao modelo curricular proposto.

Entretanto, todas estas ideias acima nos condizem pelo modelo e formato das estruturas arquitetônicas prevalecentes no equilíbrio entre a alvenaria, recursos audiovisuais, projetores, gravadores, computadores, televisão educativa, equipamentos mecânicos e o corpo docente que passa por treinamentos nas instituições modelos para serem os mestres técnicos do ensinamento nestas novas instituições Polivalentes.

Isso é que movimentam o pensamento americanista ao se lançar em outras terras com o fomento de créditos, currículos e formação de uma sociedade que está no processo de organização de suas estruturas educacionais. Logo, o projeto elaborado e executado através de um profissional vinculado ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), como demonstra o projeto abaixo obtido através da tese de Resende 2015, vincula os seus espaços com as práticas a serem elaboradas no currículo da instituição, que de acordo o desenvolvimento das capacidades físicas que possibilitariam as expansões ou adaptações nas necessidades qualitativas e quantitativas, decorrentes da evolução do ensino e aprendizado.

Entre estes espaços, cabe ressaltar que a escola foi projetada na ideia estética de construção moderna para a época em que o uso funcional do “tijolinho à vista” e estruturas “pré-moldadas” presente na construção, remete a arte de transformar os traços arquitetônicos em marcas da modernidade existentes no projeto arquitetônico. Entre estas e outras marcas também podemos considerar como marca da modernidade a construção feita a partir de cimento armado, que é um dos marcos da alta construção moderna para o Brasil.

Nesta visão, configura-se com a ideia pragmática de Dewey que caracteriza como novos fundamentos e métodos de ensino escolar que podem ser caracterizadas como experiências inovadoras para a formação de indivíduos e para a modernidade estrutural, ou, como modelos de ensino. Logo, a influência de importação destes modelos e de ideias, origina memórias relacionadas às ações políticas, éticas, sociais, culturais epistemológicas e educacionais que englobam as ações do homem com a sociedade. À vista disso, ao se tratar desta competição de espaços como meta de socialização civil dentro e fora da instituição escolar, temos aqui como ação a análise das produtividades do objeto de estudo, a Escola Polivalente na década de setenta do século XX.



Figura 08 – Planta arquitetônica do projeto Polivalente, 1970. Fonte: RESENDE 2013 p.104, a partir da consulta ao repositório.

Neste percurso histórico, um dos marcos importantes encontra-se na arquitetura da escola em que foi planejada de forma com as quais as janelas seriam largas, com vidros transparentes denotando assim uma visualização geral da sala da vice direção às demais salas de aulas e do que se passava dentro daquele recinto.



Figura 09 – Estrutura de uma sala de aula com janelas e carteiras. Fonte: RESENDE 2013 p.108, a partir da consulta ao repositório.

Dentro desta perspectiva, temos uma escola pensada e planejada para os novos modelos de ensino. Em que a lei 5.692 de 1971, nas orientações específicas educacionais para o ensino fundamental caracterizam na

mudança principal no ensino fundamental de 8 anos é pedagógica através de uma programação integrada dos cursos e a adoção de métodos ativos, o que traz como consequência uma nova interpretação física e espacial dos prédios e da rede de prédios escolares. Embora a interpretação física e espacial comporte inúmeras – e até infinitas – soluções específicas, todas devem atender as necessidades funcionais e pedagógicas através de: 1 – da fácil articulação física e integração técnica-pedagógica, possibilitando o fluxo natural dos alunos das atuais escolas do ensino primário para a ou as de ensino médio (da rede de prédios escolares); 2 – da integração e flexibilidade interna dos ambientes (do prédio) (PREMEN, 1972 p.1)

Destarte, a modernização na educação começa na expansão do ensino fundamental obrigatório para oito anos, ou seja, os estudos de cunho secundário. As marcas deixadas neste período evidenciam traços remanescentes do percurso histórico da Escola Polivalente de Araguari, especialmente por retratar indicativos do modelo repressor, de controle e vigilância que o governo da época sugeria. Marcas registradas na construção dos muros, das janelas e das portas pelas quais se passam todo o saber e o vigiar. Racionaliza-se que esta arquitetura foi pensada visando os moldes técnicos concebidos pelo projeto educacional e social dos militares em que estava voltada para dois aspectos, o físico e o econômico.

Nestas estruturas arquitetônicas é possível evidenciar a orientação dos espaços considerando que o cerrado mineiro indicaria algumas características como janelas largas, estruturas alta e com ventos internos arejando o ambiente, iluminação natural, estão elencadas como uma das concepções desta moderna instituição. Em vista disso, o espaço institucional compõe a estrutura que de um lado há cerca viva, galpão com as salas de aula do núcleo comum, ao centro, biblioteca, salas da administração, pátio, laboratórios. Do outro lado, os galpões com as oficinas distribuídas para as disciplinas em cada oficina e setor. No espaço interno temos os corredores que deslocam os alunos, instrutores e a manipulação de insumos. Essa concepção dentro de um espaço projetado para oficinas proporciona condições de manuseio, manejo de insumos para as práticas e descartes do resto de matérias. Os ambientes das dependências da estrutura escolar proporcionariam um dispositivo de harmonia com a instituição e com os setores de sala de aula, com os ambientes administrativos, com os vestiários que na dinâmica das práticas técnicas teria papel essencial para que o aluno dispusesse de troca de uniformes, conforme as práticas e atividades desempenhadas.

Desta forma, a escola inicia as suas atividades pedagógicas ao projetar o padrão de ensino Norte Americano determinando relações que sejam capazes de criar e facilitar a educação dos seus alunos. Nas múltiplas relações do espaço institucional com as práticas realizadas, envolvendo os diferentes processos formativos, caracterizamos inúmeros movimentos de modernização da metodologia educacional pretendido pelo acordo MEC/USAID. Logo, as projeções e as condições das estruturas físicas contribuíram para tal aprendizado ao possibilitar a interação entre o planejamento, espaços e a flexibilização curricular com cada ambiente pensado democraticamente faz com que evoluíssem os seus sujeitos a partir da qualificação profissional, frente às modificações ligadas a economia, mão de obra, tecnologia e das condições do mercado de trabalho.

Nos desenvolvimentos destes espaços, caracterizados pela implementação da escola modelo do projeto PREMEN, a construção tem uma característica peculiar que é de cimento armado, com a qual demonstra um novo modelo de construção da era moderna. Entretanto, a instituição escolar criada e direcionada em seus espaços para acolher os alunos contou na primeira fase com um modelo de projeto pensado para as Escolas Polivalentes em todo território nacional.

Uma das características, é que ao visitar outros Polivalentes da região do Triângulo Mineiro está na identidade de uma construção de igualdade em seus espaços e arquiteturas. Sendo pequenos detalhes que diferenciam uma Escola Polivalente de outra, visto que o modelo

projetado há de se manter até mesmo as metragens na construção. As salas de aulas eram projetadas de forma que a ventilação natural era eficaz para a circulação dentro dela, pois, a laje não é horizontal e sim inclinada e no meio uma tela¹² (respirador) instalado no encontro das duas hastes inclinadas, que fazia que o ar descesse pelo telhado, ou seja, o ar circulava pela sala e saía pelo alto em relação a laje.



Figura 10 – Estrutura de uma sala de aula com janelas, carteiras e o ched no encontro das estruturas. Fonte: RESENDE 2013 p.108, a partir da consulta ao repositório.

Pelo registro fotográfico podemos notar que uma das características das salas de aula são as amplas janelas com vidros transparentes que contribuem por uma iluminação e com uma ventilação natural ampla, mas este desenvolvimento arquitetônico nos mostra o excesso de preocupação com os custos na definição das estruturas em que a ventilação e a iluminação já se tornariam um sinal de ganhos por não ter a necessidade de utilizar ventiladores e iluminação elétrica. Assim, as fontes revelam que esses são um dos aspectos internos da experiência de modernização arquitetada com o caráter funcional da instituição, inspirada na organização dos espaços para contribuir com uma educação que visa provocar as sensações, emoções e desejos de estudos aprofundados pelos seus sujeitos matriculados que visam as metodologias de ensino. Isto se dá ao caracterizar os seus equipamentos, objetos reais, como animais vivos, plantas, fotografias, globo terrestre, audiovisuais, projetores, gravadores e artefatos que marcam esta era moderna, assim como a estrutura diferenciada da escola, projetada para qualificar a mão de obra local.

¹² De acordo com as referências arquitetônicas este espaço é conhecido como ched: Trata-se de um tipo de telhado com formato específico, que tem com o objetivo aproveitar ao máximo a luz e a ventilação natural. Ela tem um formato peculiar, pois deve contar com aberturas em pontos estratégicos de sua construção para permitir a passagem dos raios solares e cargas de ar, por meio das correntes de vento.

Este diálogo interpretativo de caracterizar algumas das metodologias nos condiciona a vislumbrar que esta instituição é uma escola progressista com um diálogo interpretativo, e que será subsidiado por autores e obras que tratam da modernidade entre estes autores temos, Gonçalves 1996, Gaio 2008, Resende 2011, Resende 2015 que direcionam enquanto premissa e projeção em determinados contextos, discursos dos projetos e acordos norte-americanos. Segundo Resende, as escolas com modelo GP1 e GP2 (Ginásio Polivalente) são de primeira e segunda etapa, com construções iniciadas nos anos de 1970 e 1971 e que as identificações EP (Escolas Polivalentes) são escolas de terceira e quarta etapa, com obras iniciadas em 1973. Com a qual mantemos o nosso estudo no modelo GP2 que é o formato da escola de Araguari-MG. Assim, encontra-se em Resende (2015) dados em um quadro que define dois tipos de construção de Escolas Polivalentes com a qual Resende remete em que a construção da Escola Polivalente de Araguari é do modelo GP2 (2.457,23 metros quadrados) de área construída com a qual se interfere no modelo EP2-RMG (2.953,54 metros quadrados) com a diferença hipoteticamente se pensada pela autora por causa da mudança da nomenclatura de ginásio Polivalente para Escola Polivalente, após a vigência da lei 5.692/71.



Figura 11 – Estrutura de uma das fachadas laterais interna da escola. Fonte: RESENDE 2013 p.109, a partir da consulta ao repositório

Deste modo fica um questionamento que não encontramos uma solução para tal resposta, se o modelo que caracteriza a instituição Polivalente de Araguari deveria ser chamado de Ginásio Polivalente, porém como se nota esta instituição adotou como nome inicial Escola Polivalente de Araguari, dado este de escola caracterizada pela terceira construção dos modelos de instituições Polivalentes. Outro fator que se faz necessário julgar é a proposta curricular caracterizada em seus espaços laboratórios e salas de aulas em que o educando recebe muitas vezes a aula prática e teórica nos mesmos espaços. Assim, demonstra no projeto inicial

em que estes espaços são de entrada de saberes e ao mesmo tempo de aproveitamento das relações administradas com o tempo e espaço destes adolescentes que estão matriculados nesta instituição.

Deste modo, se faz necessário, apresentarmos os espaços contidos na instituição em que abrange não somente o interno, mas também o externo que visam o ensino e aprendizado, por meio da relação adquirida através da construção e seus espaços. Assim, o espaço interno estabelece relações com uma área total de alunos e diversos ambientes, entre eles, 1) Administrativo, sala do diretor, sala do vice-diretor, secretaria, depósito – arquivo de secretaria, circulação interna e externa. 2) Conjunto pedagógico, I – áreas de apoio, sala de orientação pedagógica, sala de reuniões, sala de professores, sala orientação educacional e entrevistas, sala de recursos didáticos; II – Biblioteca; III – Disciplinas Acadêmicas, salas de aula, sala de educação artística, ciências (laboratórios e preparo), jardim de ciências – sem cobertura; IV – Disciplinas de iniciação profissional, A- Artes industriais [sala oficina e depósito], B - Técnicas agrícolas [salas, oficinas, depósito e criação de pequenos animais], C – Educação para o lar [sala, enfermagem e sanitário], D – Técnicas comerciais; V – Educação física e recreação. Entre estas e outras áreas também fazem parte os campos de serviços da escola como: cantina, sanitários administrativos, sanitários serventes-zelador, sanitários de alunos, depósito de material de limpeza.

Dentro destes espaços encontramos uma dimensão que satisfaz as ideologias e funções necessárias para a organização dos espaços para o projeto arquitetônico, assim a inspiração para situar o espaço da escola de acordo com os conceitos preestabelecidos do PREMEN caracterizam o processo de modernização educacional pretendido as condições de funcionamento. Este processo, flexibiliza a ação do homem nas suas identidades com o meio na qual ele se insere na sociedade, e, com isso as referências de espaço, cultura, economia e a própria tecnologia proporciona a seus sujeitos que estão na estrutura educacional modificações ligadas a evolução das técnicas de trabalho.

A escola dispõe de uma área construída, fechada coberta de 1.670,59 metros quadrados, área aberta coberta de 658,68 metros quadrados, uma área total de 2.329,27 metros quadrados conforme está na planta arquitetônica acima. Logo, essa escola modelo previa assinalar-se uma relação entre a estrutura arquitetônica e pedagógica que constituiu em uma estrutura preocupada com os campos do saber, conforme descrita pela resolução 925,

técnicos e administrativos e recreação, oficinas para artes práticas e outras instalações – ilustrada pela planta arquitetônica sugerida – destinada a acomodar 800 alunos em dois turnos. Este módulo foi estudado tendo em vista a atender as diversas necessidades dos alunos e proporcionar variedades de cursos e dos programas. O ginásio descrito nestas diretrizes gerais foi planejado para ensinar a integração do programa de educação compreensiva através de uma operação eficiente. As instalações para ciências e para biblioteca, a serem colocadas em cada escola são a base para a modernização do currículo e do ensino, tanto no que toca as humanidades, como as ciências, e servirão de fonte de recursos educacionais necessários a um programa bem equipado. (PREMEN, 1972 p.22)

Com estes direcionamentos dos espaços e áreas para o convívio social, demonstra-se que o discurso de modernidade proporciona ações enquanto conceito e discurso recorrente, e com lastros em diferentes aspectos da sociedade, que entre esses feitos influenciou as da arquitetura institucional, formação e qualificação. Assim, define-se como ideia de modernidade, o desenvolvimento, os projetos e as ações em que a instituição projeta em seus alunos para que após os aprendizados possam projetar aquilo que se aprendeu na sociedade local. Deste modo, a definição de apropriação da ideia de modernidade é inserida pelas escolhas daqueles que pela liberdade modelaram a figura do trabalhador no município, no Estado e no país com a qual é destinado a provedor e qualificador de suas escolhas. Logo, ao apreender as singularidades da experiência de qualificação técnica, envolta em uma visão de modernidade, concebida à época no período e naquele contexto.

4.2 Distinções na composição do quadro de profissionais para a escola polivalente

Na composição do quadro funcional da escola, observou-se um processo distinto para assumirem funções e atributos dos cargos. Os candidatos após serem submetidos a uma entrevista eram em seguida encaminhados para realizar cursos preparatórios conforme a área ou setor de trabalho na escola. Entre estes cargos tinha-se, Direção, Vice direção, Secretaria, Supervisão, Orientação escolar, Inspetor de pátio, Bibliotecária, Professores e Agentes de Serviços Básicos. Todos estes cargos são destinados ao funcionamento da instituição escolar que prevê na composição do projeto de desenvolvimento do acordo e como uma das garantias do ensino aprendizagem que formam uma cadeia de alimentação do trabalho humano escolar no quadro de funcionalismo público destinado a Escola Polivalente.

Dentro deste parâmetro de conseguir uma formação técnica pedagógica para os professores que trabalhariam com os cargos atribuídos pelo acordo PREMEM foram encaminhados a escola modelo e a UFMG onde cada qual, passou por um curso de Licenciatura de Curta Duração destinado a estes profissionais contratados que atuariam nesta instituição.

Assim, aponta na dissertação de Resende (2015, p 163) que as atribuições dos cargos e as funções a eles destinadas tendem para a qualificação vocacional, com a qual as complementações em especializações em áreas afins caracterizam de acordo com os recursos humanos. Em outra vertente, Resende 2015, contribui para identificar no documento 10-069-ES-SD, a caracterização do processo de seleção e contratação dos profissionais para as escolas Polivalentes,

1) O programa [de criação de ginásios Polivalentes] procura recrutar o pessoal docente, técnico e administrativo na área geoeeducacional na Escola Polivalente que vai ser implantada; 2) O recrutamento é feito mediante o EDITAL de chamada onde são participadas aos candidatos todas as condições para a inscrição, participação nos cursos e contratação. 3) A chamada é feita primeiro para os cursos de “reciclagem”, isto é, visando o pessoal que já possui licenciatura plena das Universidades. Em seguida são chamados os candidatos para os cursos de “curta duração”, a fim de completar as vagas existentes nas escolas de uma determinada etapa do Programa. 4) O recrutamento é realizado sob a responsabilidade de uma comissão composta de um representante do PREMEN um da Secretaria de Educação do Estado e um da Agencia de Treinamentos. 5) A seleção é feita pela Agência de treinamento, observando determinadas condições pré-estabelecidas de comum acordo com o PREMEN e a Secretaria de Educação do Estado. 6) O candidato aprovado escolhe a Escola onde deseja trabalhar, de acordo com sua classificação no Exame de seleção, e se compromete a servir nela no mínimo por dois anos. Em contrapartida, a Secretaria Estadual de Educação assegura a sua contratação para a escola escolhida. (BRASIL, 1971 p. 16).

Este processo de contratação estaria contemplado nos termos dos acordos MEC/USAID em que visava a contratação de seis (06) profissionais assessores estadunidenses por dois anos, a ser trabalhado e indicado para o aperfeiçoamento do ensino primário. Estes profissionais colaboram para a melhoria do ensino que previa este auxílio técnico no planejamento do ensino brasileiro com os olhos no modelo de ensino americanista. Deste modo, na implementação das Escolas Polivalentes considerou-se um processo de modernização dos currículos que já estavam sendo trabalhados no Estado e com isso a assistência de implementação estas instituições aos moldes do acordo teriam que desenvolver cursos, treinamentos, orientações com especialistas estadunidenses para expandir a capacidade de instituições planejadas com caráter permanente do acordo MEC/USAID. Logo, todo este treinamento e encaminhamentos advindos dos especialistas, foram marcados pelos professores contratados, como uma marca de reciclagem profissional, pois as ações determinavam as suas escolhas e adesão profissional caracterizada pelas estruturas curriculares e a disciplina com a qual iriam trabalhar.

No início dos anos de 1970, em Araguari houve uma pré-seleção de profissionais dos quais foram destinados à cidade de Belo Horizonte para o treinamento e aprofundamento dos currículos de formação especial, escolhidos para compor a grade curricular e dar-se-á início as aulas na Escola Polivalente de Araguari. De acordo com o início das atividades escolares, todos

os professores foram certificados pelo programa, seja eles das áreas comuns, ou da formação específica. Portanto, trinta e dois (32) funcionários participaram deste início de formação para a acolhida institucional da Escola Polivalente em Araguari, como demonstra na folha de pagamento na próxima página e a relação de empregados.

Com estas demonstrações nota-se, que o empenho para o fomento de treinamento dos professores engloba vários projetos e atividades dentre eles o treinamento de professores não titulados, a prospecção de administradores para supervisionar professores e a manutenção dos centros de treinamentos que eram destinados aos aperfeiçoamentos dos profissionais da educação e a expansões das instituições escolares.

Entretanto, Dewey propõe uma reflexão sobre o sentido da educação democrática, nas condições em que o professor é solicitado a conduzir as suas atividades e a desenvolver ações de monitoria pelos alunos nos seus progressos. Dar-se-ia no pensamento, a caracterização de um professor que “não deve ocupar-se com a matéria de estudo em si mesma, mas com as interações desta, com as capacidades e necessidades presentes dos alunos”. (DEWEY, 2002 p.183). Ao ponderar essa caracterização de Dewey, demonstra-se que os professores e demais profissionais possam a ajudar e garantir aos estudantes a construir o seu caminho do ensino aprendido, ao lidar com o meio na qual pertence mesmo sabendo que todos os alunos estão no processo de continuidades e interações com o currículo escolar. Assim encontramos que toda a forma de formação profissional e seus aperfeiçoamentos se caracteriza na aplicação e atualização de conceitos profissionais que a instituição indica para seus sujeitos irem aos centros de treinamentos, cuja ação encontra-se na o decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968, que prevê sobre o PREMEM e dá outras providências, em seu artigo 6º parágrafo II nota-se que,

“ao administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores, à construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e a manutenção dos centros de treinamento de professores, à seleção de bolsista para o aperfeiçoamento no estrangeiro e a organização de serviços de assistência técnica e educacional. (MINISTERIOS DA EDUCAÇÃO, s.n.,1968).

Conforme exposto neste contexto, alguns professores que eram selecionados pelo programa eram indicados a fazer o seu aperfeiçoamento, capacitação nas terras estrangeiras para se tornaram monitores aqui nas terras brasileiras, porém, este intercâmbio aconteceu com a primeira do PREMEM, com a qual outros professores foram destinados as sedes das capitais para cursar o treinamento e aperfeiçoamento nos parâmetros curriculares do acordo MEC/USAID.

Entre essas características de assistência técnica os professores e funcionários eram remunerados para tal aperfeiçoamento e com a qual também eram diplomados pelos cursos de curta durabilidade, cujas características proporcionavam ao funcionário em capacitação um destino à sua atividade na instituição. Tudo isso, era de acordo com o currículo instaurado nas escolas, com a qual, cada instituição faria a sua seleção dos sujeitos que iriam para este curso. No caso dos professores, a sequência desta formação se passava por um treinamento para assumir as suas funções nesta instituição, e com a qual o Governo Federal cria em cada Estado uma escola referência para ser modelo das demais que há de surgir nas demais cidades do estado. Mas, cabia ao órgão técnico proferir os currículos que seriam trabalhados pelos professores em treinamentos para administrar para todos os demais da Secretaria Estadual de Educação – SEE, que ao ver do Governo Estadual cabe-se ia a escolha dos currículos pelos seus técnicos. Tal preparação, seleção e caracterização dos módulos a serem trabalhados, equivaleria a um curso de curta durabilidade em que proporcionava aos professores uma durabilidade em sua carreira de atualização e formação profissional ao longo do acordo.

Assim, como modelo de escola e com o objetivo de preparar os indivíduos para serem mais facilmente treináveis, na medida desses currículos em que os professores se dedicavam em suas capacitações, proporcionava ao aluno a formação capaz de profissionalizá-los para o mercado de trabalho, mas estamos analisando uma sociedade que surge diante de desafios proporcionados pelas década de 1970, em que ao adentrar nesta instituição escolar, caber-se-á caracterizar as vocações profissionais nos sujeitos matriculados e treiná-los para uma sociedade competitiva que adere as novidades tecnológicas e modernas para a época com o intuito de modernizar as estruturas sociais e atualizar estes sujeitos como caberia a instituição escolar, reforçar os seus professores, profissionais técnicos para poder apresentar novos modelos de estruturas curriculares e atualizar os conhecimentos e propor novas metodologias aos futuros profissionais deste mercado financeiro.

Não obstante, os recursos financeiros chegavam à escola entre duas vias à Estadual e a Federal, com a qual se contratava os profissionais da escola com recursos depositados no caixa escolar. Entre estas e outras funções atribui-se que no projeto de contratação destes profissionais para a instituição seria de caráter de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com o fomento da contratação a partir da caixa escolar da instituição e com o incremento financeiro advindo das políticas públicas das esferas Estaduais e Federais. Nesta composição de contratação e de incentivos salariais os professores e funcionários assumiriam um papel importante na educação.

02/26

FGTS

RELAÇÃO DE EMPREGADOS (RE)

Agosto/73
COMPETÊNCIA

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE ISENTO 701 Av. Anhanguera 129 ARAGUARI MG

BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A PRACA SETE B. HORIZONTE MG

Nº DE ORDEM	CARTEIRA DE TRABALHO		NOME	RECOLHIMENTOS		TAXA DE JUROS	REMUNERAÇÃO PAGA	D A T A S			AFASTAMENTO	
	ESTADO UNIDADE	SÉRIE NÚMERO		ART. 9º C.R.	OUTROS ARTIGOS C.R.			ADMISSÃO	OPÇÃO	RETRATAÇÃO	D A T A	CÓD.
01	MG	281 012247		64,00			800,00	20/3/72	20/3/72			
02	MG	281 012169		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
03	MG	264 010816		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
04	MG	2020 56498		128,00			1.600,00	03/7/73	03/7/73			
05	MG	297 78529		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
06	MG	296 98974		125,86			1.573,34	20/3/72	20/3/72			
07	MG	281 012605		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
08	MG	297 29078		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
09	MG	224 98336		64,00			800,00	20/3/72	20/3/72			
10	MG	170 030144		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
11	MG	297 088208		48,00			600,00	20/3/72	20/3/72			
12	MG	296 035201		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
13	MG	337 042287		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
14	MG	280 000323		160,00			2.000,00	06/7/73	06/7/73			
15	MG	258 50127		125,86			1.573,34	20/3/72	20/3/72			
16	MG	134 500497		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
17	MG	170 88218		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
18	MG	296 54996		121,60			1.520,00	20/3/72	20/3/72			
19	MG	297 16224		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
20	MG	297 83719		144,00			1.800,00	20/3/72	20/3/72			
21	MG	296 55128		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
22	MG	281 71700		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
23	MG	136 77805		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			
24	MG	280 005260		128,00			1.600,00	20/3/72	20/3/72			

LOCAL E DATA

Ind. Bros. — TLMRA — Merso Reg.

QUITADO
- 1 OUT 1973
Banco do Estado de Minas Gerais, S.A.
FGTS

Figura 12 – Modelo do demonstrativo - folha de pagamento dos funcionários: mês de agosto de 1973. Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir da consulta ao acervo da Instituição Escolar Madre Maria Blandina.¹³

¹³ Nomes dos funcionários e assinatura tarjados por motivos de ética.

Em Resende (2015, p.172), encontra-se a normatização de contratação / admissão de pessoal para a instituição Polivalente, normatizada pelo decreto 12.863, de 30 de julho de 1970 do Estado de Minas Gerais, com a qual se destaca a normatização das condições obrigatórias para a efetivação dos contratos e o regime de trabalho pessoal nessas escolas no art. 5º,

VIII – a carga horária do trabalho do professor será fixada em não menos de 20 (vinte) e não mais de 24 (vinte e quatro) horas por semana e por turno, das quais 4 (quatro) a 6 (seis) horas serão destinadas à preparação de aulas no próprio estabelecimento, às reuniões, ao aconselhamento de alunos e outras tarefas extraclasse; IX – em situações de necessidade crítica, poderão ser admitidos professores em tempo parcial e número que não exceda de 20% (vinte por cento) do corpo docente de cada unidade escolar; X – os professores de práticas educativas ou de artes aplicadas poderão ter as suas horas de trabalho distribuídos em 2 (dois) turnos, da manhã e da tarde; [...] XIII – haverá incentivos salariais especiais e suficientes para atrair a metade ou mais de todos os professores de cada unidade escolar para o regime de tempo integral, em dois turnos sucessivos, na mesma unidade, escolar, caso em que é vedada a regência por professores em que lecionem em dois turnos.

Nestas condições de trabalho, o professor manteria um contato afim com o local de trabalho e com os alunos possibilitando assim as orientações, planejamento em conjunto com os demais profissionais, reuniões e encontros de estudos, e atualizações do programa na instituição. Por outro lado, os incentivos salariais na educação deste período poderiam contar com uma mera dedicação exclusiva como se relata na folha de pagamento, que por sinal, foram realmente atrativos para os professores. Logo, nesses atributos salariais, também encontramos nas remunerações tabeladas dos funcionários de cada unidade escolar anexados ao decreto 12.863, de 30 de julho de 1970, que, em seu artigo 10, garante dotação orçamentaria própria do Estado para este fim, que seriam depositadas no caixa escolar de cada unidade escolar para o pagamento da folha. Assim, destacamos os valores no quadro a seguir,

QUADRO IV: Salários do ginásio Polivalente		
Emprego (cargo ou função)	Jornada semanal de trabalho	Salário mensal em Cr\$
Diretor GP	48h	2.000,00
Vice-diretor ou coordenador de turno	30h	1.200,00
Secretario GP	48h	600,00
Auxiliar de secretaria	48h	300,00
Bibliotecário	48h	1.000,00
Auxiliar de biblioteca	48h	400,00
Professor:		
Tempo integral:	48h	1.600,00
Tempo parcial	24h	800,00
	12h	400,00
Servente	48h	150,00

Fonte: BRASIL, 1970a.

A partir das fontes consultadas, esse quadro demonstra haver uma hierarquia dentro da instituição. A vista disso os profissionais teriam que cumprir uma carga horária capaz de favorecer com as demandas do cargo destinado. Nota-se ainda, que existam três tipos de contratação de professores, os professores para o tempo integral que dedicariam o seu tempo a 48h de trabalho e estimado um valor maior nesta carga horária. Há também professores para o meio período de trabalho em 24 horas de serviço a serem prestados para a instituição, e por fim, professores que trabalhariam 12h semanais, tendo a compatibilidade de seu tempo parcial. Essas características de contratação e pagamento dos funcionários remete a um quadro de horário extra que o funcionário trabalhou para a instituição e recebeu alguns benefícios a mais que o próprio salário ao analisar as folhas de microfilmagens dos pagamentos da época, mas isso, só foi possível o acesso a partir de uma análise minuciosa ao fazer o aparelhamento dos rubricos da contadora com as folhas de pagamentos direcionadas a Secretaria do Estado. Faz-se lembrar que todos os funcionários eram contratados via CLT, cujo pagamento era advindo da caixa escolar da própria instituição. Deste modo, caracteriza-se que em alguns cargos os profissionais deveriam ter uma dedicação de seu trabalho exclusivamente para atender ao currículo e as propostas do acordo PREMEN na instituição.

4.3 O aparelhamento da instituição e a dinâmica de funcionamento dos cursos

Na década de 70 e em alguns anos anteriores, adotou-se no Brasil, o modelo chamado “escola-fazenda”, que foi uma das marcas principais para o seguimento das Práticas Agrícolas nas Escolas Polivalentes no início do acordo MEC/ USAID. Isto é, uma prática considerada pedagógica que caracterizava para a década de 70, um dos modelos de instituição que trabalhava com o modelo de currículo de Escolas Agro técnicas. Esse modelo escola-fazenda, podemos aqui considerar que tem como base no princípio do “aprender a fazer fazendo” estava voltada para um sistema de Produção Agrícola fundamentado na grande produção. Sendo que as referidas ações destas instituições se alinham as ações do programa que constituem as perspectivas do fomento nacional aos interesses econômicos e financeiros do país.

A partir da análise da grade curricular, compreende-se que existem dois distintos caminhos a serem percorridos pelos discentes, o primeiro caminho em relação ao currículo base com as disciplinas de Língua portuguesa; Educação física; Geografia; História; Ciências e Programa de Saúde; Matemática, Biblioteca e a Língua Estrangeira Optativa. O segundo, diz respeito ao currículo de formação especial que trabalharia os 4 (quatro) campos do saber práticos na

instituição escolar, na condição em que o aluno(a) cursava todas as disciplinas consideradas especiais em cada semestre da 5ª à 6ª série do 1º grau. Logo, o currículo adotado como cursos de formação especial são as I. Práticas Agrícolas, II. Práticas Industriais, III Práticas Comerciais e IV. Educação para o lar.

Nesta dinâmica a escola desenha-se um ensino com conteúdo curricular, tais ações como alguns trabalhos manuais, noções de agricultura, manuseio do metal, cerâmica, eletricidade, além da horticultura e o manuseio com a criação de pequenos animais. Nota-se, que com a iniciação ao desdobramento do currículo escolar considera-se um trabalho dedicado as Práticas Industriais, Comerciais, Agrícolas e a Educação para o Lar, em que a formação da escolarização desses alunos proporcionaria saberes profissionais, na intencionalidade de transformarem os saberes escolares em ações para se dedicarem na futura sociedade. Logo, revela-se que a ação da natureza da cultura escolar para o povo e a sociedade local, demonstra uma dimensão de modernidade com as tentativas de instrumentalização profissional do discente ao se dedicar ao campo do saber como pequeno trabalhador do campo desde o início do seu processo de escolarização.

Em consequência disto, a criação das Escolas Polivalentes proporciona ao estudante em seus currículos uma formação proposta nas grades curriculares aprovados para 5º à 8º série do ensino fundamental. Caracterizando-se assim que com esse processo de enfrentamentos da insuficiência de mão de obras no país conscientiza-se um deslocamento na educação com novas propostas curriculares voltadas a pleitear em seus discentes interesses na formação de mão de obra para ocupar-se de inúmeros postos de trabalho. Com essa perspectiva do ensino pautado na formação para o trabalho, potencializa-se na economia do país. Deste modo, caberia aos educandos realizar atividades voltadas a sua formação e para a atuação no mercado, sendo que para alguns críticos ao se desenvolver as habilidades individuais mais amplas e diversificadas consistiam em formar uma grande massa manipulada pelas ordens políticas e econômicas do país, ou seja, a mão de obra diversificada na escassez do mercado.

Dessarte, ao analisar a grade curricular, os cursos ofertados da maneira que foram concebidos na concepção especial, cabe aqui ressaltar os campos do saber que compõe esta formação são, I. Práticas Agrícolas, II. Práticas Industriais, III Práticas Comerciais e IV. Educação para o lar; eram ministradas ao aluno em cada semestre à uma disciplina, ou seja, o discente se matriculava na instituição na 5º série do primeiro semestre a partir deste interesse pela instituição o discente teria como curso em sua formação especial as 4 (quatro) disciplinas que contabilizava uma carga horaria de 75 horas semestrais em cada uma. Deste modo, o

estudante cursava os campos da formação especial, e, ao finalizar a 6ª série o aluno estava com o conteúdo básico das quatro disciplinas especiais em seu currículo, podendo assim fazer as escolhas e aprofundar seus conhecimentos dentro de um curso em vista de sua vocação, ou de livre escolha.

Nesta perspectiva em Arapiraca 1979, demonstra o intuito dos currículos e das disciplinas de caráter prático e vocacional como formação especial, que são considerados obrigatórios aos alunos neste processo de identidade vocacional.

Assim, para Arapiraca,

Nas duas séries iniciais (5ª e 6ª) afim de cumprir as necessidades de sondagem das aptidões vocacionais, os alunos são obrigados a um mínimo determinado de atividade pratica que varia entre Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Economia Doméstica e Educação para o Lar. Esse processo é intensificado na 7ª série quando o aluno é obrigado a optar por uma das práticas acima enumeradas. E na 8ª série o aluno se envolve com uma das opções definitivamente. (ARAPIRACA 1979 p.230.)

Destacamos que nos cursos de Práticas Agrícolas e Indústrias, de acordo com as fichas simbólicas de matrículas dos educandos se caracterizavam nas turmas de 7ª série e 8ª série o número excessivo de alunos do sexo masculino e nas turmas das disciplinas Práticas Comerciais e Educação para o Lar o número de alunas do sexo feminino nestas turmas. Dados estes que prevaleciam de acordo com as escolhas que a formação especial ia produzindo aos educandos.

Diante do exposto, dado a formação especial, algumas referências são capaz de dialogar com o princípio curricular frente a proposta do projeto para as Escolas Polivalentes que percebe-se um indicativo na percepção em preparar os profissionais e indivíduos para a inserção no mundo do trabalho que visa atender o capitalismo industrial que apontava oportunamente uma necessidade de mão de obra qualificada. Sendo assim, estas intenções curriculares das instituições Polivalentes propuseram anteceder e apresentar a sociedade aspectos deste processo de diálogo com a indústria e o contexto educacional. Entretanto, as matrizes curriculares definem a atuação pedagógica de uma instituição de ensino, cuja escolas da educação básica e de ensino especial possuem a sua proposta pedagógica e o planejamento pedagógico como documentos que estabelecem as metas, a teoria e conceitos que nortearam os seus trabalhos ao longo do ano.

Ainda que existam as diretrizes elaboradas pelo acordo MEC/USAID, percebemos que a sua implementação prática por cada instituição de ensino superior é dotada de certa liberdade. Assim, quando a direção da instituição decide oferecer uma determinada graduação e ou

disciplina, ela deve buscar nas diretrizes os Parâmetros Curriculares para montar o curso que pretende criar. Desta forma, a direção caracteriza quais são as disciplinas que serão ofertadas e suas cargas horárias, o número de turmas e a ementa de cada curso. Assim, essa pluralidade de disciplinas consiste em administrar inúmeras ações das matrizes curriculares, que definem, grosso modo, como um curso será oferecido dentro daquela instituição de ensino.

Logo, as matrizes curriculares de uma instituição se materializam em um documento que rege seu ensino, sendo o ponto de partida de toda a organização pedagógica da escola. Trata-se de um instrumento que organiza todo o currículo, estipulando as disciplinas obrigatórias, eletivas, de formação especial e sua carga horária. Portanto, o currículo apresentado além da base comum, são os cursos de formação especial em que a carga horária deles prevalecem com 72 horas semanais, que definem os seus campos de saber como as I. Práticas Agrícolas, II. Práticas Industriais, III Práticas Comerciais e IV. Educação para o lar.

I. Práticas Agrícolas

A disciplina de Práticas Agrícolas proporcionava ao aluno aprendizagens como planejamento agrícola, pesquisa agrícola tecnológica, assistência técnica e extensão rural, proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais, produção, comercialização, abastecimento e armazenagem, associativismo e cooperativismo, formação profissional e educação rural, irrigação e drenagem e entre outros campos do saber que consistem em um conjunto de princípios, tecnologias, normas, práticas e recomendações técnicas que devem ser aplicadas desde a produção de insumos agrícolas até o transporte dos alimentos e entrega dos produtos ao consumidor.

A proposta deste conteúdo na grade curricular partiu da grande preocupação da crescente necessidade de garantir a qualidade e a segurança dos alimentos. Alimentos seguros são alimentos adequados para o consumo humano, ou seja, alimentos que não apresentam componentes biológicos como bactérias, vírus ou substâncias químicas como qualquer resíduo de produto fitossanitário acima dos limites permitidos pela ANVISA que possam causar danos à saúde. Deste modo, o aluno neste período de formação tem como disciplinas para as práticas agrícolas dadas pela proposta curricular à formação de Agricultura Geral e Zootecnia. Com a qual a disciplina Agricultura geral, o aluno terá como base o manuseio da terra, as escolhas das sementes e a fertilização da terra, o plantio e o tratamento de combate dos fungos e pragas. Na

Zootecnia o aprendizado de cuidados paliativos com os animais bem como o manuseio da fauna e a flora como campo de estudo se tornando campo de trabalho.

QUADRO V: Organização Curricular da formação especial em Práticas Agrícolas		
Curso: Práticas Agrícolas		Carga horaria total: 270h
Módulos: Agricultura Geral e Zootecnia		Carga horaria semestral: 1º,2º e 4º semestre: 54h o 3ºsemestre de aprofundamento: 108h
Competência: aplicar estratégias de manuseio com as plantas, sementes e animais, tendo como base os fundamentos da agricultura e zootecnia e suas dimensões sociais rurais e urbanas, bem como as perspectivas de planejamento de gestão do campo, afim de contribuir para o desenvolvimento estratégico do meio ambiente.		
Conhecimentos	Habilidades	Valores
- Noções de agricultura planejada. - Planejamento de plantio. - Noções de cuidados com pequenos animais - Noções de cruzamento de espécies - Planejamento de mercado para o fornecimento de matéria prima e as trocas de mercadorias do campo para a cidade.	- Realizar de forma planejada a escolha e o plantio no tempo certo. - Atuar no processo de desenvolvimento das plantas e combater as peripécias. - Desenvolver um campo de trocas de mercadorias (compras e vendas).	- Capacidade de inovar, - Coerência com o meio ambiente, -Dinamismo,

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

A partir da análise deste quadro, o ensino agrícola possibilitou ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir da prática interativa com a realidade de seu meio, e também extrair e problematizar o conhecido e investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus. Nessa perspectiva, as instituições de ensino agrícola devem atentar para os arranjos produtivos e culturais locais, territoriais e regionais, que buscam impulsionar o crescimento econômico com destaque para a elevação das oportunidades e das condições de vida no espaço geográfico, não prescindindo da sustentabilidade socioambiental.

Segundo Godinho (2008),

alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete-se sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais. (GOLDINHO, 2008.)

Tal autor acredita que o processo de aprendizagem retrata muitas vezes a realidade existente do educando e com a Educação Agrícola, proporciona aprendizados capaz de caracterizar os ensinamentos práticos e teóricos na vida do aluno pela incorporação das novas tecnologias,

pelos novos modelos de gestão da produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis socio-ambientalmente e, então, se concretiza pelas ações representadas por uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira. Portanto, essa partilha de saberes e de conhecimentos advindos do lar, família que se propõe ensinar os seus filhos ajuda a estabelecer um marco fundamental na vida destes adolescentes, que é formar profissionais técnicos e politicamente preparados para atender as demandas da sociedade a partir das experiências vividas no lar e na instituição escolar.

Neste objetivo, nota-se que o currículo de um curso tem como alvo principal de se constituir em instrumento que oportunize aos alunos adquirirem as competências previstas no perfil profissional e também desenvolverem valores éticos, morais, culturais, sociais, políticos e ecológicos. Diante disto, tal currículo objetiva ainda qualificar os discentes para uma atuação profissional nas diversas formas e espaços da produção agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social, científico, econômico e a preservação ambiental. Portanto, idealiza-se um currículo caracterizado como um instrumento educativo capaz de fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e produzam a autonomia do aluno e sua própria capacidade em atingir os objetivos da aprendizagem.

Deste modo, retornamos nosso estudo em Giddens, na tentativa de justificar as ações do homem ao meio com a qual ele vive. Este autor desenvolve suas concepções em torno do que ele chama de uma interpretação descontínua do desenvolvimento social moderno, que compreende que as instituições sociais modernas são, em alguns aspectos, diferentes de outros tipos de ordem tradicional.

A vista disso, as instituições sociais modernas que criam oportunidades para os seres humanos desfrutarem de uma via segura e confortável, percorre o princípio das oportunidades destinadas ao mercado de trabalho, que, no entanto, consideramos como o mundo moderno. Isto é, repleto de perigo diante de um processo de construção de ideologias que submetem a uma disciplina que proporciona uma afinidade do homem para o trabalho de repetitivas relações com o meio ambiente. Portanto, as relações do educando com a Escola Polivalente adotam como ensino e aprendizagem currículos que podem se constituir em fundamentais espaços de construção dos mecanismos para desenvolvimento local e regional. Sendo que, ao percorrer a modernização da agropecuária é caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos

industrializados, e que, a mecanização intensiva liberou mão-de-obra rural para a indústria e construção civil.

II. Práticas Industriais

O modelo apresentado da disciplina de Práticas Industriais, pode se dizer, que é uma inspiração dos moldes de ensino do sistema fordista com a linha de produção, sendo que, os educandos eram formados para se adaptarem à mão de obra e ao trabalho com maquinário tido como tornos, prensas, soldas e derivadas outras ferramentas mecânicas advindas das necessidades das fábricas ou para o atendimento de algumas pautas características da realidade regional e local. Esse formato de educação caracteriza-se a modernidade de inovação, na qual o professor é um dos responsáveis na busca por novas práticas e soluções que atendam às necessidades dos alunos e do mercado. Logo, o professor precisa desenvolver soluções para o uso das novas tecnologias e proporcionar aos educandos novas metodologias de aprendizagem que estarão alinhadas ao perfil e às demandas da nova geração do mercado e dos alunos.

Desta maneira, faz-se conhecer o potencial dada as tecnologias de ensino e as melhorias da qualidade da aprendizagem, desde que estejam vinculadas a objetivos claros e com métodos adequados à sua aplicação. Logo, na disciplina Práticas Industriais como um dos currículos adotados a ser parte do quadro da Escola Polivalente de Araguari, encontra-se como módulo da proposta curricular os conteúdos das Artes gráficas; Eletricidade; Marcenaria; Cerâmica e o Metal. Sendo estas as matérias primas o desenho, condutores elétricos, madeira, argila e o ferro, como matérias primas de consolidação desta disciplina no currículo com os alunos.

QUADRO VI: Organização Curricular da formação especial em Práticas Industriais		
Curso: Práticas Industriais		Carga horaria total: 270h
Módulos: Artes gráficas; Eletricidade; Marcenaria; Cerâmica e o Metal		Carga horaria semestral: 1º,2º e 4º semestre: 54h o 3ºsemestre de aprofundamento: 108h
Competência: aplicar e organizar estratégias de manuseio das matérias-primas para o controle e o monitoramento do processo produtivo, tendo como base os fundamentos da indústria e suas dimensões sociais, bem como as perspectivas de planejamento de gestão industrial dos fatores relacionados à sobrevivência das indústrias nesse novo mercado que estão ligados à maneira com que as empresas planejam e controlam suas atividades.		
Conhecimentos	Habilidades	Valores
- Estrutura do produto; - Controle da produção; - Controle de qualidade; - Apontamento da produção; -Produção seriada e não seriada; - Controle de custos;	- Analisar cada etapa de produção; - Atuar preventivamente; - Investir em tecnologias disruptivas; - Utilizar um sistema de gestão empresarial;	- Capacidade de inovar; - Coerência com o mercado; -Dinamismo.

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

Em Arapiraca 1979, encontra-se a referência às disciplinas de estudos gerais ou acadêmicas, diz a instrução que,

Os requisitos para a obtenção de certificados de conclusão abrangerão as artes práticas, as quais, ordinariamente, serão incluídas no currículo pela redução do número apropriado de horas reservadas às disciplinas acadêmicas; tais alterações, serão efetuadas naquelas partes do currículo obrigatório, em que, por lei, a escolha compete à escola e ao Estado. MEC/SG/PREMEM – OPC.

Conforme o inscrito no Acordo PREMEM e de Arapiraca (1979), a proposta de implementação curricular nas instituições é de responsabilidade de escolha da escola e do Estado. Porém, cabe ressaltar que cada região tem as suas atividades e para incluir o currículo no perfil a ser trabalhado pelos educandos, há uma necessidade de análise das oportunidades e das propostas do mercado. Deste modo, a proposta curricular é direcionada com os manuseios da matéria-prima, o professor da disciplina justifica em suas ações que cada aluno terá o conhecimento básico destas diversidades industriais nas séries de 5º e 6º para que na 7º e 8º série seja aprofundado este conhecimento àqueles alunos que por sua vocação quiser aprofundar seus conhecimentos sobre as Práticas Industriais. Portanto, para aproximar desta realidade e que o padrão estrutural, físico e a distribuição dos espaços na sala de oficina Prática Industrial, caracterizou pelo modelo padrão das arquiteturas GP02 em que está direcionado na figura utilizada por Rezende 2013, pois a escola de Araguari já não tem estes equipamentos, cujos espaços estão fracionados e modificados ao fazer adaptações internas de maneira que a instituição hoje não conserva mais a mesma distribuição curricular e proporcionou o leilão deste maquinário.



Figura 13. Prensa para impressão gráfica - presente no depósito da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, 2014



Figura 14. Bancada para marcenaria — serra



Figura 15. Furadeira e esmeril



Figura 16. Cortador de grama

Fotos do maquinário utilizado no laboratório de práticas Industriais (como na escola de Araguari não continha este arquivo histórico do maquinário tivemos que buscar estas fontes na tese de Luciana) Fonte: RESENDE 2013 p.137 - 139, a partir da consulta ao repositório.

Diante destas figuras expostas, tivemos que consultar o repositório da tese de Resende (2013), nos remetendo a importância do olhar modernizador do maquinário a ser utilizado nas instituições Polivalentes. Dentro desta perspectiva nota-se para se cumprir a proposta curricular o professor técnico em Práticas Industriais possibilitaria ao aluno aprendizagens teóricas e práticas nos laboratórios. Para tal perspectiva, da disciplina com um currículo extenso o docente adotou trabalhar por módulos curriculares, com as quais, contemplava a cada trimestre um componente disciplinar entre as turmas de 5ª série e 6ª série. A vista disso, lembramos que o tempo de matrículas, curso e acompanhamento do professor e aluno na Escola Polivalente é semestral, e por isso, caracteriza-se essa divisão em módulos que procuram contemplar de forma geral todos os conteúdos. Logo, retornemos ao pensamento de Giddens (1991 p. 53) no qual seus escritos, demonstra-se uma das características principais do industrialismo é o uso de fontes inanimadas de energia material de produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção. Uma máquina pode ser definida como um artefato que realiza tarefas empregando tais fontes de energias como os meios de suas operações. Portanto, o industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens.

III. Práticas Comerciais

Já na disciplina de Práticas Comerciais, ao analisar a proposta curricular, a disciplina traça em seu conteúdo uma linha histórica percorrendo módulos de ações de cunho Administrativo; Econômico e Contábil. Ensina aos jovens os princípios básicos da economia e o funcionamento dos bancos. Sob a lógica burocrática, realizavam o aparelhamento como contratação, dispensa, licitação, levantamentos de dados para aquisição de imóveis duradouros e imóveis de consumo.

QUADRO VII: Organização Curricular da formação especial em Práticas Comerciais		
Curso: Práticas Comerciais		Carga horária total: 270h
Módulos: Administrativo; Econômico e Contábil		Carga horária semestral: 1º, 2º e 4º semestre: 54h o 3º semestre de aprofundamento: 108h
Competência: Preparar para o exercício profissional na área comercial, desenvolvendo conhecimentos sobre o registro e controle do patrimônio de empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, tanto do setor público como do setor privado.		
Conhecimentos	Habilidades	Valores
- Licenciamento de aberturas e fechamento de empresas; - Demonstrativos de operações comerciais; - Cálculos matemáticos de compra e venda com juros simples e composto; - Conhecimento de departamento pessoal, contratação e dispensa; Conhecimentos básicos de folha de pagamento;	- Habilitar para a constituição, alteração e extinção de empresas; - Habilitar para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Contábeis; - Apurar, calcular e interpretar as informações sobre os custos, os métodos e sistemas de custeio; - Demonstrar o cálculo e a apuração dos tributos nos níveis Federal, Estadual e Municipal; - Conhecer as operações relacionadas à folha de pagamento e cálculo de benefícios. - Apresentar técnicas de análise da situação econômica e financeira da entidade; - Demonstrar o processo de elaboração e acompanhamento orçamentário tanto no setor público quanto privado;	- Capacidade de inovar; - Coerência com o mercado; - Dinamismo. - Capacidade de persuasão; - Capacidade de relacionamentos interpessoal

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

Conforme indicado no quadro, nota-se, que o campo administrativo profissional dos envolvidos que acompanham análises, processos, apurações das técnicas comerciais, a fim de desenvolver procedimentos que passam pelo curso de recursos humanos, departamento pessoal, sistema econômico e controle patrimonial. Neste sentido, as Práticas Comerciais caracterizam-se por desenvolver ações no poder público de prestações de serviços a sociedade. Logo, essa disciplina é ofertada de forma trimestral que proporciona ao educando um conhecimento geral dos campos do saber comercial para todos os alunos das séries da 5ª e 6ª, logo, nos anos seguintes terem o aprofundamento a partir das escolhas vocacionais, e ou, do desejo de querer conhecer melhor aquele campo do saber.



Figura 17 - Máquinas de datilografia e calculadoras. Fonte: RESENDE 2013 p.137 - 139, a partir da consulta ao repositório.

De acordo com a imagem já supracitada, demonstra a nós o aparelhamento da época com a modernidade que estava sendo trabalhada nas instituições, e com esse modelo de ensino temos máquinas de datilografas, calculadoras eletrônicas e entre outros itens. Deste modo, a professora de Práticas Comerciais percorre uma linha de ensino e de pensamento que proporciona a aplicabilidade prática do conteúdo de sua disciplina, tentando aproximar o comércio e a empresa; Divisão de pessoal; Divisão de compras; Divisão de vendas; Funcionário integrado da empresa. Em vista destes módulos, nota-se, que o curso tinha como carga horária semestralmente 54 horas e no primeiro semestre da 7ª série uma carga horária de 450h, comparando-se assim com um curso de especialização nos dias atuais. Entre tais conteúdos, ensinavam-se como proceder no banco com as finanças e até o preenchimento do cheque.

IV. Educação para o Lar

A escola exerce dois papéis fundamentais na sociedade, a priori, socializar e democratizar o acesso ao conhecimento, além de promover a construção moral e ética nos estudantes. Esses dois papéis compõem a formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade. Assim, o papel da escola na formação do cidadão é essencial para o bom funcionamento da sociedade, que se caracteriza com a disciplina Educação para o Lar. Neste propósito, é necessário se pensar na formação do educando e nos papéis que irá desenvolver a partir de seus estudos, pois de todo educador e de toda instituição da Educação Básica é esperada atenção especial a esse propósito social como um dos princípios que deve nortear cada etapa do processo de aprendizagem para enfrentar os desafios da vida adulta e do que fazer após a escola.

Na disciplina Educação para o Lar, tinha em seu currículo caminhos e questionamentos de ensinar mulheres e homens a cuidarem do lar. Entretanto, a maior adesão foi principalmente por mulheres, nas quais, se destinavam como módulos da disciplina a Alimentação; Vestuário; Saúde e Habitação.

QUADRO VIII: Organização Curricular da formação especial em Educação para o lar		
Curso: Educação para o Lar	Carga horaria total: 270h	
Módulos: Alimentação; Vestuário; Saúde e Habitação.	Carga horaria semestral: 1º, 2º e 4º semestre: 54h o 3º semestre de aprofundamento: 108h	
Competência: Aplicar estratégias de cuidado com a saúde humana através da alimentação e nutrição. Prestar apoio e serviços aos modelos diagnosticados de lares iminentes pelas famílias. Promover a formação o estudo de alimentações específicas e restritivas, bem como a promoção, manutenção e recuperação da qualidade de vida através de uma alimentação equilibrada e balanceada. Analisar a educação com um olhar voltado para funções sociais, culturais e econômicas da comunidade. Como os programas de controle higiênico-sanitário. Promover estudos de ações educativas visando à promoção da saúde e as políticas públicas de educação e saúde.		
Conhecimentos	Habilidades	Valores
- Educação Nutricional; - Higiene de Alimentos; - Métodos e Técnicas de Preparo Alimentar; - Noções de cuidados com o lar e a família; - Educação e Saúde Comunitária; - Saúde e Preservação Ambiental; - Políticas Públicas, Legislação e Saúde no Brasil; - Educação e Orientação Sexual; - Sistema Único de Saúde – SUS; - Saúde e Humanização	- Realizar estudos fundamentais da saúde individual, coletiva e comunitária; - Estudar e planejar ações estratégicas viáveis a serem implantadas na comunidade visando a promoção da saúde. - Compreender a estrutura e funcionamento dos sistemas anatômicos para atuar no foco da nutrição.	- Capacidade de inovar; - Coerência com o mercado; - Dinamismo. - Capacidade de persuasão; - Capacidade de relacionamentos interpessoal

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

No decorrer das ações disciplinares, como módulo semestralmente, os alunos eram indicados a cursar conteúdos que faziam parte da grade curricular. Entre estes módulos a disciplina Educação para o Lar conseguiu abrir horizontes a era moderna em que as mulheres ingressassem fortemente no mercado de trabalho. Não só pelas suas lutas, mas também pelo olhar do lar no trabalho.



EDUCAÇÃO P/ O LAR

LISTA DE MATERIAL

01. Armário p/ cozinha... <i>porta azul</i>	2
02. Armário cozinha (Gabinete) <i>porta azul</i>	2
03. Banquetas individuais.	6
04. Conjunto de sala de jantar. <i>com 6 cadeiras - madeira clara</i>	1
05. Descascador de azeitona	1
06. Espremedor de batata.	1
07. Macete para carne.	1
08. Pinça para macarrão.	1
09. Quebra-Mexes	1
10. Ralador	1
11. Saca-Rolhas	1
12. Teseira para trincar aves.	1
13. Teseira para Escritório. <i>com 250 cm</i>	1
14. Punil de Plástico.	2
15. Balança de cozinha.	1
16. Máquina de moer carne.	1
17. Máquina de ralar queijo	1
18. Acendedor para fogão. <i>elétrico</i>	1
19. Batedeira para bôles.	1
20. Exaustor de fogão.	1
21. Geladeira.	1
22. Liquidificador.	1
23. Friteira para pia. <i>com 250 cm</i>	1
24. Torradeira automática. <i>elétrica</i>	1

Figura 19 –Cópia da lista de registros dos itens solicitados a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e a sua conferência com marcas a caneta do que tinha chegado. Fonte: elaborado por Ribeiro (2021), a partir da consulta ao acervo da Escola Estadual Madre Maria Blandina.

Na hodiernidade, as mulheres dividem as tarefas do lar com o marido e família, tornando-as, em alguns casos, até mesmo o fomento familiar. Aquilo que outrora era tido como tarefas voltadas às mulheres, hoje é compartilhada entre todos os membros do seio familiar.



Figura 19 – Estufas



Figura 20 - Materiais do laboratório de ciências



Figura 21 - Quadro para o ensino de Ciências



Figura 22 - Microscópio

Fotos de uma amostra dos objetos utilizados no laboratório de Educação para o lar e práticas Agrícolas. (como na escola de Araguari não continha este arquivo histórico do maquinário tivemos que buscar estas fontes na tese de Luciana). Fonte: RESENDE 2013 p.137 - 139, a partir da consulta ao repositório

Nesta perspectiva, a matriz curricular encaminhada a partir do empenho das ações administradas pelas práticas da instituição, destina-se diversas significações que deram à ideia de modernização visando às disciplinas especiais que incorporaram na distribuição de tarefas e agregou a escola a um padrão técnico. Isto é, ao destinar cursos técnicos à Escola Polivalente, demonstra que a instituição se encontra favorável a vivenciar um sistema educacional moderno, que caracteriza tanto pelos equipamentos, maquinários, laboratórios e o seu currículo, assim essa ênfase de cursos proporciona uma releitura de escola da tradicional para a escola moderna.

Assim, as articulações desta instituição com os programas e acordos do Governo federal, percorre uma relação de reforma na educação em que se alinham as ações governamentais, tendo como uma base funcionalista o alicerce da política educacional, pois o ensino está para o desenvolvimento bem como para o avanço da pesquisa a partir dos meios de modernização. Logo, para tal desenvolvimento, encontramos ao fazermos uma análise do período fordista percorrido na França e em outros países, que desde então o anseio do processo educacional na produção de recursos de modernização, tanto na escola como na indústria, expressam componentes de formação pelo aumento da participação da sociedade nos resultados desta modernização.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tessitura desta dissertação tivemos a preocupação de trazer ao leitor o contexto social, construção, aspectos da modernização institucional, aparatos profissionais e tecnológicos que percorreram estes cinquenta anos de criação da instituição. O alinhamento da construção, a concepção de formação escolar desta instituição e os currículos implementados no tempo e espaços instruídos da Escola Polivalente de Araguari.

Diante da trajetória deste minucioso estudo, vê-se que o estabelecimento de uma Escola Polivalente em um município definido pela tradição produtiva agrícola, teria duas possibilidades, aperfeiçoar a qualificação de tal setor com acréscimo de máquinas e equipamentos de tecnologia de ponta ou apontar a formação de mão de obra para serviços urbanos. A depender a organização dos cursos introduzidos na instituição estaria eleito o perfil de exigência socioeconômica no qual conceber-se-ia o suporte educacional no domínio dos cursos ofertados pela escola. Posto isso, a composição da experiência modernizante prescrita teria, em tese, esses dois direcionamentos, considerando um contexto regional e as características locais onde a Escola Polivalente fora projetada. Deste modo, situada no cenário Nacional de uma política orientada para a formação técnica profissional, é necessário que se faça envolver os lugares em que se encontra na sociedade.

Ao entender o desenvolvimento das ciências em uma sociedade grande e heterogênea tem-se o delineamento de pelo menos duas qualidades que se mostram muito fortes e muito versáteis em seu interior que frequentemente abre-se no espaço para vereditos individuais. Dentre estas, distinguimos as possibilidades que podem ser desfrutadas ou desperdiçadas, quando o indivíduo se esbarra nos entroncamentos sobre os quais têm de fazer suas escolhas. Com base em seus desígnios, vocação, conforme sua posição social, pode depender o seu destino, seja pessoal imediato, ou familiar, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro das frações societárias.

Para a compreensão do transcurso no qual se deu o desenvolvimento das Escolas Polivalentes, para situar o objeto da investigação que é a Escola Polivalente de Araguari, entreposta pelo discurso de experiência de modernização é oportuno procurar o retrospecto histórico, a origem das iniciativas de implementação da instrução popular e das finalidades educacionais instituídas no contexto nacional após a transformação do regime imperial. As primeiras instituições denominadas escolas de Aprendizes de Artífices, estiveram resguardadas na reforma educacional operacionalizada nos primeiros períodos republicanos do início do

século XX, cujas as aplicações e ações foram dilatadas em vários formatos, em vilarejos localidades urbanas e rurais para a acolhida de menores, de órfãos e de recolhimento de vadios, desvinculados de famílias.

Em um primeiro plano, estaria a boa intenção do Estado em fornecer estes espaços de acolhimento, sobre o discurso de ordenamento e de formação; No outro plano a incrementação das ações, a sujeição dos internos na concepção de uma renda para a escola, enquanto o aparelhamento dos recursos do estado abasteceria uma burocracia tecnocrata com o surgimento de cargos e funções nutridos com os recursos públicos, haja vista a hierarquia institucional que estas escolas dispunha, disseminada em vários postos e serviços preenchidos por servidores públicos de carreira e burocratas. Noutras dobras ficariam subjugados o rigor do disciplinamento e da ordem aos menores aprendizes sujeitos à toda sorte de castigos, punições e demais modos de enquadramento social. Com efeito, a qualificação do ser e a oportunidade enquanto indivíduo se limitaria a adaptação dos interesses do próprio estado exercido na ação institucional. Assim, a representatividade da educação é ser a base para renovações sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas do país. Visando a procura de melhorias, que o mercado profissional se dirige ao tentar instruir os seus empregados para as variadas necessidades que advêm ao longo das práticas manifestadas aos novos modelos de formação e serviços.

De natureza igual, ao procurar captar o significado que a instituição tem na vida dos jovens, seja pela livre escolha profissional, ou seja pela vocação alcançada pelos anseios dos estudos, e com tal característica é o que conduz a entender que tais sujeitos estão inseridos em uma instituição, inclusos e pertencentes a uma sociedade. Do mesmo modo, que as suas escolhas estão imersas em um sistema com uma estrutura social pré-determinada por interfaces e influências, notoriamente conduzidas por princípios vocacionais adquiridos e pelas escolhas de tais mancebos em formação. O capital formativo para a estruturação dos quadros de profissionais que atuavam nas Escolas Polivalentes, seria peculiar, a começar pela premissa de formação geral e de habilidades técnicas específicas. A falta de qualificações que somasse este perfil deveria ser exteriorizada em relatório de inspeções da época. Para tanto, fez-se necessário elaboração dos quadros que encabeçariam o programa instaurado na instituição. O professor desempenhava a função com a denominação de mestre da disciplina na qual lecionaria, com o revés de conectar os conhecimentos da sua formação geral às habilidades técnicas específicas.

Podemos notar que a premissa de uma formação propedêutica se baseava a selecionados grupos sociais com acesso à escolarização, enquanto o maior número da população permanecia marginalizada das chances e dos processos de escolarização popular. O problema do

analfabetismo e da qualificação da mão de obra especializada em vários setores e áreas foi uma intempérie contumaz em diferentes anos da história do Brasil no pós-regime imperial. Tal fato nos faz evidenciar que jurisprudência republicana enraizou as diferenças e disparidades. Considerando tais realidades, a compreensão de modernidade, assim como a posse do discurso que teria transpassado por todos os fins e objetivos de uma escolarização, cada instituição e sujeitos beneficiários de diversos tipos de escola.

A partir da caracterização e a projeção de modernização da educação, vê-se que os indivíduos teriam que facejar no seu tempo-espço modos de se plantear no mundo o seu lugar de vida, pois a sociedade faz com que o capital humano busque por melhorias no seu conhecimento, capacitando-o a partir das instituições no ensino técnico profissionalizante. A educação permitida na Escola Polivalente englobaria uma proporção técnica-profissional e da escola única, cujas bases conceituais fogem da experiência em investigação e transforma-se na educação “manualizada” como uma atividade meio, no desenvolvimento cognitivo e político do estudante ainda em fase jovial. A finalidade seria um indivíduo crítico, enquanto ser histórico, tendo a faculdade de perceber que o homem se modifica através de atividades que transfaz o cenário e, com isso, o próprio homem gera e se realiza como totalidade, à proporção na qual satisfaz as necessidades históricas.

A reestruturação modernizante do meio escolar médio procurava na época, principalmente sanar o obstáculo das vagas mediante a potencialização de todo o sistema, prevenindo, inclusive, a evasão pela profissionalização e a exploração vocacional. Dentro da proposta pedagógica, o ser estava conectado ao lugar de transformação e modernização da Educação Brasileira, na qual o objetivo era o caminhar à uma racionalidade do modo de produção capitalista que robusteceria o enquadramento da comunidade social brasileira, que é advinda da divisão de nichos sociais.

A concepção era o planejamento de um currículo comum para todos os âmbitos de ensino designados “Polivalentes” tendo como fundamento a estrutura física, biblioteca, cantina, laboratórios, metodologias de ensino, formação dos profissionais, atividades extraclasse e o relacionamento com os familiares e a comunidade. Dessa forma, como seria implementado um único currículo, para este tipo de formação seria frutífero o modo de inspecionar e inquirir o ensino e aprendizado em todas as sedes, e aqui fazemos uma pequena analogia ao “vigiar e punir”. A menção ao surgimento do projeto desenvolvimentista, deriva do gênero pelo qual o Governo Brasileiro visava meios internacionais de estruturar a educação em nosso país, sendo que a condição histórica é o de acatamento das regras internacionais para pintar as etapas de

formação em solo brasileiro. Dessa forma, o emprego do capital humano e financeiro, proporcionaria um círculo exímio no desenvolvimento alicerçado na ampliação do mercado interno em que as instituições investiriam na formação da classe média ao adjetivar as pressões de trabalho do mercado local.

Neste contexto, a educação se volta para o acolhimento de um ideário político civil-militar, no âmago de uma proposta econômica e educativa submetido às diligências do mercado. A formação educacional era compreendida como um espaço de formação profissional baseada no treinamento, preparando os jovens para minorar a exigência das manufaturas em crescente evolução. Frente aos aspectos de meios sociais e almejos por modernização social, o sujeito visa coordenar-se em rumos de acerca do tempo e espaço histórico e regional. Assim, como sujeitos intrincados com as aspirações do mercado de trabalho possibilitariam a busca não somente para o crescimento de produção capitalista, como também para uma concretização histórica do capitalismo humano em seus âmbitos. Com isso, as produções e as reproduções visão dar sentido às características que definem a história das urgências de modernização ao analisar que as lutas de classes estão no panorama da evolução capitalista brasileira, em que se realiza a procura de colaborações internacionais para o incessante crescimento educacional brasileiro.

Entretanto, no proceder do conhecimento da instituição com ênfase na sua organização de programa provimento financeiro, estrutura funcional e curricular, encontramos recortes que apresentaram nas fontes aspectos que se fez conhecer a instituição por dentro. Não limitando as suas origens, mas sim, possibilitando conhecer o externo e interno institucional. Podemos dizer que esta dissertação investiga ações que descrevem a instituição em sua organização dada pelo programa nos aspectos curricular, estrutural e financeiro, mas para tal aparelhamento, buscamos em documentos originários do programa e em Arapiraca (1982) que se fez conhecer, analisar e indagar o currículo adotado na primeira fase do percurso educacional. Entre estas e outras questões trabalhamos o método de ensino, o que se espera desta instituição, e quais foram as marcas lançadas na sociedade.

Neste sentido, ao historicizar a instituição Polivalente, sob o discurso de modernização técnico profissional deparamos que a modernidade se encontra nas ações da escola para os educandos, bem como nas ações do corpo docente para o discente ao se propor o ensino aprendido. Assim, como um dos aspectos fundamentais da modernização encontra-se na construção de alvenaria (conhecido como cimento armado e tijolinhos a vista) e no maquinário destinado a formação curricular das disciplinas especiais. Cabe ressaltar que a composição de

máquinas, laboratórios e treinamentos técnicos são frutos do desenvolvimento que consideramos modernos para a época estudada, pois propiciaram aos sujeitos enquanto formas de aperfeiçoamentos instruções que colaboravam para a formação ofertada que de algum modo estão poupadas nas lembranças dos educandos e profissionais que vivenciaram este período.

No aporte financeiro encontramos alinhamentos das esferas Federal, Estadual e Municipal em que a finalidade é desenvolver e propagar o acordo MEC/USAID com estudos de expansão e aperfeiçoamentos de curto a longo prazo, no Sistema Educacional Brasileiro. Logo, para desenvolver esta dita expansão criou-se um nível de dependência financeira entre as relações de produção no capitalismo internacional, em que a educação se torna “um fantoche” da ajuda financiada cujo processo para promover o desenvolvimento se acumula no capital que está sendo emprestado e ou financiado. Este processo requer um planejamento na distribuição, preparação e a execução do acordo aos interesses da necessidade da sociedade.

Diante destas características, podemos concluir a respeito das frestas que o discurso da modernidade sinaliza na experiência institucional, proporcionam ações importantes para o alinhamento das demandas educacionais no processo de formação dos profissionais e educandos. Tais ações eram assessoradas no planejamento desde a sua criação e a implementação das Escolas Polivalentes que visaram a assessoria para a expansão do ensino. Conforme dito por Arapiraca (1982), os técnicos do Governo Brasileiro “[...] não foram buscar nos EUA orientação técnica simplesmente; eles foram submeter-se a processos de internalização de valores culturais para ‘serem melhor qualificados para adaptarem suas experiencias adquiridas nos EUA ao seu ambiente de trabalho no Brasil’” (ARAPIRACA, 1982, p. 121). Assim sendo, as particularidades do padrão arquitetônico da Escola Polivalente instalada em Araguari, encontraram similaridades com outras estruturas do Triângulo Mineiro e na mesma região; Distinções em relação ao que seria convencional de uma escola pública. Algumas características que indicam a composição de um quadro profissional diferenciado, apto a atuarem na nova instituição; Tendo treinamento, qualificação, certificação; Incentivo salarial diferenciado das demais escolas públicas da época. Entre esses quadros podemos citar cargos e funções que propiciaram relevantes conhecimentos para instruir a instituição neste percurso escolar.

Diante das singularidades de instrumentos, equipamentos e tecnologias adquiridas para equipar a escola, mobilizar os espaços e programar as práticas, encontramos um termo de pregão com a qual sinalizou que a escola se fez a venda do maquinário e pertences das disciplinas de cunho especial e entre outros equipamentos advindos da primeira instância da

implementação escolar em Araguari. Esse pregão sinalizou para nós que a escola estava preocupada com redistribuir os espaços para acolher melhor o ensino regular sendo que também não tinha como se manter a funcionar os cursos práticos com poucos recursos ou quase nada, pois o acordo MEC/USAID veio ao seu término em meados dos anos de 1974. Assim, caracteriza-se que a instituição escolar Polivalente de Araguari conseguiu manter dois cursos práticos até os anos de 1983, sendo eles as práticas agrícolas e industriais. Na perspectiva temos na organização dos cursos em tempo integral, que são associadas formação geral e de qualificação técnica proporcionando a dinâmica de funcionamento da escola, distinto das demais instituições da época. Logo, do extrato que a pesquisa conseguiu indicar podemos considerar que a instituição percorreu este cinquentenário de vida, não perdendo a suas origens, pois ao longo dos anos na sociedade araguarina, a instituição ainda percorre meios de ofertas de cursos que são advindos de emendas Estaduais, Federais e de parcerias, sob quais estão assentados nos dispositivos da experiência de modernidade conquistada através do tempo como forma de ensino aprendido inscrita na Escola Polivalente.

6 - REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

ARAÚJO, José Alfredo de. **A USAID, o Regime militar e a implantação das Escolas Polivalentes no Brasil.** Disponível em: [www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO\(1\).pdf](http://www.revistaepistemologi.com.ar/biblioteca/07ARAUJO(1).pdf).

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: Olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos.** albuquerque: journal of history, v. 2, n. 3, 19 Jun. 2017.

BITTENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira. **Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: um estudo sobre os ginásios polivalentes (1971-1974),** Trabalho e educação, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7798/5958>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa.** Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=os+arquivos+das+escolas25reuniao.anped.org.br/excedentes,25/naildamarinhocostabonatot02.rtf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRANCO, Maria da Graça Fernandes. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** Unisa digital, 2011. Disponível em: www.unisa.com.br

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino.** São Paulo: Aver camp, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 63.914**, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194725>>. Acesso em: 30 Setembro 2018.

BRASIL. Leis, Decretos. **Decreto 7.566**, de 23 de setembro de 1909.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Subsídios para o estudo do ginásio polivalente.** Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002618.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 29 setembro. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). Diretoria do Ensino Secundário. Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente. Rio de Janeiro: [s.n.], 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Seminário sobre o Ginásio Polivalente no Contexto da Educação Fundamental, 1., 1970, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: MEC, 1970. p.92

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Secretaria-Geral. Desenvolvimento da educação no Brasil. 1971. Disponível em: . Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer 853/1971. Arquivo Morto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. 1972a. Caixa box PREMEX.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução 138/1972. Arquivo Morto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. 1972b. Caixa box PREMEX.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Secretaria-Geral. Planejamento setorial: Projetos prioritários. 1970/1973. Disponível em: . Acesso em: 5 ago. 2013.

BOURDIEU Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**, Lisboa: Instituto Piaget, 2001

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. P.18.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI JÚNIOR, **História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados. Uberlândia-MG: UDUFV. 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

JULIÁ, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto histórico**. RBHEn. 1. 2001. p. 9-43

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: histórias das instituições educativas**. Bragança paulista: Editora Universitária são Francisco, 2004.178p. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **história das instituições educacionais em perspectiva**. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIOFILHO, Geraldo. (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 91-103.

MINAS GERAIS. **Projeto Político-Pedagógico** da Escola Estadual Madre Maria Blandina. Araguari, MG. S.R.E. Uberlândia, 2015

MINAS GERAIS. **Resolução nº 925, de 27/05/1970**. Aprova o Convênio celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Primário - PREMEX - e o Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Resolução 952/1970. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 4 jun. 1970, Caderno Diário do Legislativo. p.5-11.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG). Parecer 02/1972. Arquivo Morto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. 1972. Caixa box PREMÉM.

MONITOR CAMPISTA. **Escola de Aprendizes Artífices**. 2, 3, 5, 7 e 8 de outubro de 1909. Campos (RJ).

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. In: HISTEDBR. *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas, HISTEDBR, 2005.

QUINTANEIRO, Tania. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p.36

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. et al. **A política educacional dos últimos anos**. In: História da Educação no Brasil. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

REZENDE, Luciana Araujo Valle de. **Reorganização Educacional: As Escolas Polivalentes como uma das vias para a profissionalização do ensino**. Disponível em: www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC57.pdf.

RESENDE, Luciana Araujo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Os Escolas polivalentes em Minas Gerais: a experiência da escola estadual Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia, 1971-1980)**. Revista Educação pública, V.22, n.48, p. 127-145, jan./abr.2013.

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. **As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965-1976)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.260

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. **Ensino profissionalizante e estado militar: (Re) articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SANFELICE, José Luís. **A História das instituições escolares: desafios teóricos**. In: Revista Série Estudos (Periódico do Mestrado em Educação da UCDB), n. 25, junho 2008. Campo Grande: UCDB, 1995.

SANFELICE, José Luís. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006 – ISSN:16776-2584.

SANTANA, Marco Antônio de; ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. Incongruências do primeiro marco regulatório republicano de 1891 em matéria de educação primária e suas implicações em compasso com a necessidade de urbanização. In.: **Revista OPSIS (Online)**, Catalão – GO, v. 20, n. 2, 2020, p. 1-12; ISSN: 2177-5648).

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. Prefácio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje**. In: Lima, Júlio César França (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, EPSJV, 2006, p. 289-320.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, edição n. 2, 2006.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa**. Educar, Curitiba 2006, nº. 28 editoras UFPR. p. 204,

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. **Um breve histórico da educação brasileira – sob o signo da precariedade**. Encontros ano 13 nº 24- 1º semestre.

TEIXEIRA, Anísio. Centros de treinamento de professores primários. In: **Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina**. Santiago do Chile, 5-19 mar. 1962. Santiago, 1962. 8 p. acesso em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/back.html>, acesso em 25 de março 2021

7 - FONTES DE ACERVOS UTILIZADAS NA PESQUISA:

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Acervos escolares

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Ata da reunião de 6/6/72a. In: ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Ata da reunião de 20/7/72b. In: ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Ata da reunião do pessoal docente e técnico-administrativo, 24 de abril de 1974.

ANEXOS:

I. Arquivo Escolar Madre Maria Blandina	
Quadro de arquivos particulares	
Planta arquitetônica e estrutural – rascunhos e originais	
Estrutura e funcionamento dos setores (organização) – projeção da distribuição da sala de aula, pátio cantina, direção, biblioteca, caixa d'água.	
Alvará de funcionamento	
Registro de Matrícula	
Relatórios anuais	
Atas Administrativas /Pedagógicas	
Termos de visitas de Inspetores	
Diários de classe.	
Termos de recebimento de mobiliário e equipamento escolar.	
Campanha de planejamento da semana da alimentação escolar	

Fonte: elaborado por Ribeiro (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

II. Quadro livro de termos de visitas de inspetores		
Ano	Resolução/ Ofício circular/ portaria/ decreto / lei	Assunto
1968	Por: 434/68 – 06/12/1968	
	Dec: 63.914	O PREMEM. Decreto de criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
1970	Por: 699/70 – 28/12/1970	
1971	Dec: 5.760 – 14/09/1971	Decreto de criação das escolas polivalentes
	Dec. 13.481 – 09/03/1971	Concessão de licença de maternidade
	Dec. 14.045 – 18/11/1971	Licença para assuntos particulares
1972	Dec: 14.858/72; 15850/73; 16660/74	Dita o número de pessoal subalterno a ser convocado.
1973	Of: 1408/73	
	Por: 3/73 – 25/01/1973	Divulga a orientação para a criação de novos cursos dentro do que estabelece a lei nº 5.692 de 11/08/1971
	Of: 01/73	
	Cir: 54/73	Organização curricular das escolas estaduais polivalentes
	Res: 176/73 -06/11/1973	Fixa normas sobre pagamento de contribuição escolar, nos casos de transferência e de cancelamento ou trancamento de matrícula.
	Res: 318/73	
1974	Of: 02/74	Recuperação e promoção
	Parecer 407/74	Transferência de regime semestral para regime anual e vice-versa.
	Of: 05/74; 13/74	Não Contratação de professor que não atende exigências mínimas para o magistério.
	Of: 11/74 – 12/03/1974	Contratação de novos professores a título precário (período)
	Of: 16/74	Solicitação sobre o plano curricular.
	Of: 2402/74	Contrato de experiência com um prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por uma única vez pelo mesmo prazo acima.
	Dec: 16191 – 04/04/1974	Sistema de convocação (contratação)
	Dec: 15287 – 22/02/1974	Preenchimento do termo de contratação

	Of: 4144/74	Transferência de professores
	Of: 4158/74	Transferência de professores
	Of: 4150/74	Convocação de professor
	Of: 117/74	Quadro de frequência de pessoal
	Of: 121/74; of: 124/74; of: 113/74	Esclarecimentos relativos ao registro nos documentos escolares e expedição de transferência.
	Dec: 15250/73; 15850/73; 16660/74;	Suprir Cargos subalternos
1975	Dec: 16191/75	Instruções para o preenchimento do quadro pessoal.
	Dec: 16967 – 31/01/75	Documentos de despesas da caixa escolar. Balancete.
	Dec: 16967 art: 14	Dispensa formalizada por comprovação de faltas
	Of: 54/75 – 31/07/75	
	Of: 72/75	Quadro de pessoal variado
1976	Res: 215; 1728 art: 33	Candidatos para o cargo efetivo tem direito a licença
	Of: 96/76; 25/76; 95/76	Contratação de professor de educação física
	Of: 139/76	Calendário de exames de seleção para 5ª serie.
	Of: 135/76	Realização de encontro educacional
	Of: 136/76	Encaminha ofícios e circular 37/76 da SED-SEE/MG
	Res: 2144/76;	Quadro pessoal, quadro do estabelecimento,
	Dec: 18203/76	Quadro de frequência e infrequência.
	Res: 2146/76	Calendário escolar
1977	Lei 1728; res: 2155 – 07/01/1977	Editais de concursos; quadro de frequência; quadro pessoal; quadro de turmas; registro geral;
	Of: 02/77 do CEDINE	Estabilidade dos professores efetivos.
	Of: 03/77	Sugestão de exercícios de comemoração e expressão da área da educação e cultura
	Res: 228 atr10	não necessário a assinatura dos inspetores nos históricos escolares
	Of: 32/77	Calendário escolar

Fonte: elaborado por Ribeiro (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

III. Arquivo Histórico e Museu Dr. Calil Porto		
Quadro de fotos – Jornal Botija Parda		
Data / Ano	Título exposto no Jornal	Assunto
17/01/1971	Ginásios Polivalentes	Inscrição para o exame de seleção de professores para atuar nas escolas polivalentes, cursos estes com o currículo na licenciatura de curta duração.
19/01/1971	Ginásios Polivalentes	Recrutamento e seleção
21/02/1971	Ginásios Polivalentes	Obras, infraestrutura, limpeza e preparação do terreno.
07/03/1971	No mundo das professoras	Professores araguarinos que venceram o vestibular do PREMEM
28/03/1971	Terreno do Ginásio Polivalente	Prazo de trinta dias o terreno ficou pronto com a infraestrutura (água, luz, esgoto).
02/04/1971	Prefeitura Municipal de Araguari	Lei nº 1.504: Dispõe sobre a retenção, pelo Banco do Brasil S/A de parcelas do fundo de participação do município de Araguari, nos Tributos Federais, vinculadas por convenio à execução do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PREMEM.
02/04/1971	Prefeitura Municipal de Araguari	Resolução 01/71: Aprova o convênio celebrado entre PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio e a Prefeitura Municipal de Araguari.

03/10/1971	Araguari terá Escola Agrícola	Prevenção de mão de obra.
07/11/1971	Ritmo acelerado para o Polivalente	Obras em ritmo acelerado e com magnífica beleza.
11/12/1971	Ministério da Educação e Cultura	Declaração da Diretora do Ensino Fundamental, professora Eurides Brito da Silva. (comentando sobre a lei 5.692)
21/01/1972	No mundo das professoras (aviso)	A comissão de recrutamento e seleção - PREMEM
07/05/1972	Polivalente ainda não iniciaram as aulas	O marco seria primeira semana de maio de 72, porém não foi liberado o seu funcionamento.
27/05/1972	O Programa do Ensino Médio	Realizações; Custo; Recursos humanos; Secretaria executiva; Equipamentos.
25/06/1972	Ginásio Polivalente Iniciou as aulas	No dia 12 de junho de 1972, deu-se o início das atividades no Ginásio Polivalente em Araguari- MG. Com aproximadamente 300 alunos buscando a apuração de sua vocação.
02/09/1972	Reforma do Ensino	Entrevista com a professora Vania Mariza Guimarães fala sobre a lei 5.692 a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.
08/11/1972	Polivalente, realidade Palpitante.	Exame de seleção e o interesse da sociedade local.
21/01/1973	Inauguração do Polivalente	Marco registrado com fotografia no jornal Botija Parda, comentando a inauguração do Ginásio Polivalente, com a presença de autoridades bem como o governador de Minas Gerais: Rondon Pacheco.
21/01/1973	Educação e cultura	Reformas ampliações e construções.

Fonte: elaborado por Ribeiro (2021), a partir de consulta aos registros do acervo escolar.

ANEXO IV - MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ESCOLAS POLIVALENTES NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Modalidade da produção:	Tese (Doutorado em Educação)
Ano:	2015
Título:	As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965–1976)
Autor:	Resende, Luciana Araujo Valle de
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia
Resumo:	Este estudo tem como objeto oito escolas estaduais Polivalentes situadas nas cidades de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, em Minas Gerais. O período pesquisado compreende os anos entre 1965 e 1976. O limite inferior refere-se ao ano em que foi assinado o acordo 512-11-610-042 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que proporcionou o desencadeamento de uma série de outros acordos, convênios e ações culminando com a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e, por meio deste, os Polivalentes. E o limite superior, 1976, ano em que se encerrou a vigência desses acordos, que ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID. Os Ginásios Polivalentes caracterizaram-se como escolas de sondagem vocacional, visando direcionar a formação profissional da população em geral que aconteceria a posteriori, de forma a torná-la mais curta e eficiente, pois o mercado de trabalho requeria, com urgência, profissionais habilitados para uma economia em expansão.

Palavras-chave:	O projeto das escolas Polivalentes teve abrangência nacional e vislumbrou, para seu desenrolar, a substituição completa das escolas estaduais pelo modelo do Polivalente, denominado “pluricurricular”. Palavras-chave: Educação, Escolas públicas - Triângulo Mineiro (MG) - 1965-1976, Educação e Estado, Educação - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião) – História, Escolas polivalentes, Educação e sondagem vocacional Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Acordos MEC/USAID
Problema:	compreender em que medida tais escolas integraram o projeto de desenvolvimento do país — sobretudo na primeira metade do governo militar — e entender sua estrutura, operacionalidade e eficácia. Para desenvolver a pesquisa aqui descrita, recorreremos a fontes variadas: 1) literatura especializada sobre os assuntos abordados, ou seja, a situação da educação nacional no recorte temporal, o contexto político, econômico e social, metodologias de pesquisa, a teoria do capital humano, o ensino profissionalizante, tendências e práticas pedagógicas, acordos MEC-USAID e PREMEX; 2) legislação nacional, estadual e municipal atinentes à discussão: leis de diretrizes e bases da educação nacional, decretos e pareceres dispondo sobre o programa de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), formação de professores, implantação das escolas Polivalentes e planejamento educacional; 3) documentação dos acervos escolares: livros de atas de colegiado e de pessoal docente e técnico-administrativo, livros de registro de resultado final, de matrícula, visitas do inspetor, livros caixa, de ponto, ocorrências de alunos, professores e administrativos, inventários, grade curricular, calendário escolar, regimento escolar, diários de classe, folhas de pagamento, notas fiscais, correspondências recebidas e expedidas, documentação pessoal dos profissionais, escrituras de terreno, planta arquitetônica, manuais do PREMEN, materiais/recursos didáticos utilizados nas aulas, livros disponibilizados nas bibliotecas escolares, avaliações estruturadas para acompanhamento dos processos escolares, fotos de eventos, textos elaborados em datas comemorativas e recortes do jornal oficial e, finalmente, 4) reportagens da imprensa nacional e local, com destaque para Folha de São Paulo, Correio de Araxá, Correio de Uberlândia e Lavoura e Comércio (Uberaba).
Questão central:	A proposta dos Polivalentes ensejou conciliar a formação teórica com a prática mediante um ensino ativo e permeado de recursos tecnológicos. Em contato com saberes e atividades práticas diversos e sob orientação profissional, o educando identificaria a área do conhecimento em que teria mais interesse e aptidão. Essa formação em nível de primeiro grau subsidiaria a profissionalização no segundo grau, que se tornou compulsória após a publicação da lei 5.692/71, a qual reformou a educação escolar nos antigos níveis primário, ginásial e colegial. Entretanto, a proposta pluricurricular que se disseminaria para as demais escolas públicas nacionais acabou sucumbindo ao modelo já institucionalizado. Por sua efêmera existência, talvez os Polivalentes não tenham cumprido seus objetivos mais gerais quanto aos aspectos políticos, econômicos e sociais, mas a pesquisa demonstrou que, para as pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com essas escolas, o legado de ensino polivalente e de qualidade foi deixado, tanto que, após quarenta anos de encerramento da proposta, elas assim são lembradas.
Metodologia utilizada: Fontes principais:	Pesquisas em acervos, fontes orais, fontes, bancos de dados, documentos oficiais das escolas, imprensa local, imprensa nacional, legislações. Fontes e arquivos. Bonato 2015; Resende 2011; Alves 1968; Arapiraca 1982; Chiariello e Eid 2011; Frigotto 1993; Salles 1970; Saviani 2002; Silva 1970; Zabala 1998

Referencial Teórico:	Materialismo Histórico dialético
Modalidade da produção:	Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)
Ano:	2011
Título:	Ensino profissionalizante e estado militar: (re)articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971-1980)
Autor:	Resende, Luciana Araujo Valle de
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia
Resumo:	Este estudo busca aprofundar o conhecimento acerca da Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, situada em Uberlândia (MG), no período compreendido entre os anos de 1971 e 1980. As Escolas Polivalentes surgem num período de grande euforia econômica, provocada por um surto industrial que demandava uma mão de obra qualificada e que o país, pelas condições educacionais existentes, não conseguia suprir. Urgia, então, a formação de trabalhadores técnicos para atuar nos setores produtivos: agrícola, industrial e comercial.
Palavras-chave:	Escolas polivalentes, Ensino profissionalizante, Ditadura militar, Educação e Estado Brasil
Problema:	Ensino profissional Uberlândia (MG) – História, Brasil - História - 1964-1985 Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa - Uberlândia (MG) - 1971-1980 Educação - História
Questão central:	Os principais questionamentos que motivaram esta pesquisa foram: em que contexto esta escola foi criada e como foi o seu funcionamento nos primeiros anos de sua instalação? Quem foram seus alunos e quais foram as repercussões dessa educação na formação e na posterior atuação profissional dos mesmos?
Metodologia utilizada:	Na busca de respostas para esses questionamentos, o estudo contemplou, metodologicamente: pesquisas documentais na instituição, no Arquivo Público Municipal e na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia; pesquisa bibliográfica; e, por fim, entrevistas com alunos e profissionais egressos da escola.
Fontes principais:	As Escolas Polivalentes, pautando a escolarização na tentativa de vincular teoria e prática, estruturaram seu currículo de forma a oferecer formação geral concomitante à formação vocacional, com aulas que contemplavam tanto a instrução geral quanto a voltada para as práticas agrícolas, industriais, comerciais e do lar. Percebemos, então, que a Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, assim como as demais Escolas Polivalentes, iniciou seus trabalhos de uma forma diferenciada no que diz respeito à proposta e à qualidade de ensino. A conjugação desses diferenciais atraiu para a instituição um público que, na sua maioria, não compartilhava dos objetivos de pré-profissionalização da mesma, configurando-se em uma de suas contradições. Esta iniciativa, a despeito do grande investimento financeiro recebido e das expectativas que suscitou, no declínio da lei que a embasou a Lei nº 5.692/71 teve, também, sua proposta e atividades implantadas de forma bastante efêmera.
Referencial Teórico:	Documental, análise de discurso, uso de conteúdo.
	Fonte escrita, icnográfica e estatísticas
Referencial Teórico:	Materialismo histórico dialético

Modalidade da produção: Ano:	Dissertação (Mestrado em Educação) 2018
Título:	Os Escolas polivalentes na ditadura civil-militar como modelo de educação: estudo sobre a Escola Estadual "Antônio Souza Martins" de Ituiutaba-MG (1974-1983)
Autor:	Lima, Genis Alves Pereira de
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia
Resumo:	A importância em investigar os processos históricos, é compreendida como princípio direcionador e possibilitador de novos olhares sobre as estruturas da nossa sociedade atual, ao observarmos os modelos econômicos, políticos e sociais pautados em relações sociais em contextos remotos. Neste sentido, a proposta desse trabalho de pesquisa, é a história da Escola Estadual "Antônio Souza Martins" – o Polivalente, na cidade de Ituiutaba-MG, no período que abrange os anos de 1974 a 1983, o ponto de partida foi o contexto de sua criação legal, no período da ditadura civil-militar, sendo este um dos principais fatores para a implantação desse tipo de escola por todo o país. As Escolas Polivalentes surgiram em meio ao momento de difusão da vertente pedagógica tecnicista, a qual foi constituída com base nos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, por meio das ações entre o MEC e a USAID (Ministério da Educação e Cultura/ United States Agency of International Development).
Palavras-chave:	Instituições Escolares, Regime Militar, Ensino Profissionalizante Triângulo Mineiro, Escola Estadual Antônio Souza Martins de Ituiutaba-MG - História - 1974-1983 Educação - História - 1974-1983 Ensino profissional - Triângulo Mineiro (MG)
Problema:	O objetivo geral desta pesquisa se pautou em: • Compreender como ocorreu o processo de criação das Escolas Polivalentes no Brasil e em específico a Escola Polivalente do município do Triângulo Mineiro, no contexto histórico referente à ditadura civil-militar e o propósito de Educação Profissionalizante promovida neste período, buscando valorizar a memória e considerações das vivências dos atores que constituíram parte desta história nesta instituição. Os objetivos específicos: • Contribuir para a discussão da História da Educação regional entre educadores e pesquisadores que desenvolvem suas atividades na região do Pontal do Triângulo Mineiro, promovendo a necessária interligação entre o estudo regional e o nacional; • Entender o processo de institucionalização da legislação sobre educação através da Lei 5.692/71 no âmbito educacional do contexto histórico abrangente da ditadura civil-militar, por meio de revisão bibliográfica; • Analisar os documentos da escola, artigos de jornais e materiais escolares de acervos particulares, buscando identificar a utilização dos espaços, as normas e o cotidiano dos atores presentes na instituição; • Colaborar na catalogação e preservação dos documentos de época, por meio da digitalização da documentação levantada nos acervos; • Promover e valorizar a memória dos atores que vivenciaram experiências nesta instituição, no período desde sua criação ao ano de 1983; • Discutir o modelo educacional tecnicista institucionalizado no contexto histórico pedagógico da ditadura militar e suas implicações em frente às práticas de ensino e aprendizagem na instituição pesquisada. Nesta perspectiva algumas questões foram surgindo tais como: que modelo de educação foi pensado para essas escolas? Quais as condições de criação da Escola Polivalente nesta cidade? Quem eram os atores sociais envolvidos nessa instituição e

Questão central:	a que classe social se vinculavam? O que era prescrito em seus estatutos e o que foi praticado no cotidiano das pessoas dessa instituição? Neste intuito, o trabalho visou reflexões dos processos históricos advindos do recorte temporal, eventos esses que deixaram marcas profundas em nossa sociedade, na vida dos atores que participaram das vivências no espaço escolar investigado, na valorização da identidade da instituição, enquanto provedora de educação entendida de “qualidade” para a época. A importância da temática no campo da história da educação de nosso país e da região, uma vez que muito pouco se escreveu sobre as Escolas Polivalentes, e, em especial, no Triângulo Mineiro
Metodologia utilizada:	Metodologicamente pautou-se pela revisão bibliográfica sobre a temática, pelas pesquisas documentais e iconográficas e também pelo uso de entrevistas com ex-diretor, alunos, professores e funcionários que tiveram participação em meio as experiências adquiridas no interior da referida instituição de ensino.
Fontes principais:	Demian Bezerra de Melo 2012; René Armand Dreifuss 1987; Reis Filho 2010; Souza 2010; SANFELICE 2006; Rodríguez 2008; Arapiraca 1979; Jacques Le Goff 1996; Michel de Certeau 2002; Peter Burke 1992; José D’Assunção Barros 2009; Franco e Souza 2013; Albuquerque e Klein 1987; Alberti 2008; MEIHY 1996;
Referencial Teórico:	Materialismo Histórico dialético
Discussões e Resultados:	Concluiu-se que a Escola Polivalente foi implantada frente ao momento de desenvolvimento e crescimento industrial econômico do município. A expectativa da instalação da Escola foi vislumbrada por meios de comunicação como a imprensa local e rádio. À frente da direção escolar esteve o diretor com concepção e formação freireana de Educação, o qual buscou efetivar ações voltadas para uma formação humanística no intuito de uma escola comunitária; a escola recebeu alunos e alunas de distintas classes sociais. Através dos relatos dos atores, percebemos que a formação propiciada concomitantemente ao ensino regular e vocacional profissionalizante não se limitou a promover a formação voltada para atender a necessidade de mão de obra especializada para a indústria, uma das intenções desse modelo de escola implantada no país, mas efetivou práticas de ensino que contribuíram para a continuidade dos estudos de boa parte dos ex-alunos e alunas desta instituição.

Modalidade da produção:	Tese (Doutorado em Educação)
Ano:	2018
Título:	O pensamento americanista na educação brasileira: o projeto dos ginásios polivalentes (1960 – 1970)
Autor:	Bittencourt Junior, Nilton Ferreira
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia
Resumo:	Este trabalho analisa a configuração de um modelo de escola técnico vocacional, oriundo do ideário liberal das revoluções passivas burguesas, sob liderança dos Estados Unidos da América. Especificamente no Brasil, esse modelo educacional denominado Ginásios Polivalentes foi fundamental na reforma da educação básica, com a promulgação da lei 5.692/1971, proporcionando a implementação do ensino técnico vocacional. Esta pesquisa teve como objetivo geral produzir conhecimento sobre a implantação dos Ginásios Polivalente no Brasil, buscando identificar, nos documentos que definem a concepção, a legalização e a implantação dos GPEs, “traços civilizatórios típicos do Americanismo”, que estariam circulando na construção desse projeto educacional. Podemos constatar esses aspectos culturais do

	Americanismo na versão denominada empresarialismo, forma derivada da teoria de cultura organizacional taylorista / fordista. Para os empresarialistas, a educação deve ficar a serviço da produção industrial, pois é fonte de recursos humanos necessários à essa produção. Para eles, investir em educação potencializa a produção e produz mais lucratividade que qualquer outro investimento material. Nesse cenário, os Ginásios Polivalentes representam a sinalização do modelo de escola técnico vocacional que tem experiências registradas no Brasil desde a década de 1920.
Palavras-chave:	Americanismo, Educação, Hegemonia, Ginásios polivalentes, Ensino técnico - Brasil - 1960-1970, Ensino técnico vocacional
Problema:	Para elaboração desta tese, foram analisados vários trabalhos acadêmicos que abordam o tema, direta ou indiretamente, entre livros, teses e dissertações. Dois livros tiveram capítulos traduzidos da língua inglesa para a portuguesa e também foi realizada uma pesquisa de campo no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Selecionamos apenas alguns, pelo critério de abordagem piramidal, de ações amplas que derivam para um aspecto específico; ou seja, como os aspectos culturais empresarialistas foram se irradiando, a partir de cooptação da elite, e estruturando meios para a difusão ampla por meio da escolarização em massa. Para isso, apresentamos a análise de seis atas que continham discursos sobre as ações do Escritório do Ponto IV; da coletânea de discursos sobre o Programa Aliança para o Progresso, realizados pelo Embaixador norte-americano no Brasil, na década de 1960, e, por fim, análise das ações diretas para a construção do projeto dos Ginásios Polivalentes. Como referência para a análise dessas três etapas, utilizo os conceitos dos filósofos Michel Foucault e Antônio Gramsci. Foucault para a compreensão da criação dos meios de agir no triângulo soberania, disciplina e gestão governamental, e como esses conceitos fazem parte do termo “governamentalidade” para a governança da população por intermédio de mecanismos essenciais e/ou dispositivos de segurança. De Gramsci, foram utilizados dois conceitos: hegemonia e revolução passiva — os EUA provocaram revoluções passivas em toda a América Latina para garantir a hegemonia no continente.
Questão central:	No mundo moderno, a escolarização está fortemente vinculada à construção e à manutenção de hegemonias. No caso brasileiro, a institucionalização dos Ginásios Polivalentes foi o instrumento para formar um senso comum adepto do empresarialismo, aspecto fundamental na ampliação e na consolidação da hegemonia norte-americana sobre o Brasil. Além do seu impacto psicológico de solução dos conflitos de classes sobre o modelo de educação média, sua filosofia refletida na estrutura curricular e organizacional inaugurou uma nova etapa educacional no país: a formação de uma mentalidade empresarial, na versão ressignificada da cultura organizacional taylorista/fordista, Teoria cultural forjada, essencialmente, nos Estados Unidos da América.
Metodologia utilizada:	Documental, uso de conteúdo, análise do discurso
Fontes principais:	Fonte escrita, iconográfica, estatística.
Referencial Teórico:	Materialismo histórico dialético

Modalidade da produção:	Artigo Científico : C&D – Revista eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, V.2, n1, p.87-101, jan /dez2009
Ano:	2009
Título:	A USAID, A GUERRA FRIA, O REGIME MILITAR E A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS POLIVALENTES NO BRASIL
Autor:	José Alfredo de Araujo
Instituição:	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Resumo:	Resultado dos acordos MEC/USAID, as Escolas Polivalentes foram então implantadas e colocadas em prática no Brasil do Regime Militar. Portanto, relações políticas no contexto internacional da Guerra Fria no qual o Brasil estava inserido. Sendo assim, o programa de ajuda da Aliança para o Progresso, através da USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), e o MEC (Ministério da Educação e Cultura), só foi possível ser intensificado após o Golpe Militar ocorrido em 1964, pois havia, a partir daquele momento, toda uma estrutura, no Estado, pronta para que o convênio USAID/MEC fosse colocado em prática por meio do aparelho educacional. Neste momento ocorre a transformação da EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) no PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), resultando todas estas relações e transformações na implantação das escolas Polivalentes no Brasil.
Palavras-chave:	USAID, Regime Militar, Guerra Fria, Educação, Aliança para o Progresso.
Problema:	Quais os resultados dos acordos MEC/USAID, as Escolas Polivalentes foram então implantadas e colocadas em prática no Brasil do Regime Militar?
Questão central:	As relações políticas no contexto internacional da Guerra Fria no qual o Brasil estava inserido.
Metodologia utilizada:	Leituras bibliográficas, documental, uso de conteúdo análise do discurso
Fontes principais:	Ianni (1900); Arapiraca (1982); Lei 5692/71; Moreira e Silva (1995); Bandeira (1973); Romanelli (2003) Fonte oral, escrita, estatística
Referencial Teórico:	Histórico material dialético (documental, uso de conteúdo, análise de discurso)
Discussões e Resultados:	o modelo de Escola Polivalente tem sido na história e memória da educação no Brasil um exemplo daquilo que era um novo modelo de educação e escola que nasceu de um contexto de relações políticas e econômicas internacionais para a formação da mão-de-obra trabalhadora no auge do Regime Militar, uma escola que nasceu dos acordos MEC/USAID, Conferências Internacionais e Nacionais que delinearam todo o projeto de educação implantado em um contexto político internacional na realidade política, sócio-cultural da educação brasileira. Concluindo que, assim, a educação foi naquele momento se ajustando a partir do contexto político, econômico e cultural vivido pelos sujeitos historicamente datados. Era a Guerra Fria, o Regime Militar e seu projeto desenvolvimentista colocado em prática por meio da educação oferecida às camadas populares. Dessa forma, este projeto de escola e educação cumpriu em parte a reprodução dos valores do imperialismo norte-americano no Brasil. Historicamente datado por meio do Regime Militar.

Modalidade da produção:	Artigo científico
Ano:	2016
Título:	ESCOLAS POLIVALENTES NA DITADURA CIVIL-MILITAR: MARCONO MODELO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE OU INSTRUMENTOS DE PROPAGANDA DO REGIME? O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO POLIVALENTE DE ITUIUTABA- MG (1974-1985)
Autor:	Genis Alves Pereira de Lima– UFU; Drº Sauloéber Társio de Souza– UFU
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
Resumo:	Este texto apresenta resultados da pesquisa em torno da história da Escola Estadual "Antônio de Souza Martins" - o Polivalente, na cidade de Ituiutaba-MG, no período que abrange os anos de 1974 a 1985, e parte da observação do contexto de sua criação legal, no período da Ditadura Civil-Militar, sendo este o fator da implantação desse tipo de escola em nosso país. Tem como objetivo destacar processos históricos que deixaram marcos em nossa sociedade, na vida dos atores que participaram das vivências neste âmbito escolar, valorizando a identidade da instituição, bem como os conhecimentos gerados para o campo da história da educação de nosso país e da região em específico. É fato que o Brasil no contexto da Ditadura Civil-Militar, encontrava-se sob influências internacionais que contribuíram para o seguimento de novos paradigmas ideológicos; neste sentido a educação também foi articulada como um mecanismo importante para o alcance das novas propostas educacionais ligadas ao setor industrial, com ênfase ao ensino técnico profissionalizante, forçando um alinhamento do país à nova ordem econômica imposta pelo capitalismo monopolista. As escolas Polivalentes surgem em meio a essa vertente pedagógica, tendo como principal característica serem as precursoras da implantação do modelo educativo tecnicista do regime, o qual se baseou nas relações entre o Brasil e Estados Unidos, por meio de acordos entre MEC/ USAID (Ministério da Educação e Cultura/ United States Agency of International Development). Metodologicamente o estudo se pautou por pesquisas bibliográfica, documentais e iconográficas e entrevistas com ex-gestores, ex-alunos e ex-professores que tiveram participação em meio as vivências e experiências da referida instituição. A escola Polivalente de Ituiutaba-MG, desde sua criação, contou com boa infraestrutura diferenciando-se das demais escolas públicas criadas anteriormente, marcadas pela precariedade de suas instalações, contou, portanto, com condições boas para efetivar, desde sua criação, práticas norteadoras de uma formação pautada na qualidade do ensino ofertada aos seus alunos, desenvolvendo trabalho integrado entre o ensino regular e o técnico, este último representava pequena parcela da carga horária curricular, o que permite afirmar que a ambição profissionalizante dessas escolas não foi exitosa, nesse quesito, como pretendia o governo civil-militar.
Palavras-chave:	Instituições Escolares; Escolas Polivalentes; Ditadura Civil-Militar; Ensino Profissionalizante.
Problema:	Proposta em buscar pesquisar essa escola Polivalente decorre da compreensão do contexto que abrange sua criação (1974); o período do Regime Militar, sendo este o marco da implantação das referentes escolas no país, e isso implica compreender: Que educação a ser implantada nelas? A partir de que ou/de quem seriam os interesses desse modelo de educação? Quais seriam os grupos sociais atendidos por essas escolas? Quem eram as pessoas que compuseram parte dessa história?

Questão central:	Investigar a referida instituição implicou, portanto, a busca pela reflexão dos processos históricos que deixaram marcos em nossa sociedade, na vida dos gestores, professores, alunos, além da própria valorização da identidade da instituição enquanto provedora da educação, e assim das pessoas que por ali construíram um pouco da sua história de vida naquele determinado período.
Metodologia utilizada:	Revisão bibliográfica
Fontes principais:	Souza e Castanbo (2009); Alberti (2008); Xavier (2005); Sanfelice (2006), Buffa e Nozella (2005); Araujo (2007); Lei 5692/71; Mira in Romanowski (2009); Saviani (2007);
Referencial Teórico:	Referencial histórico dialético
Discussões e Resultados:	Neste trabalho consideramos que, apesar do contexto político educacional mediante a ênfase no Ensino Técnico Profissionalizante no período em questão, bem como na intenção das Escolas Polivalentes no Brasil decorrente do processo de crescimento industrial e à necessidade de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, a Escola Polivalente buscou efetivar, desde sua criação, práticas norteadoras de uma formação pautada na qualidade do ensino ofertada aos seus alunos, desenvolvendo um trabalho integrado ao ensino regular e técnico, considerando as especificidades das áreas do conhecimento. Tal questão remete para a importância do trabalho mediante a coletividade das partes constituintes, o qual demonstrou ter sido incorporado às práticas educativas que estiveram presentes no Planejamento desenvolvido nesta instituição; estas, por sua vez, foram vividas e assimiladas pelos atores envolvidos no compromisso com a qualidade da Educação dos seus educandos, não se restringindo a formação técnica profissional, mas envolvendo também a formação intelectual, social e humana. É visível a importância do trabalho desenvolvido nesta instituição, bem como no que se refere à subjetividade relatada pelos sujeitos envolvidos nessa pesquisa histórica, a qual nos possibilitou a reflexão de que os alunos consideram o Polivalente como uma Escola que promoveu não apenas o ensino formal acadêmico, como também a construção da história pessoal e humana vivida nessa instituição. Portanto, ao buscar enfatizar a história desta escola, foi possível refletir sobre a origem de sua criação, sua rica estrutura física e arquitetônica (que se diferenciava do histórico de criação de outras instituições públicas de ensino locais), os atores envolvidos, as práticas vivenciadas, o modelo e as concepções do ensino ofertado e, sobretudo os significados que se fazem ainda presentes na vida dos sujeitos que perpassaram por esta instituição escolar. Fato este que consideramos relevante para a História da Educação ao contemplarmos parte dos processos constituintes das práticas educativas de nossa sociedade.

**MEC
PREMEN**

PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO

GINÁSIO POLIVALENTE

.....
(Indicativo do GP)

.....
(Cidade e Estado)

TERMO PROVISÓRIO DE EXAME E RECEBIMENTO
DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR

Aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, presente o Sr. pelo GEQ/CE, e a Comissão designada pelo(a) Diretor(a) do Ginásio, Sr(a) Helena de Oliveira Costa, composta pelos Professores Wilson Silva, Dr. Silva, Dr. Assis, Dr. Tenreiro, Dr. Almeida, Dr. Figueira, Dr. Carvalho, todos reunidos na sede do Ginásio, à Rua Aranda, Inhangueira, nº 129, passou a proceder ao Exame e Recebimento do Mobiliário e Equipamento Escolar, destinado a este Ginásio e adquirido e distribuído pela Gerência do Projeto de Equipamento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, seguida a discriminação do Manual de Equipamento, conforme segue:

CATEGORIA A - MOBILIÁRIO

A 1/01.1.A - <u>MESA DE MANICURE</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> - Preço Unitário: Cr\$ 82,80 - Observação: - Quantidade: <u>1</u>	01
A 1/02.1.A - <u>MESA DE TRABALHO</u> - Marca CIMO - Firma: Móveis Cimo - NF nº <u>000.173</u> - Preço Unitário: Cr\$ 69,00 - Observação: - Quantidade: <u>2</u>	2
A 1/02.2.A - <u>MESA DE TRABALHO</u> - Marca CIMO - Firma: Móveis Cimo - NF nº <u>000.173</u> - Preço Unitário: Cr\$ 103,20 - Observação: - Quantidade: <u>6</u>	6
A 1/03.1.A - <u>PENTEADON</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> - Preço Unitário: Cr\$ 187,45 - Observação: - Quantidade: <u>1</u>	1
A 3/01.1.A - <u>ESTANTE PARA BIBLIOTECA</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>138</u> - Preço Unitário: Cr\$ 182,85 - Observação: - Quantidade: <u>2</u>	2
A 3/01.2.A - <u>ESTANTE PARA BIBLIOTECA</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> - Preço Unitário: Cr\$ 354,20 - Observação: - Quantidade: <u>10</u>	10

Em A COMISSÃO DE EXAME E RECEBIMENTO:

Gerente GEQ/CE		Secretário
Professor	Professor	

SECRETARIA EXECUTIVA - GERÊNCIA DO PROJETO DE EQUIPAMENTO

Anexo VII - Página do "Termo provisório de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar" Fonte: Acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari